

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**Alexandre Veiga**

**Os Arquivos como esfera pública informacional na construção da  
cidadania: um estudo sobre as correspondências enviadas ao  
Prefeito de Porto Alegre entre 1988 e 1990.**

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre, abril de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Alexandre Veiga

**Os Arquivos como esfera pública informacional na construção da cidadania: um estudo sobre as correspondências enviadas ao Prefeito de Porto Alegre entre 1988 e 1990**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

**Orientador:**  
**Prof. Dr. Valdir Jose Morigi**

Porto Alegre, abril de 2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação “Os Arquivos como esfera pública informacional na construção da cidadania: um estudo sobre as correspondências enviadas ao Prefeito de Porto Alegre entre 1988 e 1990”, elaborada por Alexandre Veiga, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora:

---

Profª Drª ANA MARIA DALLA ZEN – FABICO / UFRGS

---

Profª Drª LIZETE DIAS DE OLIVEIRA – FABICO / UFRGS

---

Profª Drª CARLOS BLAYA PEREZ – CCSH / UFSM

## AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus sinceros agradecimentos a todos os que tornaram possível essa dissertação. Mesmo que várias dessas pessoas e instituições não seja possível citar nominalmente, sua importância certamente está presente em todas as linhas desse trabalho.

Destaco particularmente meu orientador, prof. Dr. Valdir José Morigi, pelo apoio, incentivo e profissionalismo com que me conduziu até aqui. Também quero ressaltar o papel fundamental da equipe e dos professores do PPGCom, tanto pela estrutura disponibilizada como pela forma carinhosa com que somos conduzidos ao longo do curso.

Importante também é ressaltar o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cuja bolsa de estudo me permitiu dedicar exclusividade ao mestrado.

Destaco ainda o interesse e a participação do corpo técnico do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses José Vellinho, em especial à sua historiadora, Sílvia Rita, que me apresentou ao material analisado, e às suas diretoras, que mobilizaram os recursos para permitir o acesso aos documentos.

Quero fazer uma substancial referência aos colegas de turma, que permitiram dois excepcionais anos de convivência acadêmica e social. Nossos debates, entremeados de risos e muita alegria, jamais serão esquecidos. Lembro de nossas manhãs com intensidade, todos os dias, e sempre é muito bom.

Lembro também dos amigos que facilitaram essa jornada, tornando mais leve uma tarefa que é, por vezes, bastante penosa. Mauro, Márcia, Denise e Evandro, Conceição, Marta, e todos os outros, obrigado. Ao meu grande colega Eduardo, uma referência especial.

Necessário também registrar a participação do pessoal da Arquivologia, principalmente ao prof. Jorge Vivar, cuja lembrança das conversas e da troca de idéias animava o trabalho.

Ao professor Joel Abílio, um doloroso mas imprescindível registro, *in memoriam*.

E, finalmente, Ana. Simplesmente por tudo, em tudo, para sempre. Obrigado, de coração.

*“Scrivimi  
quando il vento avrà spogliato gli alberi  
gli altri sono andati al cinema  
ma tu vuoi restare sola  
poca voglia di parlare  
allora scrivimi  
servirà a sentirti meno fragile  
quando nella gente troverai  
solamente indifferenza  
tu non ti dimenticare mai di me.”*

Nino Buonocuore

## RESUMO

Analisa as funções do arquivo como esfera pública informacional, tendo como fundamento teórico a Teoria da Ação Comunicativa, de Jurgen Habermas. Destaca a importância do direito à informação e acesso às informações arquivísticas na construção da cidadania. Reflete sobre a função social dos arquivos na gestão da informação, e seu papel de mediador das informações públicas, garantindo a transparência das ações do Estado, na consolidação da democracia. A partir do estudo das correspondências remetidas pelos cidadãos, para o Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, entre os anos de 1988 e 1990, analisa os conteúdos informacionais e as estratégias de comunicação utilizadas pelos cidadãos como forma de participação e de controle sobre ações governamentais. As cartas são tratadas como narrativas dos cidadãos, pois elas são uma forma de comunicação com o governo municipal, além de darem visibilidade aos problemas do cotidiano da cidade e outros temas de interesse coletivo. Conclui que os arquivos públicos como fontes de informações são elementos essenciais para garantir o acesso às informações públicas e auxiliar na ampliação da cidadania, pois subsidiam os cidadãos para a participação no debate público sobre os temas de interesse da sociedade.

Palavras-chave: espaço público informacional, informação pública, correspondências

## ABSTRACT

This work examines the role played by archives as an informational public sphere, based on Jurgen Habermas's concept of Public Sphere. It stresses the importance of the right to information and access to archivist information on construction of citizenship. It reflects upon the social role played by archives on information management and as mediator of public information, guaranteeing the transparency of the actions taken by the State in consolidating democracy. Based on the study of letters sent by citizens to Porto Alegre Mayor Olívio Dutra in 1988, 1989 and 1990, the work examines the informational content and communication strategies they use as a way of participation and control government actions. Letters are seen as citizen's narratives, since they are a way to communicate with the Municipal Government, besides pointing out everyday problems in the city as well as other issues of collective interest. It concludes that public archives as sources of information are essential elements to guarantee access to public information and help to broaden citizenship, since they assist citizens in their participation in the public debate on issues of interest for society, configuring an informational public sphere.

Key words: informational public space, public information; correspondence

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2</b>	<b>CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA</b>	16
2.1	Tema e Objeto	18
2.2	<b>OBJETIVOS</b>	18
2.2.1	Objetivo Geral	18
2.2.2	Objetivos Específicos	18
<b>3</b>	<b>O ARQUIVO COMO ESPAÇO PÚBLICO INFORMACIONAL</b>	19
3.1	Modelos de espaço público	20
3.1.1	Espaço público <i>habermasiano</i>	24
3.2	O conceito de cidadania	31
3.3	Cidadania e o direito à informação	34
3.3.1	A informação pública: restrições e acessibilidade	39
3.4	Comunicação, Informação Arquivística e Administração Pública	41
3.5	Comunicação e informação: diferenças e semelhanças	49
3.6	Comunicação, informação e cidadania: a função dos arquivos	51
<b>4</b>	<b>CARTAS NA AÇÃO COMUNICACIONAL E INFORMACIONAL</b>	57
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DA ANÁLISE</b>	61
5.1	Análise da organização atual da documentação	61
5.2	Procedimentos de pesquisa	62
5.3	O estudo das narrativas	68
5.3.1	Fatos, personagens e enredo	70
5.4	As narrativas das cartas e as “estratégias comunicacionais	71
<b>6</b>	<b>AS CARTAS COMO NARRATIVAS DOS CIDADÃOS</b>	76
6.1	As cartas e a narrativa comunicacional	76
6.2	O arquivo como esfera pública informacional: a informação	80
6.3	As narrativas e suas estratégias comunicacionais para a visibilidade do conteúdo informacional das cartas	86
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	88
	<b>REFERÊNCIAS</b>	92
	<b>ANEXOS</b>	97



## 1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez menor, e constantemente reduzido pelo crescente desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e informação, ainda subsistem formas singelas de contato. Essas formas, que neste estudo são as correspondências analisadas, demonstram o interesse em tornar público assuntos do cotidiano. Nas cartas escritas e enviadas por cidadãos aos seus governantes, são apresentadas suas demandas, necessidades e interesses. Esse tipo de comunicação, comum desde há muitos anos, tornou-se ainda maior no século passado, de tal forma que muitos historiadores afirmam que, no século XX, as pessoas comuns entraram na história.

Com base nessa constatação, este trabalho procura discutir o que isso significa. Através da análise das correspondências enviadas ao Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, entre os anos de 1988 e 1990, entendemos que a idéia da participação ganha força, e demonstra a capacidade da cidadania em se tornar um ator central no espaço público. Nosso objetivo, acima de tudo, foi compreender o fenômeno da integração popular na condução dos destinos da cidade, através da análise dos assuntos contidos nas correspondências.

As cartas são um dos mais antigos meios de comunicação de idéias, informações e sentimentos. Seus conteúdos tiveram, ao longo dos séculos, significativa importância para as relações sociais. Através das correspondências, foram iniciados ou concluídos episódios singulares na história das civilizações. Como instrumento milenar de comunicação, a carta incorporou a condição de testemunho histórico, revelando facetas desconhecidas de diversos personagens, famosos ou não.

Devido às suas características, as correspondências compõem um conjunto complexo e diversificado quando consideradas como documento de arquivo, pois comportam diversos elementos. Para a Arquivologia, organizar esses documentos é uma tarefa que pode significar desde uma simples opção estrutural (cartas recebidas pelo Prefeito, por exemplo), até a tentativa de transformar seus inúmeros temas em possibilidades de classificação (solicitações, manifestações de apreço, reclamações, etc).

Como objeto de análise, as cartas também exigem certos cuidados do pesquisador. Trata-se de um tipo documental que abre diversas possibilidades de análise, já que possui elementos de grande riqueza informacional. Uma carta reflete o verdadeiro estado de espírito de seu emissor, revelando aspectos que, por vezes, escapam às considerações objetivas e, desse modo, atingem níveis de significativa abstração.

No caso que enfocamos, é preciso considerar que as cartas enviadas ao Prefeito não possuem a mesma lógica das analisadas em trabalhos cujos personagens são personalidades específicas – como escritores, por exemplo. Neste estudo não podemos considerar nem emissor, nem destinatário e seu sentido particular. Embora sejam correspondências pessoais, sua ação é pública, na medida em que transitam nesse universo de ação.

As cartas analisadas nesta pesquisa, ao contrário daquelas trocadas entre amigos, possuem uma relativa condição de publicidade, pois foram remetidas para um agente público. Embora algumas descrevam aspectos da vida privada, sua presença no acervo administrativo de um órgão do Estado possibilita sua divulgação, mesmo que o acesso de outras pessoas, ao seu conteúdo, jamais tenha sido pretendido pelo emissor.

Como documentos públicos, característica assumida pelas correspondências a partir de seu recebimento, as cartas exigem um tratamento segundo essa perspectiva. Nesse processo, num primeiro momento são identificadas por funcionários do Gabinete do Prefeito. Isso geralmente é feito por assessores, pois o Prefeito, evidentemente, não pode se dedicar à leitura de cada uma dessas correspondências. Posteriormente, elas são remetidas ao arquivo, onde o responsável será outro servidor público, que depende de critérios previamente estabelecidos para organizar estes documentos.

Em ambas as etapas, esses instrumentos comunicacionais não são manipulados pelo seu destinatário. De fato, são raros os casos em que existe o contato direto do Prefeito com estas manifestações dos cidadãos. Assim, as comunicações formam um conjunto informacional que só é dado a conhecer através das atividades dos servidores que trabalham com esses documentos.

Essas características organizacionais afastam as correspondências de seu destinatário, impedindo a relação direta entre emissor e receptor, justamente o que procuram os cidadãos. Há, então, uma relação causa-efeito que não se estabelece e que interfere, de modo fundamental, no resultado pretendido quando do envio das

correspondências. A figura do destinatário é, de certa forma, desconsiderada, embora seja o elemento central nesse contexto.

Por fazerem referência a problemas de toda a sociedade, contudo, embora sejam remetidas sob uma condição individual, as cartas possuem uma capacidade comunicacional que supera a individualidade. Tais documentos são mais do que apenas manifestações pessoais de apreço ou despreço, de temor, alegria ou medo. São registros de um interesse, ao mesmo tempo individual e coletivo, impondo um contato com várias dimensões da realidade.

Para analisar esse conjunto de documentos, propomos um modelo que considera a estrutura narrativa das correspondências. Como existem dificuldades para identificar as principais características dos narradores – para dizer se o emissário é negro ou branco, pobre, trabalhador, empresário ou religioso – a alternativa foi analisar seus conteúdos. Com isso, procuramos ressaltar os procedimentos utilizados no estabelecimento da comunicação entre os cidadãos e o estado, na busca de suas reivindicações.

A questão central foi entender de que modo os arquivos, como esfera pública informacional, auxiliam na construção da cidadania. Procuramos, então, tratar as cartas enquanto resultado de um processo específico de produção de informações, cuja intenção é comunicar, ao poder público, as expectativas, apreensões e exigências que tensionam o cotidiano da sociedade. Entendemos que essas cartas podem mobilizar o Estado para a implementação de políticas públicas para toda a sociedade.

A organização das cartas enviadas ao Prefeito de Porto Alegre na perspectiva da ação informacional funciona como um importante aliado na construção da cidadania. As cartas são documentos evidentes da função dos arquivos no sentido de organizar as informações que refletem o desejo de participação dos cidadãos, frente às ações do estado. Isso ocorre porque revelam demandas e auxiliam na definição de prioridades.

O interesse por essa documentação nasceu do desejo em trabalhar com a temática da participação popular na construção da cidadania. A primeira abordagem envolveu, como foco de interesses, a documentação relativa ao “Orçamento Participativo”<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> O Orçamento Participativo é um sistemática de debates entre os cidadãos, realizado em diversos locais da cidade, e representa sobretudo uma proposta de organização da sociedade civil, capacitando-a para decidir sobre os recursos públicos. Com esse modelo de gestão, a população é chamada a construir, junto com os gestores públicos, os destinos dos recursos, impedindo sua utilização inadequada e, principalmente, estabelecendo uma autonomia frente ao poder discricionário dos governantes. O OP tornou-se uma proposta

implementado pelo Governo Olívio Dutra. Essa foi uma experiência inovadora na administração pública, que resultou em maior grau de participação da sociedade civil.

No processo de pesquisa dessa temática, encontramos as correspondências enviadas ao Prefeito Olívio Dutra. Sua leitura permitiu vislumbrar uma abordagem que pudesse dar conta do aspecto da participação popular como elemento propulsor da cidadania. Além disso, a análise das cartas contribuiu para a compreensão do arquivo como uma esfera pública informacional de que dispõe a sociedade civil para definir o acesso às informações e debater as atividades desenvolvidas pelos governos.

Para analisar esses aspectos, realizamos a discussão teórica de algumas categorias importantes, envolvendo: a cidadania e a implementação de políticas públicas de acesso aos documentos; o direito à informação e a transparência informacional; e a inclusão social e o papel dos arquivos nesses processos. Nesse sentido, abordamos principalmente o acesso às informações como um direito que torna possível o exercício da cidadania em sua plenitude.

Foram fundamentais, ainda, as discussões sobre o conceito de esfera pública e a noção de que essa esfera não se constitui apenas através da mídia. Por último, identificamos o conceito de ação informacional através da análise das narrativas das cartas como processo gerador de sentido que possibilita e potencializa a participação mais ampla da sociedade civil.

Um dos elementos fundamentais para a participação popular e a construção da cidadania é o acesso à informação, que é considerado um “direito-meio” da cidadania. Isso significa que esse acesso não é um direito a ser obtido com um fim em si mesmo, mas sua consolidação é imprescindível para a participação cidadã. Então, embora o direito à informação, por si só, não garanta o pleno exercício da cidadania, sem este direito, não é possível conquistar todos os demais.

Em relação ao estado, o direito à informação significa democratizar o acesso às informações públicas. As necessidades da sociedade foram sempre atendidas pelo estado através de diversas políticas públicas, cujo objetivo foi o de melhorar as condições de vida. Mas conhecer como foram efetivadas essas ações, através do acesso às informações públicas, sempre enfrentou restrições.

---

política que conseguiu inculcar, naqueles envolvidos em sua prática, o reconhecimento da capacidade de decidir sobre o próprio destino, como membros de uma comunidade.

A acessibilidade das informações é um fator que permite à população conhecer, em profundidade, os detalhes que envolvem as atividades dos governos. No Brasil, em particular, o acesso às informações públicas enfrenta dificuldades porque existe uma cisão entre o estado e os cidadãos. As razões para isso vão desde restrições econômicas até a absoluta falta de transparência.

Atualmente, as tecnologias da informação e comunicação vêm contribuindo para modificar esse cenário. Graças a essas tecnologias foi possível, em muitos órgãos públicos, dinamizar o acesso aos documentos. Isso também resultou do fato de que existem, nestas instituições, a percepção de que as informações a respeito das atividades desses órgãos precisam ser publicizadas. Essa também deve ser uma função do arquivo.

O arquivo é o responsável pelos estoques informacionais da administração pública. Ele deve, por obrigação legal, prover o acesso às informações armazenadas, guardados os requisitos legais. Os esforços dos profissionais em promover a acessibilidade a essas informações, no entanto, esbarra na falta de uma política pública efetiva quando o assunto é disponibilizar seus documentos.

Na medida em que a exigência de acesso às informações caracteriza o pleno exercício da cidadania e configura nossa atual sociedade, urge implementar condições para que o acesso às informações públicas se realize efetivamente. Neste estudo, o arquivo foi pensado como um elemento da esfera pública compreendido como uma instituição ativa, e não apenas como um mero depósito de papéis. Essa abordagem é possível ao se propor que os estoques informacionais dos arquivos sejam acessíveis ao público, subsidiando o debate sobre temas de interesse coletivo, com informações.

Assim, questionamos como os arquivos procedem para atender aos interesses da população, o que ensejou algumas interrogações: qual a função dos arquivos nas instituições públicas? Quais os critérios adotados para estabelecer políticas públicas de informação? O acesso às informações arquivísticas qualifica a informação pública? Quem são os responsáveis pela disponibilização dos registros informacionais dos arquivos públicos? De que modo se caracterizam os arquivos como esfera pública informacional?

A busca de respostas exigiu uma compreensão do processo histórico de construção da cidadania na sociedade ocidental e de sua atual configuração. Foi preciso, também, refletir sobre a relação entre o estado e o espaço público, e, ainda, sobre como os arquivos

podem se constituir em espaços públicos informacionais capazes de cooperar na construção da cidadania.

Pretendemos ter formulado questões que possibilitem debater a função dos arquivos no processo de democratização da informação, destacando a posição que ocupam na estrutura do estado. Percebemos que os arquivistas podem desempenhar um papel privilegiado no processo de acessibilidade da informação. Para desempenhar essa atividade, eles devem superar seu perfil tradicional, pois entendemos que os documentos de arquivo podem e devem se configurar como registros do espaço público de disseminação informacional.

Nessa perspectiva, o arquivo é uma organização que pode assumir a mediação do debate público. Essa concepção pressupõe a existência de instituições que complementam a área da comunicação, produzindo novos espaços de interação informacional, potencializando as condições de funcionamento da esfera pública.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender essa nova perspectiva a ser atribuída ao trabalho no arquivo. A possibilidade informacional decorrente da organização adequada dos conjuntos documentais armazenados nos centros de documentação públicos pode ser traduzida na compreensão dos conteúdos registrados nesses documentos. Assim, entender esse fenômeno, dentro de sua complexidade organizacional, contribui para evidenciar o potencial de trabalho aqui referido.

Para dar conta desses assuntos, este estudo está estruturado da seguinte maneira: um primeiro capítulo examina os condicionantes teóricos que dão suporte ao tema discutido. São eles os conceitos de esfera pública, nos termos em que esse conceito é apresentado por Jurgen Habermas, o conceito de cidadania, e a idéia de acesso à informação.

Um segundo capítulo apresenta a proposta de compreender o arquivo como um espaço público de construção da cidadania, nos moldes defendidos na análise teórica. Na seqüência, é apresentada a metodologia utilizada para executar o estudo das correspondências e, por último, o estudo de fato, através da análise pertinente. Concluimos com a identificação dos processos utilizados para a concretização dos fenômenos estudados, a partir das perspectivas definidas.

Este estudo atenta para uma modificação importante no panorama do trabalho em arquivos. Ao longo dos anos, a superação do modelo de atividade atribuído ao arquivista por força das alterações nos procedimentos tecnológicos, colocou este profissional num dilema crucial. A prática até então valorizada, de controle de estoques documentais em suporte papel, hoje não encontra o espaço outrora existente. No alvorecer do novo milênio, o profissional do arquivo vê-se às voltas com uma profunda revolução em seu cotidiano profissional.

Para vencer esses obstáculos, é preciso superar a visão de que o arquivista é um simples custodiador de acervos. As citadas novas tecnologias da informação e comunicação, que estão levando à virtualização dos registros documentais, exigem novas atitudes por parte desses profissionais. Nesse sentido, entendemos ser fundamental refletir sobre sua prática, questionando seus procedimentos e ampliando seu raio de ação. Assim, é possível ser mais engajado àquelas questões que movimentam a cena planetária, sem perder de vista a perspectiva do local e do nacional.

## 2 CONTEXTO E DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Os documentos analisados são as correspondências recebidas no início do mandato do primeiro Prefeito eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Olívio de Oliveira Dutra, que governou o município no período de 1989 a 1992. Essa escolha ocorreu porque a administração petista, naquele momento, apresentava-se como alternativa aos grupos políticos então existentes no cenário local e nacional, o que poderia refletir na comunicação com os cidadãos.

Ao contrário dos outros ocupantes daquele cargo, o Prefeito Olívio Dutra deve sua origem política aos movimentos sociais dos trabalhadores, tendo referido desde sempre essa posição de classe e até mesmo utilizando este dado como estratégia na campanha eleitoral. Além disso, a trajetória do seu partido, que se colocava como a alternativa da classe trabalhadora para assumir o poder político em todos os níveis do estado, contribuía para a concepção da imagem do Prefeito.

A caracterização do candidato petista como um político pertencente a uma classe social diversa da de seus antecessores, situo-o em outra condição, como destinatário das correspondências. Esse perfil provavelmente influenciou no conteúdo dessas cartas, pois não se tratava de falar com o 'Senhor Prefeito', mas com o 'companheiro' Olívio.

A eleição de Olívio Dutra ocorreu em novembro de 1988. Foi um episódio que marcou a cena política, pois garantiu o poder ao PT, coroando uma trajetória ascendente, apontada pelos números das eleições anteriores. De acordo com os jornais da época, o PT era um partido que trazia riscos à sociedade brasileira por seu discurso radical. Temeridade social, incompetência gerencial e ascensão do comunismo eram alguns dos argumentos utilizados pelos oponentes, para minar a candidatura petista. Nessas circunstâncias, tornou-se emblemática a vitória de Olívio Dutra em Porto Alegre.

Outro elemento singular refere-se ao perfil do candidato. Olívio era sindicalista e bancário de profissão, além de técnico em contabilidade e graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essas duas características, aliás, eram raramente divulgadas pela imprensa. Durante a campanha, o candidato centrou seu discurso na desconstrução dos argumentos utilizados pelos adversários eleitorais.



Olívio buscava sempre uma proximidade com a população através dessas características. Apostava em sua trajetória como servidor público, como pessoa “do povo”, para se definir como a melhor alternativa aos eleitores. O candidato fazia questão de utilizar suas raízes culturais de “cidadão simples” e trabalhador, que se constituíram em marcas de sua campanha.

Não foram apenas os elementos em torno da figura de Olívio, contudo, que fizeram dessa eleição um marco nas relações políticas locais. Como sabemos, o poder no Brasil, de modo geral, foi sempre exercido por uma oligarquia, baseada na força obtida pela classe dirigente, a burguesia latifundiária e industrial. Foram raros os eleitos que não pertenciam à elite, sendo que esses sempre se referiam à sua formação acadêmica superior. Em nosso país, os ocupantes de cargos públicos foram os médicos, advogados, engenheiros ou militares. A vitória de um bancário – que para concorrer havia solicitado afastamento da agência onde prestava serviço como escriturário - rompeu a tradição política, trazendo para o imaginário popular uma nova possibilidade de participação e consolidação do processo democrático.

A experiência administrativa comandada por Olívio Dutra tornou-se uma vitrine, potencializada tanto por seus apoiadores quanto por seus adversários. Ao longo do mandato ocorreram episódios que fizeram da Administração Municipal um referencial na institucionalização do processo democrático e na construção da cidadania no Brasil. O principal deles foi a implementação da participação popular nas decisões sobre os recursos financeiros. Com efeito, o Orçamento Participativo (OP) procurou desarticular as práticas políticas tradicionais de gestão administrativa dos recursos públicos, feita nos gabinetes da Prefeitura Municipal e posteriormente homologado nos debates na Câmara de Vereadores.

Com o OP, a população passou a ser agente de seus próprios interesses, buscando definir suas prioridades através do voto direto. A implementação desse modelo de gestão administrativa fortaleceu politicamente o PT e seus aliados, garantindo sucessivas vitórias na Administração Municipal de Porto Alegre, onde se manteve no poder durante 16 anos.

Os documentos de arquivo têm servido para conhecer aspectos dos períodos históricos que nos antecederam, numa perspectiva já plenamente consolidada. Em nossa avaliação, um trabalho no arquivo pode contemplar outras perspectivas. Assim, esse estudo pretendeu refletir sobre a importância do arquivista junto às gestões administrativas –

sejam municipais, estaduais ou federais – e do desenvolvimento de atividades que ultrapassam o gerenciamento dos estoques documentais, por parte desse profissional.

## **2.1 Tema e Objeto**

O objeto de estudo desse trabalho são as informações de interesse público presentes nas correspondências enviadas ao Prefeito de Porto Alegre ao longo dos anos de 1988, 1989 e 1990, e o significado dessas narrativas na construção da cidadania.

A informação de caráter público possui absoluta relevância, pois sem ela torna-se inviável a participação dos cidadãos nas políticas públicas implementadas pelos governos. É a informação, disponibilizada pelos órgãos públicos, que permite o conhecimento necessário para a participação cidadã.

Definir uma política de acesso às informações públicas afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. No caso das cartas, investigar os fatos narrados possuem importância, no sentido de reconhecer esse cidadão como agente da esfera pública.

## **2.2 Objetivos**

### **2.2.1 Objetivo Geral**

Compreender como os arquivos se constituem em esfera pública informacional, auxiliando na construção da cidadania.

### **2.2.2 Objetivos específicos**

- a. analisar as narrativas das cartas enviadas ao Prefeito de Porto Alegre, nos anos de 1988, 1989 e 1990;

- b. verificar as estratégias comunicacionais e informacionais adotadas pelos emissários, para dar visibilidade aos assuntos desenvolvidos nas cartas
- c. avaliar como as informações contidas nas cartas podem auxiliar um processo de construção da cidadania.

### **3 O ARQUIVO COMO ESPAÇO PÚBLICO INFORMACIONAL**

A abordagem relativa à atividade dos arquivos e sua refuncionalização, além da relação desses com a construção da cidadania, exige uma discussão teórica sobre espaço público e uma reflexão sobre a ação dos arquivistas. Trata-se de um debate que deve se estabelecer tanto no processo de produção de informações, quanto no do acesso às informações arquivísticas.

Entendemos, nesse sentido, estar clara uma ação propositiva, que possa incidir na configuração do arquivo como esfera pública informacional. Os documentos sob controle dos arquivistas podem se transformar em uma fonte de informação pública, pois neles estão registradas as ações dos governos. Essas informações devem ser disponibilizadas à população, permitindo maior transparência às ações governamentais. Isto possibilita uma participação dos cidadãos no governo, através do debate no espaço público. Conhecendo a realidade governamental, o cidadão tem condições de se posicionar sobre as atividades desenvolvidas, avaliando seus resultados e propondo melhorias.

A cidadania, então, é vista como um conjunto de direitos e deveres atribuídos a todos os membros de uma sociedade, e que são conquistados pela movimentação dos diferentes grupos sociais. A cidadania é uma conquista produzida pelo desenlace das tramas sócio-históricas, atingindo diferentes níveis nos vários locais do planeta. De início, foi compreendida nos limites do Estado-nação, mas hoje é passível de construção em dimensões planetárias, de acordo com a atual conjuntura dos povos.

A noção de cidadania relaciona-se, principalmente, à mobilização da sociedade frente aos poderes. Para que isso seja possível, é necessário conhecer em profundidade cada governo, o que é possível através do acesso às informações sobre as políticas desenvolvidas. Estamos falando, portanto, da garantia do direito à informação que, se concretizado, torna o cidadão co-responsável pela administração do estado, na medida em que exerce o controle das decisões governamentais.

### 3.1 Modelos de Espaço público

O conceito de espaço público ou esfera pública que se refere ao campo de atuação dos cidadãos no processo de participação da sociedade, foi examinado por vários autores. De acordo com Seyla Benhabib<sup>2</sup>, existem três modelos diferentes de espaço público, dos quais derivam diferentes concepções. Destas, apresentaremos as duas primeiras e desenvolveremos melhor a concebida por Habermas, a qual nos filiamos.

O primeiro modelo é denominado de “tradição republicana”. Origina-se das reflexões da filósofa alemã Hanna Arendt, que tinha uma visão apologética do espaço político da cidade grega. Para ela, um dos maiores problemas da atual situação política é a “[...] perda de espaço público nas condições da modernidade.” (VIEIRA, 2001, p. 52)

Na concepção de espaço público na tradição republicana, há uma submissão do político pelo social, caracterizado pela substituição da ação política específica, como a que ocorria na *ágora* grega. A modernidade estabelece uma representação da ação, onde os personagens, ao invés de desempenharem de fato seu papel como agentes da esfera pública, apenas se comportam como tais. Nessa representação, os cidadãos se apresentam como produtores, consumidores e moradores urbanos, mas não como *politikos*.

Com essa interpretação, Arendt (2003) contrapõe a ascensão do social (como grupo de participação na esfera pública) ao declínio do próprio espaço público, no sentido utilizado na democracia ateniense. Para os gregos, o espaço público agonístico é:

[...] o local onde acontece a competição por reconhecimento, prudência e aclamação. Valorizam-se o heroísmo, a grandeza e a preeminência. Em última análise, é um espaço onde se busca garantia contra a futilidade e fugacidade das coisas humanas, a relativa permanência, senão imortalidade, dos mortais.<sup>3</sup>

Em contrapartida, o modelo dito associativo, que corresponde ao espaço público nos moldes em que se estabeleceu na modernidade, é o resultado da ação dos homens em conjunto. Esse espaço poderá se estabelecer em qualquer lugar, desde que haja uma “[...] ação comum coordenada por meio do discurso e da persuasão.”. (VIEIRA, 2001, p. 54).

---

<sup>2</sup> 1996, *apud* VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A questão, portanto, não é referente aos procedimentos que fazem funcionar um ou outro espaço público, mas à condição em que ambos se estabelecem. Enquanto o “[...] espaço agonístico da *polis* tornou-se possível pelo caráter exclusivo”, homogêneo e igualitário, na concepção associativa isso é diferente. Trata-se, nesse caso, de um espaço que não pode ter seus debates “[...] predefinidos por critérios de homogeneidade moral e política.” (VIEIRA, 2001, p. 54 e 55).

Nesse sentido, enquanto o debate estiver centrado na questão da política em si, ele se constitui um espaço privilegiado para realizar a ação política. O raciocínio, o enfrentamento discursivo e a conclusão não estariam contaminados pelas necessidades do cotidiano. Trata-se de um debate que visa resultados subjetivos, de onde serão extraídas propostas práticas. Esta dualidade da vida humana, estabelecida em termos de vida pública e vida privada, está claramente apresentada em seu clássico “A condição humana” (ARENDT, 2003, p. 33):

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*).

Para Arendt (2003, p. 35), a capacidade de agir estava conectada à própria condição discursiva, sem que tivesse necessariamente que recorrer à prática: “[...] o ato de encontrar as palavras adequadas no momento certo, independentemente da informação ou comunicação que transmitem, constitui uma ação”. Numa frase-chavão, a política é a arte da persuasão. Assim, produzir efeitos práticos, através de ações coercitivas, era típico de modos pré-políticos e, portanto, diversos do que se realizava na *polis* grega.

Já no caso do espaço público associativo, próprio da modernidade, o debate ocorre em função de determinados temas, distorcendo seus resultados por conta dessa pré-determinação. Arendt confirma esta situação ao examinar a modificação histórica que se processa na passagem da Antiguidade clássica para o período medieval, quando a Igreja substitui a idéia de cidadania da *polis* pelo pertencimento a um reino divino:

A tensão medieval entre a treva da vida diária e o grandioso esplendor de tudo o que era sagrado, com a concomitante elevação do secular para o plano religioso, corresponde em muitos aspectos à ascensão do privado ao plano público da antiguidade. (VIEIRA, 2001, p. 43).

Segundo Vieira (2001, p. 52), a concepção de Hannah Arendt é “[...] considerada equivocada pelos modernos”, por dois motivos: primeiro, porque estabelece uma “visão altamente idealizada da *polis*” e, segundo, por desconsiderar a sua característica excludente, que não permitia a participação das mulheres, dos escravos e dos estrangeiros.

Arendt buscou compreender a ascensão do social em detrimento do político, cuja conseqüência seria o declínio do espaço público como esse era concebido por ela. A autora pretendia estabelecer modelos explicativos, que não podem ser compreendidos segundo a atual lógica de funcionamento das sociedades. Consideramos que, em nossa atual configuração social, o debate em torno das necessidades cotidianas é central.

O segundo modelo, desenvolvido por Bruce Ackerman e outros (VIEIRA, 2001, p. 56), defende o conceito de diálogo público. É denominado de “tradição liberal” e propõe estabelecer uma ordem social justa e estável, definida por um princípio chamado legalista. O aspecto central desse modelo gira em torno da legitimidade do poder. Uma vez questionado, o detentor do poder deverá demonstrar, racionalmente, de onde vem sua legitimidade.

Para o autor, o espaço público é identificado como um espaço de diálogo, onde “grupos primários”, participantes da discussão já conhecem, antecipadamente, quais os seus desacordos. Neste espaço, o debate deve fluir através de “constrangimentos discursivos”, sendo o mais significativo o da neutralidade.

Nesse modelo de espaço público há uma espécie de divisão discursiva de tarefas, pois o que se pode debater são os aspectos relativos à justiça distributiva ou políticas públicas. Temas ligados às questões morais, religiosas ou estéticas não podem ser objetos de discussão, devendo ser abstraídos ou, então, transformados em temas a serem tratados pelo Judiciário.

Aqui começam a se configurar os problemas desse modelo. Há um vínculo excessivamente estabelecido com as relações jurídicas, de modo que assuntos como “[...] aborto, pornografia e violência doméstica” (VIEIRA, 2001, p. 57), ficam no meio-termo entre questões de justiça ou de concepção digna da vida. A pergunta é: como não colocar esses temas em debate, aguardando somente pelas decisões dos magistrados?

Outro equívoco desse modelo consiste, também, em apostar na neutralidade (base do sistema legal moderno), responsável pelo debate, onde se considera possível uma

coexistência legal dos diferentes grupos. Na prática, as concepções de política e de democracia não são nem podem ser neutras, pois isto faz com que a discussão se estabeleça sobre uma dimensão reduzida ou, até mesmo, se inviabilize.

No terceiro modelo, que Vieira (2001, p. 51) chama de espaço público discursivo, desenvolvido por Habermas, o conceito de esfera pública é central. Essa esfera é entendida como uma arena de formação da vontade coletiva, o local onde os atores sociais devem defender seus argumentos. Segundo Vieira (2001, p. 64), Habermas propõe um espaço público dentro de:

[...] uma perspectiva emancipatória, contemplando procedimentos racionais, discursivos, participativos e pluralistas, que permitam aos atores da sociedade civil um consenso comunicativo e uma auto-regulação, fonte de legitimidade das leis.

Essa esfera, onde são desenvolvidos debates públicos que buscam determinar a ação coletiva, é considerada por Habermas “[...] a instância geradora de decisões coletivas e legitimadora da democracia” (VIEIRA, 2001, p. 65). Essa ação coletiva é resultado da escolha racional produzida pela defesa de argumentos entre as partes. Para isso, torna-se “[...] indispensável a adoção de mecanismos e procedimentos de participação, assegurando-se a todos, principalmente aos grupos sociais minoritários, igualdade de acesso ao espaço público, mediante o discurso, independentemente dos conteúdos.” (p. 65).

A produção do debate só pode se viabilizar, contudo, na medida em que os atores envolvidos recebam as informações necessárias. Essa função é desempenhada pela imprensa, que serviu como suporte comunicacional da esfera pública. Iniciada pelos serviços privados de correspondência, a imprensa teve sua atividade potencializada com o passar do tempo, observando um forte crescimento de seus serviços. Com isso, o que era uma ferramenta de comunicação dos diversos segmentos da esfera pública tornou-se uma atraente atividade econômica, produzindo-se, assim, a problemática que contribuiu para a decadência da esfera pública burguesa. (HABERMAS, 1984, p. 213).

Entendemos que tal decadência determina a necessidade de se estabelecerem outros mecanismos informacionais, que não os desempenhados pela imprensa. Nesse espaço é que se pode propor os arquivos como instituto mediador da esfera pública, nas mesmas medidas em que se situa a imprensa. Essa perspectiva poderá ser compreendida, ao analisarmos mais detidamente a concepção habermasiana de espaço público.



### 3.1.1 Espaço público *habermasiano*

Habermas desenvolve o conceito de espaço público em duas obras, separadas por um espaço significativo de tempo. A primeira é a já clássica “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, escrita por volta de 1963<sup>4</sup>. Escreveu depois “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”. No intervalo entre ambas as produções, o autor reelaborou algumas de suas idéias, incorporando elementos trazidos à tona pela realidade do que ele denomina “mundo da vida”.

No livro “Mudança estrutural da esfera pública” (1984), o filósofo descreve o processo que levou esse conceito ao estágio atual, partindo da discussão sobre a democracia ateniense. O autor lembra que as decisões políticas daquela cidade-estado resultavam do debate entre cidadãos. O grupo era composto apenas por uma parcela da sociedade, a de homens livres do trabalho, que era executado por escravos. Essa liberdade de ação permitia-lhes dedicar seu tempo ao debate público na *ágora*.

Os proprietários de terra eram, portanto, os únicos a atuarem na esfera pública, onde deliberavam sobre os destinos da comunidade. Os escravos, as mulheres e os estrangeiros estavam aliçados desse processo; uns, por não se encontrarem na condição de homens livres, outros, como os estrangeiros, porque deveriam trabalhar para garantir sua subsistência. As mulheres eram destinadas à procriação e ao âmbito de atuação exclusivamente privado.

Uma questão importante é que, embora participando das decisões da *ágora*, os cidadãos detinham, também, uma outra condição: a de homens privados. Na esfera íntima de suas residências, eles eram os *oikodespotes*, tendo poder sobre as mulheres e os escravos. Assim, assumiam uma atitude social diferente daquela da *ágora*, pois aqui controlavam todo o poder. O cidadão grego era, ao mesmo tempo, homem público democrático e homem privado despótico.

A partir dessa relação estabelecida na democracia ateniense, onde cada esfera – pública e privada – exigia um determinado modelo de comportamento, foram definidos os princípios que o Direito Romano consolidou. Tendo sua civilização herdado significativos

---

<sup>4</sup> Publicada no Brasil pela primeira vez em 1984, e republicada em 2003.

elementos gregos, Roma institucionalizou a figura do *publicus* e do *privatus*, sedimentando e harmonizando a separação efetiva de papéis, originária de Atenas.

O binômio configurou também o mundo feudal, porém com uma diferença importante: a existência de espaços estabelecidos fora do controle das lideranças. O senhor feudal, herdeiro dos poderes sobre a sociedade, não foi capaz de submeter ao seu controle as margens dos rios, estradas e praças. Nesses locais, chamados “*rex extra commercium*” (RODRIGUES, 1997, p. 37), o acesso dos habitantes era possível sem permissão prévia. Constituiu-se, então, um espaço em comum, originando a noção de comunidade.

Ao senhor feudal, além do controle territorial dos espaços sob seu domínio, cabia, ainda, como elemento da ordem social, a função de representação. Essa atividade resultava da imposição de seu poder sobre o povo, em função do argumento de que esse senhor feudal era o legítimo portador da herança divina. Isso o tornava o único responsável pela organização da sociedade, não havendo motivos para tornar públicos os negócios reais.

O desdobramento histórico reduziu essa condição do soberano e/ou senhor feudal, de centro da esfera pública. As próprias cortes que conviviam em seu entorno passaram a exercer uma participação efetiva nas atividades públicas. Aos olhos do povo, a nobreza desempenhava essa ação social, que podemos definir como esfera pública.

O surgimento do capitalismo fez da classe burguesa a grande responsável pelo desenvolvimento econômico do estado. A burguesia provocou profundas transformações nas sociedades européias. A condição social a que essa classe foi elevada levou a sociedade às principais revoluções do período, notadamente à Revolução Francesa. A partir daí, a burguesia se impôs como nova detentora do poder, o que foi determinante para sua ascensão.

A perda do controle social pela aristocracia feudal, a partir da Revolução Industrial, determinou nova alteração da esfera pública. A burguesia assumiu a centralidade dessa esfera, e consolidou o poder de fato, exercendo tarefas que, até então, cabiam aos soberanos. A classe burguesa, que passou a controlar efetivamente o estado, buscara atender, através deste controle, seus interesses diretos.

O aumento das atividades econômicas atreladas à lógica capitalista, que condiciona tudo ao mercado, transformou radicalmente o hemisfério ocidental. A consolidação do estado sob controle burguês foi a matriz desse processo histórico, configurando a

sociedade de acordo com suas características, estabelecendo novas feições e fazendo emergir uma nova esfera pública.

Dessa nova esfera participaram o mercador, o industrial, os literatos e filósofos, entre outros membros da burguesia. Os debates recaíam sobre a administração do estado burguês. Assim como em Atenas, voltou a acontecer o debate público, pela opinião dos cidadãos. Só que o acesso ao debate, nesse novo momento, não estava limitado apenas ao proprietário de terra que, na Grécia antiga, possuía o tempo livre necessário para participar das atividades políticas.

A sociedade burguesa consolidou-se e, nos clubes privados e nos cafés, ocorriam debates públicos sobre decisões políticas, impondo-se, de forma crítica, a submissão do estado aos interesses da classe no poder. Formou-se, então, o espaço público burguês. Em contrapartida, surgiu um espaço de decisões, de caráter individual, ligado à família, um espaço da vida doméstica. Essa formação é denominada de espaço privado. Repetiu-se, desse modo, embora com outros atores, a configuração das civilizações da Antigüidade Clássica (Grécia e Roma).

A nova esfera pública, no entanto, por suas amplas dimensões, não conseguiria contemplar a discussão pública dos assuntos do estado e a tarefa de incorporar todos os seus membros nessa discussão. A imprensa surgiu para cumprir essa função de mediadora do processo comunicacional da esfera pública. Desenvolvendo rapidamente sua atividade, a imprensa passou a ter uma função pública altamente relevante. Para a imprensa, foram designadas ações fundamentais no funcionamento do espaço público burguês.

Uma das tarefas da imprensa é a de indicar temas relevantes para a discussão na esfera pública. Aos jornalistas, caberia a divulgação dos atos administrativos governamentais, a atividade do Parlamento, a ação das forças de segurança, etc. Esses profissionais ainda deveriam trazer a público os acontecimentos da vida na comunidade – como enchentes, o banditismo, entre outros. De posse das informações veiculadas pela imprensa, os membros da esfera pública poderiam deliberar.

Na outra ponta, caberia também à imprensa apresentar o resultado dos debates ao governo. São os jornalistas que transmitem ao estado as manifestações da população, realizadas nos cafés, nas sociedades de clubes e em outros locais. Também é através dos jornais que outras esferas públicas são comunicadas a respeito das decisões de seus pares, criando uma rede de relacionamento entre as comunidades.

A presença do mercado como configurador da sociedade, contudo, determinou que o espaço público fosse colocado sob o controle da burguesia. O capitalismo, nesse sentido, vem exercendo forte influência sobre a atividade de produção informacional, realizada pelo jornalismo, modificando suas características. Ocorreu que, ao despertarem o interesse mercadológico do empresariado, as notícias passaram a ter preço, sendo transformadas em produto.

A reconfiguração da imprensa fez com que o jornalismo assumisse características de mercado. As notícias passaram a ser valorizadas com a mesma lógica da negociação comercial, que envolvia outros produtos. A mediação exercida pela imprensa, nesse contexto, passou a ser realizada obedecendo uma lógica diversa de sua proposta inicial, coadunando-se com os aspectos comerciais dos empresários da informação.

A distorção informacional não demorou muito para mostrar seus efeitos. Ao contrário do que deveria ocorrer em uma mediação adequada, a perspectiva da imprensa na elaboração dos jornais deixou de estar condicionada pelo interesse público. O princípio condutor da prática jornalística passou a ser seu rendimento financeiro, mesmo que isso comprometesse sua ação informacional.

Por submeter-se ao mercado, a imprensa começou a veicular informações que atendiam a essa lógica, deixando de funcionar, de forma equilibrada, como mediação informacional dos debates. Os jornais procuravam, sobretudo, atender aos interesses específicos dos negociantes. De atividade mediadora, a imprensa passou a trabalhar em função dos interesses privados. Para Habermas (1984), foi essa reconfiguração que provocou a degenerescência da esfera pública burguesa, cujos resultados atualmente observamos.

Já em seu livro “Direito e Democracia”, Habermas (1997) dedica um capítulo específico à discussão do “papel da sociedade civil e da esfera pública política”. Nesse texto, suas impressões a respeito da constituição da esfera pública incorporam a presença dos movimentos sociais em cena, o que Habermas não havia considerado em seu trabalho anterior.

Para discutir esse tema, ele faz um arrazoado sobre a democracia, de modo a demonstrar os “[...] lugares nos quais o *poder ilegítimo* irrompe no fluxo do poder regulado pelo Estado de direito.” (HABERMAS, 1997, p. 57) (grifo nosso). O que interessa ao autor é discutir os elementos constitutivos da sociedade civil como portadora inequívoca do

poder social em relação ao processo democrático, considerando para essa questão “[...] o fluxo dos processos de decisão democráticos, dirigidos pelo poder comunicativo.” (HABERMAS, 1997, p. 57). Pondera, como argumentação, a presença de algumas teorias sociais, notadamente a da “ação” e a do “sistema”, para interpretar o fenômeno do “[...] fluxo oficial do poder prescrito pelo Estado de direito”.

Sobre o conceito de espaço público, o discurso habermasiano identifica esse espaço como um “[...] sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade.” (HABERMAS, 1997, p. 91). A esfera pública não é uma instituição, uma organização ou um sistema, ao qual se possa referir fisicamente. Trata-se de (1997, p. 92):

[...] uma rede adequada de comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, [que se] reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

A esfera pública é, acima de tudo, uma abstração, que tem como principal característica garantir o debate público sobre temas de interesse da sociedade. Da mesma forma que se verificava na *ágora* grega, também essa esfera pública é o lugar da participação do cidadão, mas ela existe sem ter uma comprovação material específica. Não há um lugar onde funciona o espaço público. Ele é o seu próprio lugar de acontecimento.

O funcionamento da esfera pública exige a circulação de informações, com o objetivo de qualificar a discussão, garantindo ao público a participação nas decisões que lhe dizem respeito. A presença na esfera pública só se torna possível a partir dessa qualificação informacional do cidadão participante. Mais adiante, Habermas define o espaço público segundo a lógica da comunicação, porém de modo não restrito à ela. É uma “[...] estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento”, que não tem a ver com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana (p. 92).

Além dessa configuração, Habermas (1997, p.107) considera a existência de três níveis distintos de “esfera pública”. Esses níveis se configuram de acordo com a densidade da comunicação, sua complexidade organizacional e seu alcance. Abordaremos cada uma dessas configurações, para que seja possível evidenciar o espaço de interação informacional, produzido nessa dimensão da sociedade civil.

O primeiro desses tipos é denominado de esfera pública *episódica*. Para Habermas (1997), essa esfera é formada pelos frequentadores dos bares e dos cafés, ou se constitui a partir de encontros nas ruas. Corresponde, de certa maneira, àquela esfera pública a que o autor se referia em sua obra anterior e que teria sido o elemento inicial dessa noção de esfera social.

O segundo tipo de esfera é a chamada esfera pública da *presença organizada*. Como exemplo, o autor cita os encontros de pais, o público que frequenta o teatro, os concertos de rock, as reuniões de partidos ou congressos de igrejas. E o último tipo é o denominado de esfera pública *abstrata*. Nessa esfera está o público formado pela mídia. São os leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente.

O principal aspecto a considerar, na configuração da esfera pública abstrata, diz respeito à permeabilidade entre seus diferentes níveis. Habermas (1997) entende que há, dentro da esfera pública geral, uma inclusão e uma igualdade ilimitada, de modo a fundamentar um potencial de auto-transformação. Essa é a característica que possibilita à sociedade reelaborar constantemente seus interesses no debate na esfera pública.

Ou seja, para Habermas a esfera pública é uma produção social dinâmica, resultante da interação da sociedade com suas próprias ações. Conforme essa perspectiva, o que importa é que “[...] os processos públicos de comunicação são tanto mais isentos de distorções quanto mais estiverem entregues a uma sociedade civil oriunda do mundo da vida.” (HABERMAS, 1997, p. 108).

A esfera pública é, portanto, o resultado das interações do cidadão como membro de uma sociedade comunicacional. Para o autor, essas interações definem a participação, na esfera pública, de figuras denominadas como “atores”. Esses atores podem surgir “do público” sem grande poder organizacional, ou, então, possuir naturalmente esse poder, tornando-se fontes e potenciais de ameaça. Nesse último caso, os atores são coletivos, políticos e sociais, e não necessitam obter suas fontes de outros domínios. São os partidos estabelecidos, amplamente estatizados, e as grandes organizações de interesses dotadas de poder social. Como já possuem uma identificação própria, não há necessidade de apresentação prévia.

Um segundo grupo de atores, contudo, está relacionado às características produzidas para identificá-los. O autor constata essa dinâmica no caso dos movimentos sociais, “que atravessam inicialmente uma fase de auto-identificação e de autolegitimação”

(HABERMAS, 1997, p. 109), fases sucedidas depois de certificações sistemáticas dessas características, através das “*identity-politics*”\*, paralela às suas políticas pragmáticas.

O terceiro grupo é constituído pelos profissionais da imprensa. É composto pelos repórteres, cuja atividade de coleta de informações e edição de programas incide diretamente na participação na esfera pública. Sua função, como vimos, é produzir a interação comunicacional entre os diversos segmentos da esfera pública.

Tal processo produz o poder da mídia, pois suas decisões definem o conteúdo informacional oferecido à esfera pública. Esse conteúdo será utilizado na reflexão do público, a respeito das atividades dos membros dessa esfera. Portanto, o controle do estado acaba sendo realizado pela sociedade refletindo diretamente as informações recebidas através da mídia. O resultado disso, como se pode prever, pode não refletir os interesses da sociedade, mas sim aqueles que a mídia entendeu como sendo os mais adequados.

Habermas (1997) questiona o fato das informações serem elaboradas pelo terceiro grupo de atores, e obedecerem a estratégias definidas por “técnicos em publicidade”. Segundo ele, isso faz com que a mídia impeça outros atores de influenciarem os conteúdos, tornando-a pouco flexível, além de limitada, em sua função de promover o debate racional. Ao compor as informações desde uma lógica que visa o convencimento, pelo encantamento publicitário, a mídia impede o exercício da racionalidade:

A personalização das questões objetivas, a mistura entre informação e entretenimento, a elaboração episódica dos fatos e a fragmentação de contextos formam uma síndrome que promove a despolitização da comunicação pública. (1997, p. 110).

Finalizando, Habermas (1997, p. 113) reitera seu “[...] ceticismo com relação às chances de a sociedade civil vir a exercer influência sobre o sistema político.” Mas ainda assim ele identifica que esta avaliação:

[...] vale somente para uma esfera pública em repouso. Pois, a partir do momento em que acontece uma mobilização, as estruturas sobre as quais se apoia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar. E as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações.

---

\* Políticas identitárias, numa tradução livre

Nesse contexto, reafirmamos as condições dos arquivos públicos como espaços informacionais complementares, concorrentes e concomitantes à mídia. Entendemos que a sociedade civil pode se valer do arquivo para obter elementos que auxiliem na condução dos debates públicos. Isso é possível, já que são estruturas responsáveis pela organização dos documentos públicos, e pela disponibilização destes documentos aos cidadãos.

Conforme salientamos, ter acesso às fontes de informação – oriundas da atividade midiática ou propostas pelos serviços públicos, conduzidos pelos arquivos – é algo imprescindível para o debate público e o exercício da cidadania. A capacidade de intervenção da sociedade civil nas ações dos governos só se viabiliza a partir desta interação informacional.

### **3.2 O conceito de cidadania**

Para compreender melhor a noção de cidadania, é preciso recuperar seu sentido conceitual e histórico. Segundo Barbalet (1989, p. 12), a “[...] cidadania pode ser descrita como participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela.” Esse conceito origina-se em Atenas, como resultado de uma sistemática e produtiva reflexão e prática política, cujo ápice ocorreu por volta do século V a. C. No período romano, recebeu outros aportes substanciais, mas em ambos, a participação dos cidadãos, nos destinos da comunidade, foi a pedra de toque do conceito.(PINSKY; PINSKY; 2001).

Durante o feudalismo, a cidadania enfrentou uma relativa ociosidade. Ao longo dos anos, com a consolidação dos burgos, sua existência foi se refazendo. Um novo impulso aconteceu a partir dos processos revolucionários da Europa e da independência norte-americana. Nesses episódios, com o rompimento do absolutismo do rei e da aristocracia, que até então ditavam as regras da sociedade, ocorreu uma retomada das lutas pelos direitos dos cidadãos.

A implementação definitiva do Estado Nacional exigiu, por parte dos cidadãos, uma maior participação no poder. Criaram-se condições para o desenvolvimento de políticas mais amplas, vencendo-se o espaço restrito das comunidades. Na Inglaterra, por exemplo, onde os senhores feudais impunham livremente suas regras, a incorporação dos



vários feudos ao Estado, aliado ao crescimento econômico da burguesia, (que só através deste Estado obteve mais poder), produziu um vertiginoso desenvolvimento da cidadania.

Nos dias atuais, o debate sobre a cidadania alcançou novos contornos. Como afirmamos anteriormente, a cidadania constituiu-se a partir do estabelecimento dos Estados Nacionais. A crescente reorganização da sociedade, no entanto, sob a égide da globalização, aponta para uma desconstituição desse modelo de estado, produz novas perspectivas para a concepção do conceito, propondo uma cidadania global.

Alguns exemplos da atual compreensão do conceito são evocados, quando lembramos que alguns pensadores mantêm a aposta em uma cidadania harmonizadora, resultante do acesso progressivo aos direitos da cidadania. Já para autores como Garcia Canclini (1995, p. 37), a cidadania precisa ser repensada a partir do consumo. Numa proposta polêmica, ele supõe que a sociedade ocidental, pautada pelas práticas capitalistas, precisa valer-se desse espaço de interação social, como impulso no sentido de obter a qualidade de vida almejada.

Correia (2004, p. 148) vê a cidadania enfrentar a dificuldade de ser, ao mesmo tempo, harmonizadora e integradora, de um lado, e conflitiva, de outro, pela “[...] emergência de particularismos e de novas identidades em luta pelo reconhecimento”. Conforme o autor, a cidadania, no mundo atual, enfrenta o conflito entre esse particularismo, fruto da individualidade característica das sociedades capitalistas, e o universalismo, oriundo das proposições civilizatórias das democracias ocidentais. Nesse espaço, é necessário aceitar as reivindicações individuais, mas sem perder a noção de universalidade, necessária numa civilização globalizada.

Vieira (2001, p. 72) não abre mão de entender a cidadania como sendo vinculada à nacionalidade, pois ele a percebe como resultado da participação política:

Política é uma profissão; a não ser que políticos sejam pessoas de excepcional altruísmo, eles sofrerão sempre a tentação de tomar decisões de acordo com seus próprios interesses e dos grupos de pressão poderosos, em vez de levarem em conta os interesses da comunidade mais ampla. Eis por que o argumento republicano transmite uma advertência que não podemos ignorar: *se não atuarmos para impedir este tipo de corrupção política, priorizando nossas obrigações cívicas em relação a nossos direitos individuais, não deveremos nos surpreender se encontrarmos nossos próprios direitos individuais solapados.* (grifo nosso).

Essas concepções demonstram que a cidadania é um fenômeno sócio-histórico. Nesse sentido, sua compreensão precisa ser feita no contexto de cada período. De modo geral, observamos que houve uma longa e tortuosa jornada em busca dos direitos que hoje compõem a cidadania. A cidadania, sob qualquer hipótese, não pode prescindir da participação efetiva da sociedade civil.

O que se pode concluir dessas considerações é que a cidadania contemporânea está se modificando. Seja pela configuração imposta através da sociedade de consumo, ou na esteira da globalização e do fim da referência no Estado nacional, a noção de pertencimento a uma comunidade já possui outros aspectos. A perspectiva de manutenção dos direitos que produzem a capacidade de se realizar como cidadão, contudo, continua idêntica. Assim, entender a cidadania como um conjunto de direitos é fundamental.

A compreensão da cidadania como um conjunto de direitos desdobrados em direitos civis, políticos e sociais, surge a partir da definição clássica de Marshall (1967). Esse autor identifica o acesso a cada grupo de direitos, segundo uma perspectiva cronológica a partir do século XVII, na sociedade inglesa. Demonstra que, a cada período histórico, ocorreram fatos que determinaram a apropriação desses direitos pela população.

Segundo Vieira (2001, p. 33), Marshall estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania, definindo que os direitos civis são relativos à liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e de fé, direito à propriedade, de concluir contratos válidos e à justiça. Esses direitos foram conquistados no século XVIII. Na seqüência, durante o século XIX, foram obtidos os direitos políticos, pela pressão dos movimentos sociais, que exigiam participação mais efetiva na vida em sociedade.

Desse modo, foi garantida a realização de eleições livres e democráticas, com o direito de votar e de ser votado. Tais direitos contribuíram para determinar um novo patamar de organização da sociedade. Mais que isso, implementaram, nas sociedades ocidentais, a certeza de que a participação no poder era não só possível como algo absolutamente necessário.

Por último, ainda segundo Vieira (2001), surgiram os direitos sociais, que incluem todos os anteriores e ainda dizem respeito ao bem-estar econômico, à segurança e à participação na herança social. Ou seja, trata-se do direito de usufruir plenamente dos benefícios obtidos com o desenvolvimento social. Esses direitos sociais resultaram do processo histórico que consolidou os direitos anteriormente conquistados. Com efeito, se

ao cidadão era dado o direito de expressar seu pensamento, de alistar-se para concorrer a algum cargo de comando na sociedade, nada mais justo do que obter os benefícios integrais do desenvolvimento social.

A compreensão do conceito nessa perspectiva cronológica, se demonstrou problemática para vários pensadores. O próprio Marshall reconheceu que tais etapas caracterizaram, a rigor, apenas o que se verificou na Inglaterra, sendo que, em outros locais, houve distorções significativas. De fato, na maioria dos países essa construção da cidadania não segue os parâmetros acima elencados. Podemos dizer, até mesmo, que tal proposição serve apenas como referência para se compreender o fenômeno cidadania, em cada conjuntura.

Autores como Carvalho, (2005, p. 9), por exemplo, deixam claro que “[...] é possível haver direitos civis sem direitos políticos”. No Brasil, inclusive, segundo ele, o direito “[...] social precedeu os outros”. Essa compreensão evidencia o que afirmamos anteriormente, sobre a dinâmica da cidadania e dos direitos. Carvalho (1999, p.307) constata inclusive que:

A cidadania inglesa, na conhecida análise de E. P. Thompson, foi construída em cima de profundo sentimento de liberdade; a francesa assentou nos princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade; a norte-americana emergiu das comunidades livres da Nova Inglaterra. A brasileira foi implantada a porrete.

A construção da cidadania, portanto, envolve necessariamente a participação social. Numa espécie de círculo virtuoso, a conquista dos direitos da cidadania somente é possível à medida em que há mobilização social. Essa mobilização, embora ocorrendo de distintas maneiras, de acordo com cada contexto social, acaba desenvolvendo os mecanismos necessários para a conquista de mais direitos, o que, por sua vez, volta a mobilizar os cidadãos. Toda essa dinâmica, contudo, precisa necessariamente de um combustível específico: a informação.

### **3.3 Cidadania e o direito à informação**

Com relação especificamente ao direito à informação, é possível afirmar que sua manutenção e consolidação são aspectos essenciais para o pleno exercício da cidadania.

Isso significa que somente através do conhecimento obtido pelas informações recebidas, o cidadão participante da esfera pública poderá exercer plenamente seus direitos e deveres, em sua esfera de atuação.

Gentili (2002, p. 49), de forma contundente, confirma que:

O direito à informação [...] deve ser compreendido como um direito relacionado diretamente aos outros direitos, incluindo, obviamente, as contradições, e os antagonismos destes. É um direito que fomenta o exercício da cidadania necessário ao exercício pleno do conjunto dos direitos de cidadania e, portanto, um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático.

O direito à informação tem suas garantias na legislação de vários países e está diretamente estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde recebe a seguinte formulação:

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.<sup>5</sup>

Na doutrina norte-americana, a liberdade de expressão é constitucionalmente garantida desde a independência do país, em 1776. A Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América, promulgada em 1788, proibiu o Congresso de criar legislação que cerceie a liberdade de expressão ou de imprensa. Segundo Cepik (2000, p.5):

[...] o Freedom of Information Act (1966) e o Privacy Act (1974)<sup>6</sup> vigentes nos Estados Unidos destacam-se pelo suporte do Poder Judiciário à garantia de pleno exercício do direito à informação, bem como pelos pesados investimentos realizados pelo governo federal nos últimos dez anos para atualizar os princípios do Freedom of Information Act (FOIA) à nova realidade do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação pelos órgãos da administração pública.

A Constituição Brasileira de 1988 também enfatiza esse direito. Em seu Capítulo V, que dispõe sobre a Comunicação Social, o Artigo 220 estabelece que “[...] a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. A Lei nº

---

<sup>5</sup> LAFER apud FONSECA, 1996

<sup>6</sup> Ato Pela Liberdade de Informação e Ato pela Privacidade, respectivamente.

8.159, de janeiro de 1991, conhecida como “Lei dos Arquivos”, apresenta definições nesse mesmo sentido. Por essa Lei, em seus artigos 4º e 5º:

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.  
Art. 5º - A administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma da Lei.

Fica evidenciada, assim, a necessidade de acesso livre à comunicação e à informação, fundamentos dos princípios democráticos da República, desde seu nascimento até agora. Não há sociedade que se diga democrática onde tais princípios não sejam respeitados, sob qualquer alegação. A informação, como processo de construção do conhecimento, precisa ser acessível a todos e, principalmente, garantida pelo estado.

Quaisquer direitos, contudo, quer sejam resultantes de uma conquista escalonada, ou obtidos em sentido inverso ao proposto por Marshall, só se viabilizam através do direito à informação, e, mais precisamente, à informação pública. Como resultado das atividades gerenciais, desempenhadas pela burocracia estatal, tais informações possuem relevância capital, pois demonstram os procedimentos adotados na condução das ações políticas e administrativas dos governos.

As informações públicas, oriundas dos documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas do estado, são fundamentais para a sociedade, no sentido de permitir ao cidadão conhecer os pormenores dos governos. É somente a partir desses registros que o cidadão compreende o que é realizado em seu nome.

Além das obras de engenharia, como estradas e prédios, e das que se efetivam no plano subjetivo, cada governo torna-se reconhecido pela marca de suas administrações. Evidentemente, uma estrada ou ponte é passível de ser mensurada, tendo seu valor real atribuído pelo resultado prático de sua existência. As políticas públicas que norteiam o investimento em educação e tecnologia, por exemplo, também podem ser avaliadas de modo efetivo.

As realizações de um governo, no entanto, somente podem ser conhecidas pelos cidadãos através de mecanismos informacionais efetivos. Não fosse a atividade

jornalística, dificilmente a sociedade teria conhecimento das obras realizadas no interior do país, em locais remotos e inacessíveis. Assim, além de efetivar o programa de governo, é necessário que as administrações tornem públicas suas realizações. É fundamental, para qualquer democracia, que o governo faça a publicização de suas atividades, permitindo, assim, a correta avaliação dos cidadãos.

A questão é, contudo, como fazer estas informações chegarem ao grande público, sem as distorções produzidas pelo que Habermas considerava a degeneração da esfera pública burguesa? Como confiar integralmente na imprensa, dada sua condição mercadológica? Embora essa discussão não tenha espaço para um melhor desenvolvimento nesta dissertação, ela está presente e precisa ser referida.

Entendemos que uma das maneiras de suprir a sociedade das informações necessárias é a reconfiguração da função do arquivo. Conforme já salientamos, percebemos o direito à informação como um elemento fundamental para a cidadania, e consideramos muito difícil obter outros direitos, sem um nível adequado de acesso às informações. Assim, queremos propor a atividade dos arquivos como resposta a essa necessidade informacional.

Como direito fundamental à construção da cidadania, o acesso à informação capacita o cidadão a produzir um juízo a respeito da atividade do Estado. Isso o torna membro efetivo da sociedade, na medida em que ele não está mais limitado à participação como sujeito passivo. Assim é que deve ser pensado, segundo Gentilli (2002, p.49):

[...] o conceito de 'direito à informação'. A questão pode ser vista a partir de duas vertentes: 1) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de um direito para todos. 2) O direito à informação deve ser pensado na perspectiva de *fornecer informações* em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um. (grifo nosso).

Os vínculos entre informação e cidadania, como foi visto, são evidentes. A cidadania só se concretiza a partir das informações que a sociedade possui, tanto a respeito do que fazem seus pares, quanto, principalmente, sobre a atuação do Estado. Conforme Jardim, (1997, p. 566):

Permeando a cidadania, a participação e a educação política vamos encontrar a informação, tomada como um requisito fundamental para que tais noções se plassem numa dada realidade histórica. Neste sentido, ressalta Dowbor (1997): 'A mediação das relações entre o poder visto no sentido amplo, e a

sociedade civil, se faz por meio da informação. Neste sentido, a democratização do acesso à informação, a geração de estruturas de informação menos manipuladas, e estruturas em redes descentralizadas, tornam-se essenciais (1997, p. 478). '[...] uma sociedade pode se dotar de um amplo poder de autorregulação sem se enterrar em autoritarismo e burocracias, simplesmente porque uma sociedade informada obriga empresas e governo a respeitar as regras do jogo. Batalhar as regras de transparência em cada instituição, reforçar e democratizar o poder da comunicação e gerar instrumentos instrucionais de participação de atores sociais diversificados nas diversas instâncias de decisão torna-se assim hoje um eixo fundamental de transformação da sociedade.

Temos, então, o conjunto de informações, oriundas da atividade administrativa do Estado. A estas podem ser somadas as ações informacionais produzidas pela própria população. As demandas e exigências da sociedade ao Estado, registradas através dos documentos específicos para isso, como os formulários preenchidos nos diversos órgãos públicos, produzem informações segundo esse modelo.

Essa perspectiva da informação é profundamente realçada quando tratamos da informação arquivística, e reitera vivamente sua capacidade conceitual relativa à cidadania. Os documentos remetidos ao arquivo, sendo o resultado de operações realizadas na atividade cotidiana da administração pública, permitem à administração conhecer as necessidades da população, de modo geral.

Mais do que isso, segundo Correia (2004, p. 158):

Este percurso passa afinal por uma relação entre a política e o cotidiano, onde se pretende que os assuntos da vida, isto é, do privado, ascendam ao público, permitindo que os direitos dos excluídos adquiram visibilidade, dinamizando uma forma nova de publicidade.

Nessa perspectiva, os documentos de arquivo que registram as diversas manifestações populares autônomas possuem inegáveis conteúdos informacionais, revelando diversos aspectos da vida em sociedade. São ponderações alimentadas pelos mais variados processos de comunicação, cuja intenção é fazer chegar ao poder público suas demandas.

### 3.3.1 A informação pública: restrições e acessibilidade

Embora esteja denominada como pública, na prática, o estado, de modo geral, não possui mecanismos regulares que viabilizem o acesso às informações relativas às suas atividades. Sempre existiram significativas dificuldades aos cidadãos, para acessar os dados referentes à administração pública, por motivos os mais diversos. Normalmente, o principal problema alegado diz respeito às restrições orçamentárias. Há, contudo, outras motivações que também precisam ser consideradas.

Historicamente, a estruturação de um aparato burocrático estatal foi ocorrendo de modo bastante problemático, não permitindo aos “de fora”, os cidadãos em geral, conhecer os meandros da administração pública. Se esta atitude se constituiu mesmo nos períodos de liberdade política, nos períodos antidemocráticos tornou-se praxe.

Todos os governos produzem mecanismos de proteção de seus registros. Algumas dessas informações, evidentemente, precisam ter acesso restrito, pois, ao contrário, haveria sérios comprometimentos da ordem pública e da própria segurança do País. Não é essa questão, portanto, que estamos discutindo. O problema, de fato, diz respeito aos critérios que definem o que é “publicizável” e o que deve ser mantido em sigilo. E, ainda mais, quem são os responsáveis por definir e implementar esses critérios.

Essas condições apontam para uma necessária e produtiva discussão a respeito das razões que levam o estado a cercar-se de segredos. Se a existência desse estado somente se justifica porque ele se constitui como agente promotor do bem-estar social, não deveriam existir limitações de acesso aos dados de suas atividades, exceto pelas motivações já referidas. O que acabou se estabelecendo, contudo, foi que o estado, na maioria dos casos, atende apenas às necessidades de determinadas frações da sociedade. Para Marx, por exemplo, o Estado era um “[...] comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa”. (REIS FILHO, 1997, p. 10). Já os liberais, de modo geral, consideram o Estado apenas um garantidor da segurança da propriedade privada.

Como descrevemos anteriormente, contudo, as ações do Estado precisam ser objeto de ampla divulgação, pois isso tem como resultado uma significativa consequência: a construção da cidadania. A informação originária da burocracia do Estado, corresponde ao



registro dos procedimentos adotados no cumprimento da missão de prover o cidadão das condições ideais de existência. Segundo Duchein (apud FONSECA, 2005, p. 41):

Em nenhum país – salvo na Suécia, caso único – o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira, as leis e os regulamentos foram concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita que se baseia nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais.

Ao desempenhar sua função, portanto, é necessário que o estado informe aos cidadãos o que está realizando em seu nome, para que eles estejam capacitados a avaliar – ou não – as ações empreendidas. A partir dessa informação, esse mesmo cidadão poderá ser instado a responder sobre as decisões tomadas. Essa é a condição que faz da informação um direito-meio, ou seja, o procedimento capaz de permitir ao cidadão controlar as ações do estado e, por consequência, impor a atenção aos seus interesses. Isso também torna possível ao cidadão a participação efetiva e qualificada na esfera pública, tornando-se um agente de transformação da sociedade.

No processo histórico brasileiro, o Estado tem sido apenas uma extensão daquele que caracterizava o Brasil-colônia, ou seja, constituiu-se como uma estrutura a serviço das elites que aportaram no território do Novo Mundo, 30 anos depois da chegada de Cabral. Em sua obra monumental, Raymundo Faoro (1998) discorre a respeito da formação deste estado, demonstrando como chegamos às práticas políticas excludentes que nortearam episódios da nossa História, tais como a Independência e a Proclamação da República. Em ambos acontecimentos – como é comum ocorrer – o povo esteve sempre distante.<sup>7</sup>

Nesse formato de estado, nada mais se poderia esperar com relação ao acesso às informações do que tal direito não ser implementado. Aos ´donos do poder` o acesso era irrestrito. Aos que não pertenciam a esse grupo, tais informações seriam, supostamente, ´desnecessárias`, não havendo, portanto, motivos para implementar políticas de acesso.

Os acontecimentos que, principalmente nos anos de 1960, produziram mudanças no panorama mundial, também influenciaram a questão do acesso à informação. A chamada

---

<sup>7</sup> Virou motivo de piada a referência feita por Aristides Lobo, o propagandista da República, a um jornal paulista, à situação que se encontrou a população da cidade, ao ver passar a comitiva do Marechal Deodoro, que iria até o Palácio comunicar a D. Pedro II que este havia perdido sua coroa. Segundo ele, “o povo assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”. (CARVALHO, 1991, p. 9.)

globalização – em que pese seus aspectos negativos – provocou alterações dos mecanismos de participação cidadã, nas políticas da administração pública, nos países em desenvolvimento. Sob essa bandeira, a questão do acesso às informações do estado passou a ser uma exigência, a ser colocada na pauta de reivindicações dos movimentos sociais.

Seguindo essa perspectiva, no processo de retorno à vida democrática, os órgãos públicos brasileiros têm permitido o acesso às informações, de maneira cada vez mais ampla. Seja por força das pressões de grupos de interesse – como empresários, associações de bairro, movimentos sociais e políticos – seja por manifestações da população em geral, há um crescimento das práticas que procuram franquear o acesso, permitindo ao cidadão ter mais informações.

Assim, o que de início pertencia apenas a pequenas frações da sociedade, está cada vez mais ao alcance de todos os que se interessam pelo tema. Embora ainda incipiente, essa configuração demonstra que não só é possível informar melhor o cidadão, como isso precisa ser ampliado e se consolidar, como prática da Administração Pública.

### **3.4 Comunicação, informação arquivística e administração pública**

No contexto em que se forma a esfera pública informacional, qual o papel das informações arquivísticas? De que modo elas podem auxiliar no cotidiano dos indivíduos? Elas podem produzir mudanças no comportamento e melhorar a qualidade de vida da sociedade? Para Jardim (1999), o conceito de informação arquivística é recente, sendo originário da Arquivologia norte-americana (Estados Unidos e Canadá). Esse conceito, segundo o autor, tem pouca aceitação nos países europeus, onde predomina uma arquivística de corte tradicional, mais centrada na valorização do documento do que da informação.

A informação, como já dissemos, é gerada no âmbito da Administração Pública, através dos documentos produzidos em decorrência de suas atividades. O processo envolve duas etapas distintas, em que o uso da informação assume objetivos diversos. Num primeiro momento, no âmbito administrativo, os dados servem ao cotidiano gerencial das instituições. Quando a informação cumpre essa etapa, conforme Jardim (1999, p. 31), passa a ter interesse “[...] para a pesquisa científica ou como fator de testemunho das ações

do Estado e garantia de direitos dos cidadãos.” Embora com ênfases diversas, ambas as fases possuem:

[...] uma relação profunda entre a gestão da informação arquivística como um recurso e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado à sociedade civil. As possibilidades de acesso à informação governamental pelo administrador público e o cidadão encontram-se diretamente relacionadas com o conjunto de práticas desenvolvidas pela administração pública no decorrer desse ciclo informacional. (JARDIM, 1999, p. 33).

Para garantir esse acesso, e também como forma de qualificar as atividades dos arquivos, é possível propor ações que os identifiquem como agentes da esfera pública, nos termos preconizados por Habermas. Com isso, não só teriam uma função ainda maior, como estrutura do estado, mas também poderiam servir como contraponto à imprensa, na tarefa de prover de informações aos membros da esfera pública.

Sérgio Albite (2005), traduzindo a interpretação de Habermas para a questão da influência exercida pela sociedade civil sobre o complexo parlamentar, comenta que essa sociedade pode ter opiniões públicas próprias. Há um espaço de formulação do conhecimento da sociedade sobre o público, que configura uma nova dinâmica dessa esfera pública. Essa nova dinâmica seria possível, para Habermas (1992, p. 110), com a imposição dos produtores de informação através “[...] de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal.” Embora o filósofo alemão esteja se referindo, nesse caso, aos operadores da mídia, é também possível pensar nos profissionais da informação arquivística como agentes deste processo.

A configuração dos arquivos, como agentes da esfera pública é de tamanha relevância que, como nos afirma Fugueras (2003, p. 197):

[...]a noção de informação como direito profundamente democrático deve estar vinculada à acessibilidade dos arquivos públicos. Durante muitos séculos, o arquivo era concebido como um instrumento de poder por parte das classes dominantes de maneira que o segredo era a expressão da vontade de uma minoria para manter a informação sob seu controle. Ainda hoje, o poder demolidor da informação tem levado os governos a limitar o acesso e, em momentos políticos conflitivos, a esconder documentos e, inclusive, destruí-los.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Tradução livre do original: [...]la noción a la información como derecho profundamente democrático debe vincularse a la accesibilidad de los archivos públicos. Durante muchos siglos, el archivo era concebido como un instrumento de poder por parte de las clases dominantes de manera que el secretismo era la expresión de la voluntad de una minoría para mantener la información bajo su control. Aún actualmente, el poder

Para implementar uma efetiva política de transparência informacional, é necessário que os documentos gerenciados pelos arquivos sejam disponibilizados aos cidadãos, permitindo, com isso, a consulta de todos. O acesso às informações relativas à Administração Pública permitirá ao cidadão avaliar o desempenho dos homens públicos, de um modo geral, reduzindo as fraudes contra o erário, a má condução dos negócios públicos e a dispersão de recursos em objetivos mal-definidos. Isso tende a ocorrer na medida em que as ações administrativas do Estado se tornam visíveis a toda a sociedade.

Para que a configuração dos arquivos seja efetivamente disseminada, contudo, há uma questão de ordem prática a ser resolvida. Ela diz respeito à organização da informação, que precisa ser tratada de acordo com critérios rigorosos e executada de modo a permitir um acesso qualificado. Do contrário, todas as tratativas para conceber um programa informacional, que potencialize de fato a cidadania, certamente vão enfrentar um sem-número de problemas, não se descartando a possibilidade de inviabilizá-las.

A resposta passa pela reorganização da atividade realizada nos arquivos. A partir da estrutura documental estabelecida nesses setores, o conteúdo informacional a ser divulgado ganha relevância, tem sentido prático e produz resultados efetivos. O trabalho feito a contento no arquivo permite que sejam divulgados, de modo adequado e coerente, os dados relativos à Administração Pública, permitindo uma avaliação, por qualquer cidadão, daquilo que está sendo realizado.

Além disso, é a partir da organização documental sob uma perspectiva informacional, que pode ser efetivado o controle dessas informações, considerando-se os aspectos de sigilo e de divulgação, antes abordados. Uma documentação desorganizada impõe obstáculos para a divulgação, na medida em que não se pode ter certeza do que está sendo divulgado. Cria também dificuldades, pois, dependendo do tipo de organização – quando existe – pode tornar o processo enfadonho e difícil, afastando os potenciais interessados, reduzindo a prática informacional a patamares mínimos.

Este é o desafio a ser enfrentado pelos arquivistas no atual momento histórico. Em que pese o desenvolvimento tecnológico estar se tornando um incremento bastante útil para a divulgação de informações, não há como substituir o trabalho do profissional do arquivo na organização dos dados das instituições, públicas ou privadas. Isso fica evidente, em

---

demoledor de la información há llevado a gobiernos a limitar su acceso y, em momentos políticos conflictivos, a esconder los documentos e, incluso, a destruirlos.

relação às comunicações enviadas pela população, onde nem sempre são claras as intenções de determinadas manifestações. A intervenção de um profissional da informação, nesses casos, jamais poderá ser substituída por qualquer engenho eletrônico.

Compreendendo o conceito de “informação arquivística” a partir da perspectiva apresentada anteriormente, é possível encaminhar os aportes necessários para estabelecer o trabalho do arquivo na potencialização da cidadania. Para isso, é preciso contemplar a perspectiva ampliada de ambos os conceitos, nos moldes do que estamos enfocando. Informações arquivísticas nada mais são do que os dados das transações efetuadas pelas diversas estruturas organizacionais de cada instituição.

Essas informações resultam das atividades desenvolvidas pelas empresas, por escolas, sindicatos, etc, organizações de qualquer tipo. Não podemos confundir esses elementos somente com os aspectos relativos às funções burocrático-administrativas de cada instituição, ou seja, documentos arquivísticos não se referem apenas ao controle dos recursos humanos ou financeiros. São todos aqueles procedimentos registrados em algum tipo de suporte, e que acabam contribuindo no resultado final das organizações.

Sob o conceito de informação arquivística, estão desde as folhas de pagamento de uma fábrica, até os filmes produzidos por uma emissora de televisão. Ambos devem ser tratados como documentos de arquivo, embora, é óbvio, tenham dimensões diferenciadas, no seu tratamento. O aspecto principal, em ambos os documentos, diz respeito não à sua forma, mas ao seu conteúdo, que significa, em uma palavra, informação. Como propõe Lopes (2000, p. 50), ao defender uma nova postura do profissional do arquivo, enumerando pontos importantes:

1. Os arquivos de qualquer idade contêm informações relacionáveis a tipos de conhecimentos que podem ser estabelecidos, a partir do confronto entre eles; 2. os arquivistas podem estabelecer estas relações entre as informações registradas e os conhecimentos gerais e específicos, dando ao seu trabalho mais do que uma visão fragmentária do saber; 3. o trabalho do arquivista pode ser mais profundo se ele se propuser a organizar o conhecimento e ou conhecimentos produzidos e recebidos por uma organização ou pessoa, no sentido de suas especificidades e generalidades.

Essa perspectiva possibilita perceber, na atividade arquivística, um viés extremamente fecundo, no que se relaciona ao trato informacional. A partir disso, é possível propor que o arquivo seja um vetor de informações, em diversos níveis e de

variadas fontes. Ao apresentarmos a questão informação desde o arquivo e consolidando uma metodologia que apreenda essa lógica, podemos enquadrar os dados extraídos de documentos diferenciados – como os valores dispendidos para o pagamento do pessoal que executou um determinado filme - e os elementos do próprio filme produzido, para ficarmos no exemplo acima.

Assim, informações arquivísticas não podem ser desconectadas desde uma lógica “burocrático-administrativa” – os dados referentes à administração da empresa – de um lado, e de outro o arquivo “cultural” ou “histórico”, nos moldes clássicos em que se entende a Teoria das Três Idades<sup>9</sup>, por exemplo. Nessa questão, todos os documentos são burocrático-administrativos e históricos, ao mesmo tempo, considerando-se nessa proposta apenas o interesse informacional que mobiliza o usuário das informações. Vejamos adiante como isso se constitui, em relação ao objeto desta dissertação.

Com relação às informações do estado, o interesse do usuário está fundamentalmente interligado com a presença do arquivo como entidade receptora de documentos e informações oriundas das atividades públicas. É o arquivo quem se responsabiliza pela permanência, ao longo dos anos, dos registros informacionais da Administração Pública. Como reforça Maurizi (2001, p. 3):

O direito de acesso à informação do serviço público e à informação do governo se justifica usualmente como um instrumento para promover a participação política. O acesso é necessário para o cumprimento dos direitos básicos da liberdade de expressão e liberdade de opinião das pessoas, consagrados na Declaração Internacional dos Direitos Humanos. Em qualquer estado, e particularmente naqueles onde a capacidade de análise política e interlocução da sociedade civil ainda está pouco desenvolvida, o direito à participação política não pode ser exercida efetivamente, sem que haja acesso à informação do governo.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> A “Teoria das Três Idades” preconiza, segundo Heloisa Bellotto (2004, p. 23 24), a existência de três fases distintas no ciclo vital dos documentos administrativos: “A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; [...] A segunda fase – a do arquivo intermediário – é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor”. Nesta fase, os documentos serão avaliados, sendo descartados aqueles cuja existência não produzirá nenhuma possibilidade de produzir conhecimentos. Os documentos remanescentes vão configurar o que se convencionou chamar de documentos históricos.

<sup>10</sup> Tradução livre do original: El derecho de acceso a la información del sector público y a la información de las instituciones del gobierno se justifica usualmente como un instrumento para promover la participación política. El acceso es necesario para el cumplimiento de los derechos básicos de libertad de expresión y libertad de opinión de las personas consagrados en la Declaración Internacional de Derechos Humanos. En cualquier Estado, y particularmente en aquellos donde la capacidad de análisis político e interlocución de la

A existência de um arquivo organizado e eficiente é razão primordial para possibilitar uma reflexão qualificada sobre as ações do Estado e garantir direitos à cidadania. São as informações registradas nos documentos e administradas pelos arquivos públicos, que permitem à sociedade conhecer os projetos e ações implementadas por um determinado governo. Essa é a condição que torna possível a ação do povo sobre as atividades governamentais.

Sobre a função do Estado e da burocracia que o administra, é preciso fazer uma ressalva. Essas instâncias não podem se constituir de maneira autônoma, em seu próprio benefício. São estruturas que precisam se submeter aos interesses da sociedade civil, sendo inaceitável que sua atividade não tenha como finalidade atender integralmente aos interesses da comunidade. Quanto à burocracia, contudo, Fonseca (1999, p. 1) salienta:

Uma forte conotação negativa acompanha o termo burocracia desde que foi empregado pela primeira vez, na metade do século XVIII, para designar o poder do corpo administrativo de funcionários especializados sob a monarquia absoluta e dependente do soberano. Essa conotação institucionaliza-se na linguagem comum para indicar, de forma pejorativa, a proliferação de normas e regulamentos, sufocando a iniciativa, a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas.

Para obstaculizar esse procedimento negativo, suas ações, independente do mérito, precisam ser registradas para a posteridade, e o acesso aos registros deve ser determinado por regras claras. Tal premissa não pretende um controle absoluto das ações do Estado, pois isso seria técnica e socialmente inviável. Além do já citado sigilo, necessário para algumas informações, é evidente que não se viabiliza uma completa submissão da ação dos governos. Tanto o estado quanto os governos precisam ser mantidos sob controle público, sob pena de se transformarem em regimes impróprios ou de exceção – caso das ditaduras e/ou dos totalitarismos.

No caso brasileiro, a incapacidade do estado em prover a sociedade dos conteúdos informacionais é notória. Para comprovar, basta dirigir-se a um órgão público e solicitar os registros das atividades administrativas, como a aquisição de equipamentos, por exemplo. Haverá grande dificuldade em se obter resposta. Em geral, as políticas de acesso às informações não estão asseguradas pelos arquivos. Na análise feita por Jardim (2001, p.

21), percebemos que “[...] o Estado brasileiro, em seu sentido estrito, teve a opacidade e não a transparência como um dos seus mais nítidos atributos.”

Isso acontece, como já dissemos, porque o relacionamento do estado com a sociedade civil manteve nítidas zonas de sombra em relação aos registros informacionais. As mudanças políticas sofridas pelo País produziram-se de modo a impedir uma ruptura institucional, permanecendo práticas derivadas de nosso passado absolutista. Por outro lado, nossa sociedade, desacostumada a participar efetivamente no governo, nunca exigiu a disponibilização dessas informações.

Hoje esta situação já se modificou, na medida em que uma parcela significativa da população percebeu a necessidade de controlar os gastos públicos. Prova disto é a recente campanha realizada pelo Instituto “Mais Brasil” que, através de inserções publicitárias na mídia, procura incentivar os cidadãos a exigirem informações a respeito do destino dos recursos obtidos com os impostos.

Outro exemplo são as páginas da Internet que buscam esse mesmo objetivo, ou seja, socializar as informações referentes à administração do Estado. No endereço do programa “Contas Abertas” ([www.contasabertas.uol.br](http://www.contasabertas.uol.br)), por exemplo, estão registradas algumas dessas informações. E mesmo vários órgãos do governo já tomam essa iniciativa, como se pode ver na página oficial da Presidência da República, onde um *link* encaminha o cidadão aos números das ações realizadas pelo Governo Federal.

Como veremos na seqüência, essas ações não têm, no arquivo, um parceiro de confiança. Isso ocorre nem sempre por razões econômico-financeiras, normalmente alegadas como justificativa da inação de determinados órgãos públicos. Há, também, uma relutância do arquivo em se colocar como agente informacional nos moldes em que exige a sociedade. Esse panorama, contudo, parece estar se modificando.

Um arquivo, como refere o Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística (1984, p. 25), é um “[...] conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades.”

De acordo com Fonseca (2005, p. 40), os arquivos existem, sob o formato que conhecemos hoje, desde a Revolução Francesa que, a partir de 1789, introduziu diversas modificações na sociedade daquele país, impondo políticas de caráter republicano. Com



relação às informações públicas, determinou o recolhimento da documentação produzida pela administração revolucionária, ao Arquivo Público, para preservá-la e, principalmente, torná-la acessível ao público, conforme a Lei de 7 de messidor<sup>11</sup>, art. 37: “[...] todo cidadão tem o direito de solicitar em cada depósito a exibição dos documentos ali contidos”.

À definição clássica sobreveio, nos últimos anos, uma nova configuração. Foi somada a idéia de informação ao conceito de “conjunto de documentos”. E nos últimos anos, com o crescimento exponencial do volume de documentos – e, portanto, de informações – produzidas pelas administrações, tanto públicas quanto privadas, aliado ao aporte tecnológico da área, houve profundas transformações.

A situação é de tal monta que muitos pretendem nomear nosso atual período como a Sociedade da Informação, e a área que dela se incumbe de Ciência da informação. Aceitemos ou não esses termos, é forçoso reconhecer que a informação, como resultado das atividades das instituições, foi efetivamente colocada em outro patamar. Nesse sentido, Silva (2002, p. 43) esclarece:

A Informação distingue-se, sem se separar, quer do conhecimento quer da comunicação, constituindo não uma substância indefinida e etérea, mas sim um fenómeno (humano e social) susceptível de ser conhecido cientificamente. Mais ainda: ela não se reduz, portanto, a um facto, a uma notícia ou a um qualquer dado de conhecimento, mas abarca impressões, emoções, sentimentos desde que, obviamente, (des)codificados humana e socialmente.

No Brasil, há uma grande deficiência, tanto no uso das informações arquivísticas no dia-a-dia da administração, quanto na sua disponibilização para a consulta da população. Embora a já citada Lei Nacional de Arquivos estabeleça princípios normatizadores, o funcionamento adequado dos arquivos dos órgãos públicos depende da boa vontade do administrador de ocasião. Portanto, não se trata corretamente do tema, pelas razões anteriormente elencadas. As informações normalmente estão indisponíveis, mesmo que sejam altamente relevantes.

---

<sup>11</sup> O termo “messidor” refere-se ao nome com que se passou a designar o 10º mês do calendário revolucionário, compreendido entre os dias 20 de junho a 19 de julho.

### 3.5 Comunicação e informação: diferenças e semelhanças

Para efetuar a análise das narrativas contidas nas correspondências, é necessário definir, de maneira concisa, nossa compreensão dos termos comunicação e informação. Desde logo, podemos afirmar que está longe de nossa pretensão estabelecer uma definição absoluta, sem outras discussões. Ao contrário, afirmamos que no atual momento histórico de alterações profundas no cenário tecnológico e social, supor a possibilidade de elaborar interpretações definitivas, é correr um risco teórico desnecessário.

É fato que a capacidade de articular sons inteligíveis distinguiu o *homo sapiens* das outras espécies animais que habitam o planeta. Ainda assim, reconhecemos que existem outros seres que se “comunicam”, num sentido mais amplo do termo. Ocorre, contudo, que ainda não se pôde estabelecer se essa prática é efetivamente condicionada a partir do domínio do emissor, ou se trata apenas de um reflexo natural, derivado de alguma necessidade básica (uma dor que produza algum gemido, por exemplo, e não para avisar que se está com dor). Fica estabelecido, então, que trataremos neste texto apenas do homem como portador da capacidade comunicacional.

Comunicação vem do latim “*comunicatio*”, que significa “tomar a refeição da noite em comum”. Essa ação não reflete o objetivo com precisão, pois o uso do termo não descreve o ato de comer, mas sim a interação resultante desta atividade, que seria a de colocar em contato as pessoas que estavam reunidas em um determinado local para tomar uma refeição. Assim, *comunicatio* passou a representar a ação de tornar algo comum, o que significa, para nossa compreensão, a idéia de comunicação.

Na história da humanidade, desde os primeiros momentos da socialização, o desejo humano de transferir aos outros aquilo que guarda consigo tem contribuído para produzir um número significativo de estratégias comunicacionais, vinculadas aos mais diversos suportes – tais como as pinturas rupestres, os tabletes de argila, os manuscritos medievais, a imprensa, o rádio, a televisão. Variando de capacidade, esses instrumentos serviram para que se pudesse estabelecer entre um emissor e um receptor a mais elementar dinâmica que congrega a humanidade: a troca de informações.

Pensamos, assim, ficar evidenciado que comunicação é, acima de tudo, um processo, que visa permitir o contato entre dois ou mais pólos de emissão. Resta,

entretanto, a questão fundamental que vai secundar essa definição: se comunicação é relação – ou seja, ação entre no mínimo duas esferas – e se é a ação de tornar comum, que elemento é objeto dessa prática, senão a informação?

O termo que dá origem à palavra informação é “*informatio*”, ou seja, dar forma a alguma coisa. Assim, a informação nasce revelando, desde aí, sua proposta de existência: uma ação, um processo, um fenômeno somente compreendido em funcionamento, que não pode se estabelecer, se não estiver em movimento. Isso se verifica, pois não é possível dar forma a qualquer coisa que seja, se não agirmos nesse sentido.

A informação é algo que, para traduzir com absoluto rigor o que o próprio nome está afirmando, precisa necessariamente dar forma a alguma coisa, dar forma a um pensamento, uma visão de mundo, um estágio de conhecimento que se revele suficiente e necessário para deslocar o sujeito cognoscente de um determinado estágio e levá-lo a outro, deixar uma determinada forma e, a partir da obtenção de uma informação, configurar-se em outra forma. Informação é processo, é um fenômeno que somente se constitui nessa perspectiva.

Desta forma, a informação aproxima-se da comunicação em dois níveis: num primeiro momento, como elemento a ser considerado na atividade de troca. Num segundo, como a própria ação de troca, ou seja, como ato em si mesmo, no sentido de que é um objeto em seu próprio movimento. Mas esta perspectiva semântica não pode tornar sinônimas comunicação e informação. Se assim fosse, não teria havido sentido usar dois termos diferentes para designar a mesma coisa. Esta circunstância não aconteceu por acaso, mas sim como fruto de um contexto identitário, que permite visualizar algumas distinções importantes.

Um local que exemplifica esta dinâmica é a *internet*, onde várias de suas ferramentas, como os *chats*, correio eletrônico, *blogs*, *weblogs*, trabalham com os conceitos de comunicação e informação nesta perspectiva que apontamos. Mais ainda, é possível afirmar que na rede mundial, informação e comunicação estão de tal forma associadas que uma não faz sentido sem a presença da outra.

### 3.6 Comunicação, informação e cidadania: a função dos arquivos

Em seu trabalho sobre a atual configuração das sociedades, Manuel Castells (1999, vol. 2, p. 409) apresenta seu modelo de “democracia informacional”. Segundo ele, embora não querendo fazer “uso de prescrições normativas e admoestações políticas”, é preciso pensar em “alternativas para a reconstrução da democracia, *do modo como elas se manifestam na observação das práticas das sociedades em meados da década de 90*” (grifo no original).

O autor apresenta três exemplos que considera relevantes para demonstrar em que sentido caminha o futuro da política informacional. O primeiro deles é a recriação do estado local, que significa a ampliação dos instrumentos de participação política dos cidadãos nos limites do município. É o reconhecimento, por parte de um especialista, do potencial emancipatório de mecanismos como o Orçamento Participativo, implementado em Porto Alegre pelo governo Olívio Dutra. O autor cita como exemplos dessa prática o aumento do número de consultas feitas aos cidadãos em locais como Amsterdã, na Holanda, ou Fukuoka, no Japão, e a inovadora experiência de autogestão promovida pela Prefeitura de Cuiabá, no Mato Grosso.

Em que pese o risco deste tipo de reorganização do poder em bases localistas, pelo impacto que pode causar na idéia já fragmentada do Estado-Nação, e cujos desdobramentos, por limitações de espaço, somos obrigados a omitir neste trabalho, é revigorante perceber que, pelo menos em nível local, existem alternativas ao esgotado modelo da democracia representativa, que não signifique apenas sua extinção, como pretendem alguns saudosistas dos modelos autoritários.

O outro exemplo considera a importância do “desenvolvimento da política simbólica bem como da mobilização política em torno de causas “não-políticas”, via eletrônica ou por outros meios”. (p. 411). Este procedimento avaliza a atuação de organizações não comprometidas com a política *strictu sensu*, e sim com causas que envolvem grandes contingentes da população mundial. É o caso de movimentos como a “Anistia Internacional, Medicina Sem Fronteiras, Greenpace”, etc. Tais movimentos descolaram-se de tendências ideológicas específicas, e não se enquadram dentro da estrutura partidária tradicional.

Embora esta tendência, em nossa avaliação, possa causar riscos de uma desideologização acentuada, que acabe por confundir a ação prática com proposições teóricas de longo alcance, também é uma forma de organização que precisa ser considerada positivamente. Tais organismos, instrumentalizados de maneira consistente, podem obter resultados que dificilmente os governos locais, por suas limitações políticas, poderiam alcançar. É o caso, exemplarmente, do trabalho realizado com as populações famintas que vagam sem destino no continente africano. A ressalva, apenas, é a de que esse tipo de ação não terá condições, por mais esforço que se faça, de resolver em definitivo os problemas estruturais que produzem estas dificuldades.

O terceiro e último exemplo apresentado por Castells é o que nos interessa diretamente neste trabalho. Com efeito, para compreendermos o papel desempenhado pelas cartas, neste ambiente estabelecido pelas redes de comunicação e informação, é preciso resgatar a perspectiva apontada pelo autor, muito embora ele esteja se referindo a uma tecnologia mais adiantada do que a utilizada para a emissão de correspondências. O princípio que defendemos, no entanto, em nossa compreensão, continua o mesmo.

Diz Castells (1999, p. 409/410):

[...] a oportunidade oferecida pela comunicação eletrônica de aprimorar formas de participação política e comunicação horizontal entre os cidadãos [...] facilitam a difusão e a recuperação de informações, proporcionando interação e realização de debates em um *fórum eletrônico independente, capaz de escapar do controle da mídia* (grifo nosso).

Duas questões aqui nos interessam diretamente: primeiro, a idéia de um fórum independente. Segundo, a possibilidade de “escapar da mídia”. Nesse sentido, torna-se claro que a função do arquivo não pode ser a de simples guardião de acervos, mas uma instituição que deve, sim, transformar-se num produtor informacional consistente, na medida em que organiza os documentos sob seu controle, de modo que eles possam ser consultados rapidamente, oferecendo informações consistentes sob os mais diversos temas.

Essa configuração do arquivo o torna um centro por excelência de divulgação informacional. Entendemos que, embora sob o controle do estado, ao se enquadrar na lógica de prestação de serviços informacionais ao cidadão, esse centro pode se transfigurar no “fórum independente” de que nos fala Castells (1999).

Logicamente, para que isso aconteça, é necessário que o estado compreenda que o arquivo, muito mais do que um órgão do governo, cujos mandatários são conduzidos ou reconduzidos ao poder, a cada intervalo definido de tempo, é uma estrutura do estado. É, portanto, dotado de um caráter perene que só este tipo de instituição pode ter. Assim, suas práticas organizacionais e definições de trabalho não podem ser alteradas, ao sabor das ideologias governamentais. Devem se constituir de modo permanente, tornando-se o local onde podem ser identificadas as ações de cada governo.

A segunda questão é a que diz respeito à mídia. Com efeito, também como já dissemos, a ação da imprensa, desde sua evolução, tem sido a de deixar de defender, de modo independente, os interesses de toda a sociedade, para se estabelecer como instrumento de propaganda de determinados interesses. Segundo Thompson (1998, p. 73):

A transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala é um processo que começou no início do século XIX. [...] Isto se deveu em parte às inovações técnicas na indústria da imprensa, e parte à transformação gradual da base de financiamento das indústrias da mídia e seus métodos de valorização econômica.

Mesmo que Thompson conteste algumas das observações feitas por Habermas, com relação à estrutura da esfera pública, principalmente no que diz respeito ao poder da mídia, ele também não pode negar que o processo de mercantilização reduziu a capacidade da mídia de informar o público com isenção. Assim, cresce de importância a existência de alternativas informacionais consistentes, para quem pretende participar do debate público.

Em nossa região, a situação pode ser perfeitamente compreendida, ao analisarmos a estrutura da mídia local. Pedrinho Guareschi e Osvaldo Biz, em recente trabalho<sup>12</sup>, revelaram a concentração da veiculação de informações na mídia televisiva, que, segundo os autores, é a que possui maior alcance em termos de audiência, no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, eles alertam para o fato de que o controle de mais da metade da produção dessa mídia está a cargo de apenas um grupo, sendo o restante distribuído por apenas outros quatro proprietários (GUARESCHI e BIZ, 2005, p. 53, gráfico 14). Mesmo que não se concorde integralmente com os pressupostos<sup>13</sup> defendidos pela Escola de Frankfurt – da

---

<sup>12</sup> GUARESCHI, Pedrinho A. e BIZ, Osvaldo. *Mídia & Democracia*. Porto Alegre: PG/OB, 2005.

<sup>13</sup> Esses pressupostos consideravam os receptores dos produtos da mídia como consumidores relativamente passivos, facilmente manipuláveis pelas técnicas midiáticas.

qual Habermas é tributário – como quer Thompson (1998), não há como negar que essa concentração deixa muito a desejar em termos de qualidade da informação.

Neste ponto, retomamos Castells (1999). Da necessidade de se estabelecer um mecanismo informacional capaz de escapar do controle da mídia, surge a perspectiva de fazer do arquivo este mecanismo. Isso deve ser feito nos moldes do que pretendemos chamar de uma esfera pública informacional, cuja função é tornar-se um espaço concomitante, complementar e, principalmente, concorrente ao trabalho da mídia.

Esse espaço deve ser concomitante, na medida em que dados referentes a determinados assuntos, debatidos pelo sistema de mídia, também poderão ser encontrados nos documentos do arquivo. Pode ser complementar, pois os dados que não tiverem maior divulgação poderão ser obtidos nos documentos de arquivo, e concorrente porque, em diversas oportunidades, afirmações feitas na mídia revelam-se enganosas, ao serem contrastadas com as informações registradas na documentação oficial.

Neste cenário, como considerar a função das correspondências? E como torná-las um método eficiente de relacionamento do poder público com a sociedade?. Mais ainda, de que modo é possível fazer dessa sistematização uma mola propulsora do desenvolvimento da cidadania? A resposta está, justamente, na potencialização dos conteúdos informacionais produzidos e enviados, ao longo do tempo, pelos cidadãos.

O aspecto principal a ser considerado, aqui, torna menos importante a capacidade tecnológica existente. Isso ocorre, não porque essa condição deva ser menosprezada, mas simplesmente porque, por mais capacitação instrumental que tenha uma administração e seus usuários, nenhuma manifestação será considerada sem que exista uma real estrutura informacional preparada para receber essas manifestações. E, caso haja essa estrutura, pouco importa se tais manifestações serão expressas via sistema eletrônico, *e-mail* ou carta.

O que importa aqui é o conceito, é a prática de ampliação da postura democrática, inerente a cada administração, e que deve preconizar o uso das informações de maneira propositiva, e não apenas como manifestações individuais. Se a política informacional, definida e utilizada pelos governos, “[...] for controlada por partidos e campanhas organizadas, a participação dos cidadãos via eletrônica será relegada a segundo plano”. (CASTELLS, 1999, p. 411). Nesse sentido, afirmamos que é indiferente a interface entre o poder público e o cidadão. O que importa é a vontade política de estabelecer essa prática.

Quanto ao arquivo, cabe uma tarefa inadiável a ser executada, e que demonstraria o interesse da administração em efetivar esse uso propositivo das informações. Novamente valemo-nos das propostas defendidas por José Carlos Vaz (apud SPINK, 2002, p. 282), que estabelece a função de um “Sistema Municipal de Arquivos”:

Quanto aos documentos, no caso do Sistema Municipal de Arquivos, as informações nele contidas, mesmo nos documentos inativos, garantem às pessoas acesso a dados muito ligados à sua vida material, como, por exemplo, aqueles que dizem respeito à demarcação de lotes urbanos. Neste caso, há exemplos de cidades em que só havia uma pessoa no município que sabia exatamente onde terminava a terra pública e onde começava a terra privada. Não é difícil imaginar o poder que um cidadão nessas condições pode amealhar nessa prefeitura e nessas cidades. É importante também nos lembrarmos dos documentos históricos. Há que se considerar que, ao falar de informações para a cidadania, está-se falando de direitos, incluindo o direito à identidade cultural e o direito à memória histórica, elementos centrais para a cidadania.

Esse conceito dialoga diretamente com a proposta que defendemos, pois vislumbra o arquivo como uma instituição dinâmica, cujo papel é o de produtor de informações úteis para alavancar o aumento, na população, daquelas ações práticas que consolidam o conceito de cidadania. Ao remover as barreiras existentes para o pleno acesso às informações públicas, o arquivo proporciona que o cidadão conheça sua comunidade, saiba quais são suas necessidades e, também, compreenda de que modo ele pode contribuir para tornar realidade o que a comunidade almeja.

O arquivo, sobretudo, deve ser o epicentro de um novo processo de gestão da informação, de modo a permitir esta troca entre o poder público e a comunidade. Desse modo, será possível fazer com que os problemas enfrentados no cotidiano das cidades possam ter sua solução encaminhada de modo qualificado. Mais adiante, ele especifica esta idéia:

Para que a gestão da informação possa organizar o fluxo de informações produzidas e disponibilizá-las na ótica da promoção da transparência e fortalecimento da cidadania, *é necessário modificar a maneira de se orientar a ação de quem produz, quem armazena, organiza e classifica a informação da prefeitura.*<sup>14</sup> (grifo nosso).

---

<sup>14</sup> Vaz *apud* SPINK, P. *Novos contornos da gestão local*. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, p. 287.



Considerando-se que as ações acima são típicas do trabalho no arquivo, não é difícil imaginar que devam ser conduzidas sob esta lógica informacional que defendemos. Com relação às correspondências, esses procedimentos podem e devem configurar uma acessibilidade tal que permitam, ao cidadão, saber quais as demandas requeridas por seus pares e, principalmente, quais as ações desenvolvidas pela Prefeitura para atendê-las.

A partir disso, difunde-se o círculo virtuoso do processo informacional, na medida em que, se determinada solicitação não foi atendida ou foi simplesmente negada, há espaço para uma nova rodada de solicitações, de tal modo que sejam esgotadas as possibilidades de obtenção de determinado pleito. Ao contrário, ao analisar as causas e conseqüências da imposição de uma exigência, o cidadão poderá saber, de modo preciso, que aquela demanda não foi atendida, não por desinteresse da Administração Pública, mas por motivos alheios à vontade desta. Talvez essa informação jamais teria sido obtida de outra forma, que não na interação informacional entre o Estado e o cidadão, promovida pelo funcionamento do arquivo como esfera pública informacional.

O conjunto de documentos formado pelas correspondências recebidas pelo Governo Olívio Dutra, tem sua relevância afirmada nessa perspectiva. São documentos públicos, que objetivam fazer ver ao Governo que há uma cidadania vigilante e atenta aos rumos da Administração. Essas cartas, muito mais do que simplesmente produzir informações úteis, o que fazem claramente, mesmo nos casos em que são dados equivocados, manifestam a pressão da cidadania sobre o governo.

Consideramos que, a partir da análise e organização desses documentos, tanto os governos quanto os outros cidadãos podem orientar suas manifestações, buscando a qualificação da sociedade em geral. Para tornar possível considerar esse conjunto tão diferenciado de registros em uma mesma estrutura, foi necessário visualizar seus objetivos finais, considerando esse elemento como o fio condutor da proposta de organização.

#### 4 CARTAS NA AÇÃO COMUNICACIONAL E INFORMACIONAL

A interação informacional, embora aconteça também no contato direto, é mais efetiva quando gravada em suportes físicos e divulgada através de documentos textuais. Muitas dessas informações são trocadas através de correspondências. Além de materializar a manifestação dos cidadãos, essas narrativas estabelecem uma demanda de organização física desses documentos dos cidadãos, interessados em manter uma relação qualificada com a Administração Pública.

Os resultados exemplificam o processo de informação e comunicação através da participação na esfera pública. As cartas possibilitam evidenciar elementos da relação entre a sociedade civil e o poder público. A partir das narrativas analisadas, podemos identificar como os cidadãos expressam suas necessidades, seus interesses mais diretos, além de mostrar qual sua relação com o Estado.

Essas manifestações evidenciam um caráter particular, privado, na medida em que são produzidas individualmente pelo cidadão. O conteúdo dessas narrativas se referem às solicitações deste tipo, mas os assuntos de que tratam, em várias oportunidades, mostram sentimentos repartidos coletivamente, ao menos em sua ponderação. Não é possível afirmar que este sentimento é efetivamente verdadeiro, mas é também equivocado simplesmente desconsiderá-lo.

Assim, podemos ressaltar que o conjunto de cartas, sob a responsabilidade de um arquivo, não só pode, como deve, ser colocado à disposição dos cidadãos, para que seja possível conhecer a avaliação de seus governantes, por parte da população. Essa é uma proposta de leitura do relacionamento que a sociedade civil estabelece com o Estado.

Ao se tornar agente informacional, o emissário dessa correspondência torna-se também, nesse mesmo movimento, um cidadão que possui, nas palavras de Gomez (1987, p. 159) uma “competência comunicacional”, cuja caracterização pode ser encontrada, por exemplo, nas chamadas “sociedades de correspondência.” (GOMEZ, 1987, p. 161).

Tais sociedades foram criadas como resposta dos trabalhadores ingleses, que, no final do século XVIII, procuravam “[...] contornar a proibição de associações nacionais de

trabalhadores”. (GOMEZ, 1987, p. 161). Para isso, valiam-se do correio postal, sistema de circulação da informação que, por não ser capaz de controlar o conteúdo das comunicações, permitia a troca de mensagens entre os trabalhadores.

Conforme Thompson (1997), essa “Sociedade Londrina de Correspondência” propiciava debates sobre questões de interesse dos associados. As dúvidas, ponderações e conclusões obtidas desse debate, realizado em tavernas, no horário noturno, eram remetidas, por carta, às outras sociedades de mesma função. Seus membros usavam esses métodos alternativos de comunicação, que não se submetiam às regras do jornalismo, tanto daqueles tempos, assim como o atual.

Esse método, contudo, não era infalível. Após um incremento exponencial do número de membros daquelas sociedades, o Estado britânico ordenou a prisão dos líderes do movimento, sob a acusação de “alta traição”. Interrogados, eles sofreram julgamento público, que, embora absolvendo-os, fez com que a experiência fosse encerrada.

Mesmo tendo um final negativo, foi possível, a partir da análise dos conteúdos dessas correspondências, evidenciar as ações comunicacionais como centro das manifestações por melhorias na qualidade de vida. Embora o autor não revele, esse conjunto de documentos certamente deve estar sob os cuidados de um arquivo, que, ao propiciar o acesso aos pesquisadores, permitiu essa descoberta.

Nessas condições, devemos compreender o contexto social da produção da informação pública, dos quais os arquivos serão os responsáveis. Entendemos que a sociedade é produtora e destinatária de informações que precisam estar disponíveis. Isso quer dizer que, na medida em que a sociedade produz informação, ao remeter seus documentos (neste caso, as correspondências) ao poder público, deve ser de interesse desta mesma sociedade que estas informações estejam passíveis de acesso.

Considerando que a esfera pública é o espaço onde a cidadania pode se mobilizar em busca de seus direitos, e que essa mobilização resulta do debate público, onde o melhor argumento sairá vencedor, é necessário estabelecer os conceitos com que vamos trabalhar. Virgínia Salomão, em um texto instigante intitulado *Jornalismo vigilante e legislação arquivística*, considera fundamental o avanço obtido pela promulgação da Lei de Arquivos, no que diz respeito à liberdade de informação:

A chamada Lei de Arquivos, e todas as regulações que lhe sucederam nesses doze anos, amplia a liberdade de acesso aos

documentos produzidos e custodiados pela administração governamental, nos moldes dos sistemas democráticos dos países centrais. É fácil antever a importância desta lei quanto à liberdade de informação jornalística, e difícil vislumbrar o porquê da sua não repercussão dentre os profissionais da imprensa, uma vez que os documentos públicos instrumentalizam vasta gama de direitos e deveres dos cidadãos em seu relacionamento com o aparelho do Estado. Além dos previsíveis direitos de cunho pessoal, como nos casos de produção de provas processuais, direitos hereditários ou trabalhistas, os arquivos públicos *registram o exercício da cidadania* no que se relaciona, por exemplo, ao uso dos serviços públicos de saúde, transportes, energia elétrica, telecomunicações, meio ambiente e assim por diante. (grifo nosso).<sup>15</sup>

Como vimos em Habermas (1984), contudo, a imprensa sofreu uma transformação, pela submissão aos interesses mercadológicos do mundo capitalista. Passou de uma atividade pública de mediação para uma função publicitária, no sentido de que deixou de informar para “vender” os fatos, de acordo com sua vontade. Assim, sua função viu-se conspurcada por interesses diversos daqueles da população, a quem deveria servir.

A própria Salomão, um pouco mais adiante, vai confirmar que “Ao concretizar-se o princípio da transparência na gestão administrativa dos negócios públicos, *permite-se a todo cidadão*, frise-se que não apenas aos jornalistas, o conhecimento e a participação na atividade estatal. (grifo nosso)” Assim, amplia-se a necessidade de informação dos atores sociais, de modo a permitir sua participação nas ações comunicacionais na esfera pública. Para que seja possível fornecer essas informações, é necessário que se estabeleça uma

[...] nova organização das instâncias deliberativas da esfera pública de modo que, ao lado da instância composta por representantes (como o Parlamento) possamos ter instâncias de maior poder participativo e direto dos cidadãos. (ALMEIDA, 1999, p. 174)

Essas instâncias não precisam necessariamente desconsiderar a imprensa como instituição mediadora da esfera pública. Para Gomes, essa estrutura seria uma:

[...] esfera de visibilidade [que] permitiria que o público editasse as informações como se fosse uma esfera pública. Ou seja, a partir de seus conhecimentos, informações, interesse e competência receptiva, o público poderia fazer uma edição própria das mensagens dos *media*. Mas isto somente seria possível dentro de certas condições, entre elas, que os

---

<sup>15</sup> SALOMAO, *apud* MATTAR, Eliana (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 65.

receptores possam *aprofundar suas informações em meios mais satisfatórios*<sup>16</sup> (grifo nosso)

Aqui fica esclarecida a noção de arquivo como esfera pública informacional. Sua atividade seria a de prover de conteúdos os cidadãos, que, na busca por seus direitos, mobilizam a estrutura do Estado, promovendo o debate público, propiciado pelas informações obtidas. Evidentemente, esses conteúdos estão em todos os documentos que fazem parte da administração do Estado, e o acesso a esses dados permitem a convergência informacional, necessária ao debate de argumentos. Esta é a essência do direito à informação. Como afirma Jardim (2006, p.2):

Do ponto de vista do direito à informação, os aparelhos de Estado devem [...] comunicar suas atividades e o impacto que estas produzem na sociedade civil, à qual, por sua vez, deve ter assegurado o livre acesso a tais informações. O direito à informação transforma, ao menos teoricamente, o território administrativo em território partilhado, em espaço de comunicação.

A disponibilização dos conteúdos das cartas enviadas ao Prefeito de Porto Alegre, portanto, torna a ação comunicacional do cidadão visível, não somente para si mesmo, mas, principalmente, a todos os interessados. Ao disponibilizar tais informações, demonstrando o relacionamento da sociedade civil, através de seus cidadãos, com as esferas de governo, é possível transformar a ação individual dos cidadãos em componente ativo da esfera pública informacional, da qual o arquivo é um palco privilegiado de acontecimentos.

---

<sup>16</sup> Gomes *apud* ALMEIDA, J. *Mídia, opinião pública ativa e esfera pública democrática*. Revista Comunicação & política, n.s., v. VI, n.1, p. 157-131, jan. - abril de 1999, p. 177.

## 5 METODOLOGIA DA ANÁLISE

Neste capítulo, apresentaremos o tipo de estudo, os procedimentos adotados para desenvolver a pesquisa e as cartas selecionadas para a análise.

Para abordar essas narrativas, foi realizada uma análise da atual estrutura da documentação, de modo a compreender como ela está organizada. Essa documentação é formada por textos escritos à mão ou à máquina, sob a forma de mensagens que vão de frases simples e composições específicas, até textos de relativa complexidade e evidente domínio das técnicas narrativas. Utilizamos a técnica da Análise de Narrativa, para considerar os textos, de modo a tornar possível compreender o conteúdo informacional dessas correspondências.

Também foi efetuado um levantamento estatístico das correspondências, para estabelecer os formatos das cartas, de acordo com suas características intrínsecas, como a presença ou não de datas cronológicas, ou se a correspondência foi lida pelo Prefeito. Esse levantamento objetivou, ainda, conhecer aspectos secundários das correspondências, que poderiam, ou não, influenciar a narrativa desenvolvida pelos autores.

Por último, executamos procedimentos de organização das correspondências, de modo a permitir a avaliação prática dessa proposta. Foi utilizada uma notação específica para determinar os documentos nesse novo arranjo imaginado.

### 5.1 A organização atual da documentação

O Quadro de Arranjo que organiza a documentação analisada está atualmente assim estruturado:

#### **Fundo: Gabinete do Prefeito**

Série:

2.1.5 Correspondência

2.1.5.1 Recebida

- 2.1.5.1.10 Particulares
  - 2.1.5.1.10.1 Agradecimentos, convites, congratulações e condolências
  - 2.1.5.1.10.2 Comunicados
  - 2.1.5.1.10.3 Solicitações, reivindicações e requerimentos
  - 2.1.5.1.10.4 Informações
  - 2.1.5.1.10.5 Reclamações
  - 2.1.5.1.10.6 Sugestões
  - 2.1.5.1.10.7 Oferecimento de presentes

Esse quadro possui um detalhamento completo dos assuntos dos documentos, produzindo um número bastante grande de séries e subséries. Foram relatadas, aqui, apenas a séries e subséries relacionadas diretamente aos documentos analisados.

## **5.2 Procedimentos de pesquisa**

As cartas utilizadas para essa análise foram organizadas e estão disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Municipal Moyses Vellinho. Formam um acervo numeroso, abrangendo as correspondências enviadas aos primeiros administradores da capital, a partir da Proclamação da República, até o período da administração do Prefeito Olívio Dutra.

O arquivamento das cartas foi feito de acordo com os critérios estabelecidos pelos profissionais daquela instituição. A transferência das correspondências aconteceu segundo critérios estabelecidos pelos servidores da Prefeitura, responsáveis por sua recepção, de modo que não há como determinar o que foi mantido e quais correspondências foram descartadas. Isso implica em dificuldades para definir a integralidade do conjunto, mas não interfere nos aspectos discutidos neste estudo.

Foi realizado um estudo preliminar que permitiu identificar o conjunto documental a ser analisado. A partir dessa investigação prévia, nossa escolha recaiu sobre o primeiro período do governo da Administração Popular, cujas cartas já se encontram acessíveis. Essa escolha foi corroborada pela condição do governo Olívio Dutra, que se inseria num momento histórico de mudanças na política brasileira. Como já dissemos, o fato de Olívio encarnar, no imaginário popular, a figura do trabalhador que assume o poder justifica este recorte.

O conjunto de cartas é formado pelas correspondências enviadas durante os anos de 1988, 1989 e 1990. O estudo comparou as narrativas dessas cartas, e destacou os elementos utilizados para compor a relação entre comunicação e informação. Estabelecemos, como um primeiro critério de escolha, a classificação adotada pelo Quadro de Arranjo atualmente implementado, que diz respeito aos elementos com que cada correspondência foi organizada. Esse Quadro de Arranjo contém, em resumo, as seguintes correspondências:

1. Correspondências recebidas de empresas privadas: 84 cartas;
2. Correspondências recebidas de particulares (agradecimentos, convites, congratulações e condolências): 94 cartas;
3. Correspondências recebidas de particulares: 104 cartas;
4. Correspondências recebidas de particulares (solicitações, reivindicações e requerimentos): 171 cartas.

Total: 453 cartas

Destas cartas, foram analisadas as seguintes subséries:<sup>17</sup>

2.1.5.10.2 – Comunicados: 2 cartas

2.1.5.10.4 – Informações: 35 cartas

2.1.5.10.5 – Reclamações: 28 cartas

2.1.5.10.6 – Sugestões: 33 cartas

Total: 98 cartas

As subséries “2.1.5.10.1 – Agradecimentos, convites, congratulações e condolências” (94 cartas) e “2.1.5.10.7 – Oferecimento de presentes” (três cartas), por não tratarem especificamente da dinâmica defendida neste estudo, foram descartadas.

Sobre a subsérie “2.1.5.1.10.3 – Solicitações, reivindicações e requerimentos” (179 cartas), é necessário fazer uma observação. Em que pese a quantidade significativa, essas cartas não foram utilizadas. Devido ao procedimento de avaliação, estão reunidas neste tópico correspondências que possuem as características procuradas, junto com cartas que tratam de assuntos que visam obter ganhos individuais, o que não se enquadra na perspectiva de cidadania aqui compreendida.

---

<sup>17</sup> Nessa subsérie, localizamos três correspondências que não pertencem ao conjunto.



A transcrição dos conteúdos analisados não considerou as técnicas determinadas pela análise paleográfica, já que não é objeto desse estudo a análise do aspecto formal das correspondências. Nosso enfoque está em seu conteúdo, portanto entendemos ser desnecessária qualquer preocupação com a transliteração fidedigna dos termos das cartas. Ainda assim, correções de vocabulário e de ortografia foram evitados, para que não se perdessem as evidências do procedimento lingüístico desenvolvido em cada caso.

O conjunto de correspondências identificadas para análise é composto por 53 mensagens enviadas ao Prefeito, especificamente, ou à Prefeitura, dentre as mais de 104 pertencentes à subsérie. Essas cartas possuem características determinantes para sua seleção, dentre as outras cartas do acervo, de modo a permitir visualizar os aspectos ponderados nesse estudo.

A principal característica dessas narrativas é a de não possuir um padrão formal de comunicação. As correspondências apresentam linguagem variada, algumas demonstrando que seu autor domina um bom vocabulário, o que é perceptível nas expressões utilizadas. Outros textos têm erros de ortografia e concordância verbal e nominal, e outros, ainda, usam um linguajar de baixo nível, ao estabelecerem interlocução com o Prefeito.

Essas características demonstram em comum a necessidade de comunicar, seja de modo “agradável” ou “ofensivo”, como foi registrado em várias oportunidades. O interesse maior é levar ao administrador público seus anseios, suas necessidades e expectativas, e também sua avaliação, “sincera e objetiva”, em muitos casos, da realidade cotidiana. O que os narradores das cartas desejam é estabelecer uma relação direta com o poder público. Nesse conjunto de cartas, definimos alguns elementos que podem ajudar a compreender melhor esses mecanismos.

Para definir estas estratégias, propomos critérios de organização que respeitassem a perspectiva dialética, estabelecida entre os conceitos de comunicação e informação. Além disso, foi necessário implementar procedimentos de análise, que, embora considerando todo o conjunto do texto, tornassem mais evidentes os trechos que confirmam nossas afirmações. As correspondências que não se enquadraram nos parâmetros de interesse deste trabalho também foram analisadas, pois poderiam complementar o que estava sendo investigado.

A fim de compreender o fenômeno do arquivo como espaço público informacional, foi estabelecida uma divisão temática entre as cartas cujo teor é relativo à comunicação,

compreendendo aquelas que se enquadram nessa perspectiva, na forma como a definimos anteriormente. Essas correspondências estão reunidas em uma série denominada “Comunicação”. Da mesma forma, aquelas cartas cujo texto possui caráter informacional estão sistematizadas na série “Informação”.

No item “Comunicação”, de acordo com nossa interpretação, foram consideradas todas as narrativas que preendem “colocar algo em comum”, considerando-se assim o significado do termo, apresentado no capítulo anterior. Para isso, as cartas foram avaliadas de acordo com seu conteúdo, identificando este aspecto como elemento principal.

Na série denominada “Informação”, foram classificadas as cartas cuja narrativa pode fornecer elementos informacionais, relativos a questões como problemas de infraestrutura, de organização da cidade, ou de dificuldades no fornecimento de serviços públicos. Além disso, foram elencadas as narrativas que visavam explicitamente fornecer uma informação, ainda que fosse para questionar, concordar ou desfazer de atitudes da Administração Municipal.

Do total de 104 correspondências analisadas, 12 foram classificadas como sendo estritamente “Comunicação”, recebendo a notação “1.0”. Outras 41 cartas foram definidas como sendo “Informação”, tendo a notação “2.0”. Foram reunidas numa terceira série, com a notação “3.0”, as cartas que combinavam ambos os fatores, configurando o que denominamos “Manifestação”. São 28 cartas nesta série. Outras 23 não refletiam claramente nenhum desses elementos, formando a série “Diversos”, com a notação “4.0”. Seguem abaixo os percentuais de cada classificação:

<b>Série</b>	<b>Quant. de Cartas</b>	<b>Percentual</b>
1. Comunicação	12	11,54%
2. Informação	41	39,42%
3. Manifestação	28	26,93%
4. Diversos	23	22,11%
Total de cartas	104	100,00%

Fonte do autor

Desde logo, concordamos que as dificuldades em efetuar tal avaliação dos conteúdos dessas correspondências é uma tarefa difícil. Com efeito, não é com uma simples avaliação que se estabelece a primazia de um conteúdo sobre outro. Isso implica

em sugerirmos uma outra dinâmica, complementar e, ao mesmo tempo, primordial: a sobreposição de avaliações. Em diversas cartas, comunicação e informação encontram-se de tal modo imbricadas, que seria um equívoco simplesmente avaliá-las numa ou noutra configuração.

Nesse sentido, a ação teórica do arquivista, produzida desde sua reconfiguração profissional, torna-se imprescindível. É preciso avançar para além da simples avaliação tradicional, considerando outras variáveis até então despercebidas. Como defende Luis Carlos Lopes (2000, p. 50):

O significado do trabalho do arquivista é, também, em si mesmo, o da produção de conhecimentos, porque quando se organizam arquivos está-se atribuindo um olhar sobre a fonte geradora e acumuladora de informações. A produção e a execução de planos de classificação, avaliação e descrição são exemplos claros da produção de conhecimentos.

Assim, para compor a estrutura informacional do arquivo, considerando-o conforme a proposta sugerida neste trabalho, é preciso desenvolver alguns elementos informacionais que completem os dados relativos às narrativas, permitindo, com isso, que o ciclo informacional seja completado. As cartas precisam ser identificadas, por exemplo, de acordo com o posicionamento do emissor: ele concorda ou não com a política desenvolvida pela Administração, com respeito ao tema que ele traz; a narrativa possui informações a respeito do fato, ou simplesmente apresenta a posição do narrador; exige uma resposta da Administração, ou apenas se manifesta.

Esses são alguns dos elementos relativos ao aspecto comunicacional da carta. Com relação à informação, seria importante destacar, dentre outros, qual foi o órgão referido pelo conteúdo, quem recebeu essa correspondência, de que modo lhe deu destinação, etc. Essas considerações podem produzir modificações no trato destes dados, potencializando a capacidade operacional da Prefeitura, no atendimento das demandas dos cidadãos.

Os questionamentos apresentados acima são apenas exemplificativos. Seria necessário, primeiramente, estabelecer uma estrutura informacional capaz de, ao receber essas correspondências, determinar sua organização com essa perspectiva. Isso poderia ser efetuado pelos órgãos responsáveis pelo contato com a população, como uma Secretaria de Comunicação Social ou um Departamento de Relações Públicas.

A denominação dos órgãos e seu posicionamento na hierarquia da Administração não são objetos desta proposta. O que é necessário é que possuam capacidade de gestão sobre todos os procedimentos comunicacionais efetuados pela Administração, tornando-se, portanto, o gerente da *interface* entre o Estado e o cidadão demandante.

Estabelecidos esses mecanismos, parte-se para a função do arquivo. Somente com essas condições perfeitamente implementadas, o arquivista – responsável por receber as informações, após sua tramitação nos órgãos de origem – poderá implementar uma política de organização documental que permita, ao longo dos anos, a consulta das informações coligidas nestes documentos.

Com isso, ao se realizar uma pesquisa a respeito, por exemplo, do progresso obtido pelo sistema de transporte coletivo ou do desenvolvimento do sistema de abastecimento de água, o pesquisador poderá aferir, com relativa precisão, os desdobramentos ocorridos desde uma primeira impressão a respeito desses assuntos. Além disso, poderão ser obtidos dados específicos, conduzindo as ações futuras de reorganização desses serviços. A forma que essa estrutura assumirá será desenvolvida na seqüência.

A análise estrutural das correspondências revela elementos importantes para a definição de sua organização. Os quadros abaixo resumem alguns desses elementos, que precisam ser considerados, quando se executa o trabalho de classificação do conjunto documental. Novamente, o que apresentamos aqui tem uma pretensão exemplificativa, já que depende de uma reorganização dos procedimentos metodológicos definidos pela instituição.

Outra proposta de análise poderia identificar as cartas que possuem data, aquelas que estão assinadas, etc. Também é possível trabalhar com o cruzamento desses elementos, permitindo verificar, por exemplo, quais possuem data, mas não estão assinadas. Tais leituras são importantes para permitir olhar além dos dados objetivos, buscando obter outras informações a respeito do autor das narrativas, que não aquelas explicitadas no texto. Essa análise não será efetuada, por não ser objeto específico deste estudo.

Como grande parte das correspondências está escrita em folhas com textos de frente e verso, foi necessário digitalizá-las de acordo com uma convenção que demonstrasse isso. Assim, optou-se pela utilização de uma notação alfabética, para indicar os casos em que o texto supera uma página. Disso, resultou o seguinte modelo de notação:

1 – 01 – A
------------

Nessa notação, o primeiro número indica a série (no exemplo acima, “Comunicação”). O segundo número determina o próprio documento e, por último, a letra “A” identifica se o documento possui apenas uma lauda. Caso seja um documento com mais de uma página, seria identificado pela letra “B”, e assim sucessivamente.

### 5.3 O estudo das narrativas

Para efetuar este estudo, as correspondências foram tomadas como narrativas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo método da Análise de Narrativa. Como propõe Gancho (2004, p.5), “Analisar um texto e compreendê-lo supõe não só a familiaridade com a leitura, como também uma metodologia, ainda que informal”. Nessa pesquisa, apresentamos um esboço dessa metodologia, sabendo, desde já, que em cada análise desta tipologia documental, é necessário estabelecer um formato adequado.

Uma narrativa, sobre qualquer assunto, sempre quer contar uma história. Reuter (2002, p. 9) afirma, com muita propriedade, que:

Nossa cultura reserva um largo espaço às narrativas, dos mitos e lendas – antigos e modernos –, a todas as narrativas cotidianas da vida familiar, passando pelas narrativas da imprensa ou dos romances literários. Além disso existe um grande número de teorias, muito diferentes, para compreender e interpretar essas narrativas múltiplas e proteiformes. Algumas teorias devolvem-nas à história, outras tratam de abordá-las de um ponto de vista sociológico ou psicanalítico, outras ainda estudam as formas e as funções da gênese das narrativas pela criança etc. Algumas se interessam essencialmente pelas suas condições de recepção, outras vêem essas narrativas em si mesmas.

Nosso estudo inclui outros componentes que tornam as cartas ainda mais complexas: em primeiro lugar, não são textos literários; portanto não possuem grande parte dos elementos normalmente identificados neste tipo de narrativa. Conforme Gancho (2004, p. 11), “Toda narrativa se estrutura sobre cinco elementos, sem os quais ela não existe.”

Estes são elementos necessários em uma narrativa literária, o que não é o caso deste trabalho. Assim, é preciso analisar outros aspectos para compreender o fenômeno narratológico das cartas.

Um dos elementos principais diz respeito ao objetivo dessas narrativas. Nas cartas ao Prefeito, elas buscam principalmente informar, e este é um elemento que deve ser considerado em sua análise. A abordagem envolveu verificar o que informam as cartas, ou de que modo se estabelece a informação; quem são as personagens envolvidas; e onde se encaixa a figura do governante, personagem principal desta narrativa informacional.

Francis Vanoye (1991), propõe uma análise interessante, valendo-se das funções definidas por Roman Jakobson.<sup>18</sup> Ele comenta que a classificação autonômica das funções tem sido questionada por alguns lingüistas, por conta de sua artificialidade. Ele também reforça, no entanto, o valor dessa classificação, afirmando que as funções não são excludentes, podendo ocorrer de maneira concomitante, embora sempre seja possível evidenciar uma delas como dominante. A cada uma delas corresponde uma função superposta.

Mais adiante, Vanoye (1991, p. 68) afirma que a função referencial é a mais importante e que sempre estará presente no texto. Segundo ele, “[...] é possível conceber uma classificação das mensagens conforme a importância das funções nela representadas”. Completando esse raciocínio, o autor trata de simplificar a compreensão desse aspecto, apresentando quais os elementos referenciais que devem estar presentes em uma mensagem desse tipo:

[...] informações enumeráveis, sintetizáveis, brutas ou objetivas – e que os outros elementos definem o trabalho de organização dessas informações em função do propósito almejado pelo autor da mensagem. Escrever é organizar e dar forma a um certo número de ‘dados’; mas esses dois processos não são jamais deixados ao acaso, não são ‘inocentes’; eles manifestam a finalidade da mensagem e seus objetivos determinantes.

Com relação aos objetivos, numa ação informacional, é evidente que o primeiro aspecto é o de informar. Mas é necessário ir além. Ao aceitarmos o processo de produção da informação, podemos compreender a função das cartas, de acordo com o que propomos, como mecanismo de participação na esfera pública.

---

<sup>18</sup> Essas funções, em número de seis, são as seguintes: expressiva, conativa, referencial, fática, metalingüística e a função poética.

Isso exige, sobretudo, atender à lógica da informação, para atingir os objetivos dos narradores. A argumentação racional produz uma reflexão sobre a informação transmitida. Nesse tipo de comunicação, assim como no processo informacional, a conduta argumentativa deve ser compreendida de modo diverso do que se concebe na Teoria Matemática da Informação, de Shannon e Weaver, que limitam o processo comunicacional aos elementos emissor – mensagem – receptor<sup>19</sup>. Pensar a participação no espaço público, relacionando-o às cartas, é algo que não pode ser limitado a esse esquema linear. A ação informacional produzida pelas cartas vai além, buscando convencer o destinatário, ao mesmo tempo em que informa.

### 5.3.1 Fatos, personagens e enredo

As narrativas tratam de fatos que sempre estabelecem uma relação direta do narrador com o destinatário, no caso, o Prefeito. São pedidos de melhorias na infraestrutura, denúncias de problemas envolvendo bens públicos, etc. Algumas fazem advertências sobre a situação da Administração como um todo, identificando problemas que só podem ser resolvidos, para o narrador, pela intervenção direta do Prefeito.

Os fatos mais recorrentes encontrados são relativos às obras a serem executadas. No conjunto analisado, diversas cartas narram problemas, envolvendo alguma obra ou serviço desenvolvido pela Prefeitura. De modo geral, a crítica é empreendida de modo a fazer ver ao Prefeito a necessidade urgente da sua intervenção no problema, de modo a impedir que ele persista.

Outro elemento constante diz respeito à percepção que os cidadãos possuem sobre o governante. Como membro do partido “dos trabalhadores”, Olívio Dutra é visto em uma faixa ideológica à esquerda do espectro político. O resultado disso é que a figura do Prefeito atrai comentários variados, que vão do apoio explícito ao argumento mais desqualificador. Na média, porém, fica evidenciada a expectativa por um governo que se apresenta como o “novo”, no panorama político da cidade.

O que denominamos aqui como enredo trata-se, na verdade, das estratégias do narrador, das figuras de linguagem, dos elementos colocados no texto, que servem, na

---

<sup>19</sup> Araújo *apud* HOHLFELDT, A. *et all. Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 121

perspectiva desse narrador, para alcançar os objetivos a que se propõe. São expressões típicas, adjetivos, manifestações do senso comum, etc. Todas as expressões são utilizadas quando a questão é convencer. Dessa forma, tornam-se contumazes construções que identificam “o amigo Prefeito”, o nosso “companheiro”, o “digníssimo Prefeito”.

Essas narrativas buscam sempre tornar mais atraente o conteúdo da carta, mesmo que seja apenas um aviso ao Prefeito sobre potenciais situações de beligerância, no seio da Administração Pública. Ou seja, ainda que não se pretenda, com isso, obter benefícios diretos, o procedimento comunicacional é o mesmo daqueles casos em que o autor da carta pretende conseguir ganhos pessoais.

Com isso, ficam evidentes as conexões entre informação e comunicação, cuja prática está visualizada nas cartas. Ao utilizar esses procedimentos, os narradores se transformam em produtores de informação, pois transmitem ao interlocutor sua leitura da realidade, buscando interferir nessa realidade e modificá-la de acordo com sua perspectiva. Esses conteúdos, ao serem apropriados pelos destinatários (no caso, o estado, na figura do Prefeito municipal), podem ser extremamente úteis à própria Administração e à cidadania em geral.

Na maioria das narrativas, os personagens são o próprio narrador, o Prefeito e outras figuras públicas. Essas personagens podem desempenhar papéis diferenciados, a depender dos objetivos almejados com a narrativa em questão. O enredo trata sempre de assuntos do cotidiano, a serem explorados durante a narrativa. O conteúdo gira em torno das necessidades apresentadas pelo narrador, que o motivaram a escrever aquela carta. Assim, de modo geral, há um enredo simplificado, em sua maioria desenvolvido sob um aspecto central, que é o fato narrado.

#### **5.4 As narrativas das cartas e as “estratégias comunicacionais”**

O termo “estratégias comunicacionais” está presente, nesse trabalho, pela necessidade em compreender os artifícios de narração utilizados para obter os resultados esperados dentro do contexto da esfera pública informacional. Como já foi exposto, a informação precisa ser difundida, de modo a se consolidar como elemento fundamental na



produção do conhecimento. Considerando que o mecanismo responsável por isso é justamente a comunicação, cabe identificar de que modo essa relação se constitui.

No caso das correspondências, são diversas as estratégias comunicacionais utilizadas nos textos. Em determinadas narrativas, a tática é aproximar-se do interlocutor, tornando-o próximo de sua vivência, de sua experiência de vida ou de seus problemas. Em outras tantas cartas, contudo, a narrativa busca uma posição oposta, tentando desqualificar o Prefeito, por sua origem, seu trabalho e sua militância política.

Ambas demonstram que o objetivo é chamar atenção para o que pretendem dizer, além do que estão efetivamente comunicando. Uma carta que desqualifica a figura pública do Prefeito pretende referir sobre o despreço que uma parte dos habitantes do município possui com relação àquele homem público. Isso transcende a avaliação imediata de que algumas pessoas não gostam do Prefeito, apontando para uma interpretação da realidade que se manifesta sob os argumentos da crítica aos atos praticados pelo governante.

Nesses casos, as estratégias comunicacionais possuem forte conteúdo informacional, pois demonstram o modo como os autores percebem a figura do Prefeito na comunidade. Esse tipo de avaliação é superior ao que se poderia obter com uma pesquisa, pois as nuances reveladas nesses documentos possuem variáveis que dificilmente poderiam ser obtidas por um questionário padrão, onde uma resposta pode induzir o pesquisado a emitir avaliações que não são as que verdadeiramente ele gostaria de dizer.

Para analisar essas narrativas, decidimos, como procedimento, elencar as correspondências nas seguintes categorias: “Avaliação positiva”, “Avaliação negativa”, “Avaliação neutra”. Esses elementos caracterizaram, em nossa análise, a postura adotada pelo narrador para estabelecer a dinâmica comunicacional com o Prefeito, produzindo – ou não – os efeitos desejados. A partir desses critérios, foi possível interpretar os procedimentos adotados, analisando seus conteúdos informacionais.

Além desse aspecto, é importante salientar que algumas dessas estratégias comunicacionais serviram como elemento identificador das categorias acima propostas, permitindo uma visualização de conjunto, necessária para identificar nos documentos a dimensão que possuem. Assim, foi realizado um levantamento estatístico das cartas que se enquadram em cada uma destas categorias.

Os elementos informacionais a serem coligidos foram organizados em uma estrutura própria, derivada do que foi encontrado nas correspondências. Assim, cada carta foi analisada individualmente, destacando-se os dados relativos aos temas abordados. Nesse procedimento, as cartas que tratam da temática sobre iluminação pública devem preencher tópicos que identifiquem, com precisão, o local a ser atendido, o tipo de serviço a ser realizado e, principalmente, a dimensão social que aquela demanda vai contemplar.

A essas informações derivadas das correspondências devem somar-se os dados produzidos pelo próprio órgão que se encarregou do atendimento. No caso da instalação de uma luminária, por exemplo, é preciso identificar quais os procedimentos utilizados para a aquisição do equipamento, o custo dispendido com a mão-de-obra para realizar o trabalho, bem como o custo dessa obra, em relação ao total reservado no orçamento público.

Esse conjunto de informações, que, no caso acima, são apenas exemplificativos, podem servir não apenas para avaliar o trabalho executado, mas, principalmente, para contrastar com as afirmações produzidas pela mídia, com relação às atividades desenvolvidas pelo governo. Assim, a população da cidade terá melhores condições de avaliar uma determinada Administração, quando ocorrer uma próxima disputa eleitoral.

Para que isto se torne realidade, contudo, são necessárias duas circunstâncias imprescindíveis. Uma, de ordem técnica, diz respeito ao modelo adotado para a divulgação dessas informações. Como revela José Carlos Vaz, em excelente trabalho desenvolvido no livro “Novos contornos da gestão local” (SPINK et al, 2002, p. 279):

Para que se possa garantir às entidades da sociedade civil o direito de pesquisar dados e receber informações de seu interesse nos órgãos públicos municipais, é indispensável a criação de normas legais e procedimentos administrativos para acesso às informações. Precisam ser simples e claramente definidos, não deixando dúvidas sobre a responsabilização pelo fornecimento de informações, a definição de que tipo de organizações podem acessar as informações, os prazos de resposta e o universo de temas sujeitos à pesquisa e acompanhamento. [...] Dispondo de mais informações, é possível *opinar sobre iniciativas do poder público e apresentar alternativas para soluções dos problemas.* (grifo nosso).

O que trata esta proposta, como fica evidente, é que os parâmetros a serem utilizados para a organização das informações precisam levar em consideração, principalmente, a participação de todos. Isso significa que não se podem utilizar, como critérios de arquivamento e divulgação, elemento demasiado extensos, que confundam o

usuário, fazendo-o percorrer diversas etapas, até obter os dados de que precisa. E, mais uma vez, fica explícito que os mecanismos participativos são práticas que auxiliam o desenvolvimento da cidadania.

A outra questão necessária para se implementar esse tipo de procedimento informacional diz respeito aos aspectos subjetivos, derivados da compreensão política do tema. Nessa mesma obra, ressaltamos um trabalho cujo título “Participação, representação e novas formas de diálogo público”, por si só já demonstra a preocupação com essa dinâmica. Nele, Sílvio Caccia Bava aponta que:

Os instrumentos regionais de diagnóstico, planejamento e avaliação devem estar a serviço da modernização da máquina administrativa, otimizando recursos, diminuindo fluxos, racionalizando processos, bem como produzindo e sistematizando informações, criando subsídios para compreender a dinâmica do município, bases para intervenção e *instrumentos de socialização de informações* e de democratização da gestão<sup>20</sup> (grifo nosso).

O efeito mobilizador desse tipo de organização informacional é o grande resultado a ser obtido, a partir da sistematização e publicação de informações oriundas das comunicações enviadas ao poder público. Ao obterem condições de acompanhar suas solicitações e conhecer as eventuais dificuldades em atendê-las, e quando essas demandas se concretizarem, a cidadania sentir-se-á valorizada. Isso fará aumentar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, mantendo-se informado, discutindo com suas comunidades, exigindo mais e mais resultados positivos do poder público.

Como se pode perceber, contudo, tais requisitos somente poderão ser estabelecidos por governos efetivamente comprometidos com a expansão do conceito de democracia. E essa circunstância exige uma postura cada vez mais afirmativa da cidadania. Como revela José Carlos Vaz:

[...] a informação é um direito da cidadania. Radicalizar a democracia exige, portanto, um esforço de ampliação do acesso dos cidadãos às informações referentes ao governo municipal ou de posse deste. [...] É necessário criar possibilidades de maior participação popular em todo o processo de gestão, desde a formulação das políticas até sua avaliação. [...] é preciso redirecionar o funcionamento dos órgãos municipais para o fornecimento de informações à sociedade civil, abrindo as “caixas pretas” da informação, como o orçamento público e

---

<sup>20</sup> Bava *apud* SPINK et all. *Novos contornos da gestão local*. SP: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, p. 9

os grandes projetos de intervenção para o entendimento por parte da sociedade.<sup>21</sup>

Ou seja, é a partir da implementação de outros modelos de gestão pública, pautados pelos princípios informacionais defendidos no curso deste estudo, que se pode falar em incremento da cultura da cidadania. Esse novo modelo, pautado pela transparência no trato com a coisa pública, é uma das chaves para a qualificação da administração do Estado, retirando seu caráter elitista e entregando-o integralmente a quem tem direito. Nesse processo, temos nas cartas uma evidência bastante expressiva.

---

<sup>21</sup> Vaz *apud* SPINK et all. *Novos contornos da gestão local*. SP: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, p. 271.

## 6 AS CARTAS COMO NARRATIVAS DOS CIDADÃOS

Para compreender as narrativas das cartas analisadas, passamos a exemplificar esses conceitos a partir de fragmentos das correspondências. As cartas consideradas nesta pesquisa utilizam estratégias comunicacionais cujos conteúdos perpassam o debate político ideológico. Os textos possuem concepções favoráveis à ideologia do partido, mesmo que essa seja mais subjetiva do que objetivamente concretizada. Não há, portanto, nenhuma consideração neutra.

Nessa condição, estas cartas funcionam como elemento de contato do cidadão com o poder público. Ao produzir essas narrativas, o cidadão evidencia sua participação, manifestando sua opinião sobre a Administração Pública, ao mesmo tempo em que anuncia ou vê contempladas suas necessidades individuais. Essa condição é que permite estabelecer uma distinção, ainda que tênue, entre a comunicação e a informação derivadas das narrativas, e conceber o arquivo como esfera pública informacional.

### 6.1 As cartas e a narrativa comunicacional

Em carta enviada diretamente ao Prefeito, um cidadão comunica, com evidente alegria, que:

[...] tenho ficha no Partido dos Trabalhadores e sou aposentado a dois anos pela Cia Carris Porto Alegre. Fui seu eleitor para Deputado e agora Prefeito. Em ambas as ocasiões trabalhei junto a minha categoria no sentido de *chegarmos à vitória* (grifo nosso). Carta 1.03.A.

Em trecho posterior, ele procura alertar a Administração para que, ao indicar a direção da companhia em que trabalhava, “[...] se alertem para os eternos aproveitadores” que, segundo ele, mudam de orientação política conforme sopram os ventos administrativos.

O que vemos, nesse caso, demonstra explicitamente uma necessidade do cidadão, no sentido de colaborar para manter uma integridade política do seu partido, com o qual se

sente como tendo vencido as eleições. Não há, nessa correspondência, nenhuma solicitação de cunho pessoal, ela não foi elaborada por alguém interessado em obter benefícios para si. O argumento principal do narrador é a tentativa de modificar um panorama que – depreende-se por sua identificação profissional – ele conhece bastante. O principal aqui é, então, obter um ganho como cidadão, que se identifica com as propostas da agremiação vencedora das eleições.

Em outra correspondência de forte teor crítico, o cidadão ataca o comportamento de membros da imprensa, quanto à interpretação de uma decisão tomada pelo Prefeito, de reduzir o próprio salário. Por ter considerado esta atitude demagógica, o jornalista é chamado na carta, de

[...] pessoa bitolada dentro desse esquema que vivemos, seguidor da Teoria de explorar em cima, da Teoria de inverter os valores, um espertinho, faraó do PDT. Carta 1.04.A

A contundência dos adjetivos diz respeito a uma interpretação de que esse posicionamento resulta da visão de mundo de:

[...] outros partidos da direita, que através da demagogia, da esperteza, da traição, perpetuaram e se alimentaram da desgraça do nosso povo. Carta 1.04.A

Novamente não há, nessa correspondência, nenhuma exigência individual. Ao contrário, a expectativa do missivista diz respeito, segundo suas próprias palavras, a:

[...] apenas como um esperançoso de dias mais tranquilos, mais serenos para nossa gente, apesar de turbilhões que talvez venhamos a enfrentar, e que como brasileiro também sou responsável. Carta 1.04.A

Ao conteúdo político-ideológico, soma-se a crítica aos meios de comunicação, contemplando, assim, também o aspecto negativo, demonstrado pela imprensa na condução dos debates do espaço público.

Outra carta com a mesma temática crítica:

[...] a obrigação de todo colunista de lançar sua farpa diária – e até existe um título: a auto-denominada administração popular, farpa contra a nova Administração Municipal, há outras coisas a serem anotadas. Carta 1.07.A

Seguem contestações à postura da mídia impressa, não só da cidade, mas também de outros locais, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Para o autor, é incompreensível “[...]”

como operários, trabalhadores (motoristas e outros) fiquem do lado do patrão, sem necessidade.”

O conteúdo dessa carta, além de questionar a imprensa, avança no campo das observações sobre problemas da cidade, relativo ao trânsito de coletivos (que “estão passando o sinal vermelho”), também protagoniza uma interessante defesa da transferência da autoridade propiciada pela Administração Popular, numa clara referência ao Orçamento Participativo. Em ambos os casos, contudo, sobressai a defesa das atitudes tomadas pela Administração Municipal, que segundo ele rejeitadas por se tratar de:

[...] uma mudança de comportamento, todos esperavam uma coisa e veio outra. E tudo o que é novo, diferente, inesperado, causa espanto. É o cachorro que persegue o auto: se o auto parar, ele fica chocado, sem saber mais o que fazer: é que algo mudou. A avaliação será feita daqui a um par de anos, agora não dá. Carta 1.07.A

O posicionamento ideológico do Prefeito também é objeto das narrativas. Em carta enviada por um cidadão de claro posicionamento ideológico oposto ao Prefeito, o texto relata questões ligadas ao desenvolvimento econômico em geral, abordando, especificamente, a temática do trabalho. Diz o autor da carta que:

Só as atitudes humanas, apoiadas na honestidade e na lógica, conseqüentemente no trabalho, poderão criar uma civilização economicamente abastecida. O trabalho nos causa cansaço muscular e mental, e no entanto, não podemos prescindir dos frutos do trabalho, neste choque de interesses, se apóia a sentença bíblica, que expulsou a nossa espécie do paraíso. São três as atitudes, que o poder público pode assumir, em relação ao trabalho, que não, obtê-lo através da escravidão, desinteressar-se sobre o assunto, e obtê-lo democraticamente, estabelecendo o interesse comercial, na obtenção do mesmo. O primeiro é cruel e ultrapassado, o segundo é de uma criminosidade e irresponsabilidade incomensurável, porque representa a negação do poder público, a função que mais justifica sua existência. Carta 1.05.A

O autor segue reverberando sua apologia ao trabalho, como necessário para a manutenção da vida, além de apontar possíveis conseqüências da negação dos conceitos capitalistas que envolvem a busca do lucro. Além disso, lembra os trágicos acontecimentos envolvendo “líderes do passado”, que não deram ao tema do trabalho a devida atenção. Complementa sua narrativa, derivando para uma temática religiosa e nacionalista, numa intrincada rede de conceitos.

O que se observa, acima, é o destaque ao conteúdo participativo, com que o missivista se apresenta. Sua pretensão é obter, junto ao poder público, o compromisso com o desenvolvimento econômico, através da defesa do lucro e das iniciativas empresariais. Mais uma vez, não se percebe uma preocupação individual, mas um interesse coletivo.

Numa narrativa na qual os argumentos se apresentam de modo antagônico à carta anterior, explícito na apresentação dirigida aos “[...] prezados senhores do partido do trabalhador”<sup>22</sup>, o emissário discute não só a privatização da economia brasileira, mas também, sua “multinacionalização.” Chega o autor a listar o nome das empresas que evidenciam “[...] como a economia brasileira está estatizada pelas multinacionais”, e “[...] como os parasitas dividiram o Brasil para seus lautos manjares”. Segue uma lista de corporações multinacionais e seus respectivos países de origem, de reconhecida origem estrangeira, mas que, para o narrador, demonstra a danosa internacionalização sofrida pela economia brasileira, em vários ramos da atividade econômica.

Embora haja um evidente equívoco, pois as empresas citadas são de fato multinacionais, o que nos cabe observar é o interesse do cidadão em denunciar, ao governo do município, uma situação considerada inaceitável, ainda que relativa ao plano nacional. Sua proposta implícita é participar do debate, mobilizando o poder público em defesa dos interesses de toda a sociedade. É assim que a carta é encerrada: “São coisas que V.Sas sabem melhor que eu, mas acredito que *algo pode ser aproveitado*.” (grifo nosso). Esta carta é emblemática, não só numa perspectiva comunicacional, mas também sob o signo da informação.

Em outra narrativa, pautada pelo discurso ideológico, há também uma pretensa troca de correspondências entre o Prefeito e o autor da carta. A frase inicial “[...] Dando seqüência ao diálogo que vem sendo mantido entre nós”, supõe haver uma relação comunicacional mantida pelo Prefeito com esse autor. Não foram localizadas, contudo, outras correspondências desse mesmo cidadão, o que nos impede de confirmar que tal diálogo efetivamente ocorreu.

Nessa carta, a narrativa diz respeito ao posicionamento do Prefeito em relação à identidade nacional, a ser “nacionalista” ou não. O texto gira em torno das idéias elaboradas pelo Movimento Integralista, dirigido por Plínio Salgado, de características

---

<sup>22</sup> Carta 1.06.A



facistas e de profundo corte religioso. O autor debate com o Prefeito sobre as ações partidárias, sobre o conceito de nação “[...] é um grupo natural, uma realidade histórica e social”<sup>23</sup>, e sobre religião, demonstrando também a dificuldade em estabelecer conceitos precisos a respeito dos temas tratados.

Os requisitos apontados como resultado da ação comunicacional são verificados na prática de responder às cartas, e expressos em outra correspondência. O autor informa que, de todos os políticos para quem ele enviou uma carta, o único a responder foi o Prefeito de Porto Alegre. No conteúdo da carta, o narrador relata sua intenção de “entrar na carreira política”, candidatando-se a deputado federal.

O objetivo desta correspondência é profundamente significativo. O autor diz que, na sua plataforma política abordará, além de outros temas, a questão da reforma agrária, tema que lhe desperta grande interesse. E, para poder atuar nessa temática, ele conta com a ajuda do Prefeito:

Para que minha imagem e ideologias sejam levadas ao conhecimento do povo *é a minha principal preocupação* e por isto, peço-lhe a sua sugestão.” Carta 1.08.A

A busca pela comunicação é evidente, nesse caso, transformando tal correspondência num ícone das idéias aqui defendidas.

Nessas narrativas o conteúdo comunicacional é ressaltado pela fórmula utilizada, já que buscou sempre propor ao Prefeito um diálogo, mesmo que sob a forma de textos escritos. A comunicação entre os cidadãos, nesses casos, é evidenciada pela busca de contato, de retorno, e de conexão dos assuntos abordados com a figura do Prefeito. Isso demonstra que há uma pretensão comunicacional, voltada para consolidar os anseios da cidadania, ativados na esfera pública do debate.

## **6.2 O arquivo como esfera pública informacional: a informação**

O conjunto das cartas analisadas mostra também uma grande variedade de conteúdos informacionais. A maioria das narrativas refere-se à gestão pública, revelando aspectos do processo administrativo, enviando dados pertinentes e questionando atitudes

---

<sup>23</sup> Carta 1.08.A

tomadas pela Prefeitura. Esses elementos produzem diversas interpretações sobre a cidade, revelando o interesse dos cidadãos.

Uma das cartas mais emblemáticas é a que discorre sobre uma possível ida do Prefeito à Europa, para onde viajaria em busca de financiamentos internacionais. Veiculada pelo jornal Correio do Povo, tal viagem deveria acontecer em breve, e o autor, visando auxiliar nas tratativas, fez questão de sugerir uma visita aos escritórios da Comunidade Econômica Européia. Segue, inclusive, uma lista de endereços de entidades onde poderiam ser obtidas verbas para a viabilização do “Projeto Rio Guaíba”.<sup>24</sup>

Complementando essas informações, o autor tece considerações técnicas a respeito do modelo de esgotamento pluvial e cloacal, que estariam em desajuste com as normas européias, o que poderia dificultar a obtenção de financiamentos. Assim, além de contribuir com informações relevantes sobre os contatos a serem realizados, há a preocupação do narrador em levantar aspectos relacionados à sua área de atuação, com o que imaginou poder contribuir para o sucesso de uma empreitada que ele conhecia apenas através da imprensa.

Um tema constante nas narrativas analisadas é o transporte coletivo. Naquele ano de 1989, Porto Alegre vivia uma realidade difícil nessa área. O atendimento realizado pelas empresas privadas era ruim, os ônibus colocados à disposição da população eram velhos e desconfortáveis e, com frequência, deixavam a pé seus usuários. A tarifa elevada contrastava com o reduzido número de horários, o que produzia uma “péssima” relação entre os cidadãos e os proprietários das empresas de transporte.

Uma das narrativas com essa temática discorre sobre o enriquecimento pretensamente ilícito de pessoas ligadas à atividade, fato já denunciado, segundo o autor, “ao companheiro Antonio Hohlfeldt” (então Secretário Municipal de Transportes). Como estratégia de convencimento, o narrador conta sua trajetória profissional, revelando-se um antigo trabalhador do ramo. A importância dessa correspondência reside na preocupação em demonstrar que o enriquecimento de alguns operadores do sistema causava dificuldades à população. “Pelo o amor de Deus”, finaliza a narrativa, “o que é que esta gente quer, apodrece de rico a custa do trabalhador?”<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Carta 2.01.A

<sup>25</sup> Carta 1.11.A

Noutra narrativa com o mesmo tema, um cidadão solicita esclarecimentos a respeito do tratamento inadequado, recebido de um motorista da empresa pública de transporte coletivo, a Companhia Carris. O episódio é idêntico a tantos outros que, segundo os relatos, tornavam difícil a convivência entre usuários do transporte e seus operadores. Nesse caso, a singularidade está na necessidade de obter um posicionamento da Prefeitura, frente aos “descalabros” dos operadores de serviços públicos. Ao exigir uma postura do Prefeito, o autor pretende apresentar as dificuldades com que se deparam os cidadãos, quando precisam dos serviços públicos.

O voluntarismo de alguns cidadãos é outro aspecto evidenciado nas narrativas. Em pelo menos duas correspondências, a vontade de participar da construção do projeto administrativo conduzido pela Administração Popular, torna-se explícita pelas ofertas de trabalho não remunerado. Noutra carta, um cidadão coloca seu próprio veículo à disposição da Prefeitura Municipal:

Sentindo a necessidade de cooperar com a justa e invejável decisão de V. Exa., informo-lhe que possuo um carro “Escort”, novo, que ponho a sua disposição, no caso de a PM dispor de um motorista, eis que não possui (sic) tempo disponível. O carro poderá, enquanto necessário, ser usado, graciosamente, é óbvio, para transportar usuários das filas para seus locais de trabalho.

Lastimo ser esta a única forma objetiva que tenho para cooperar com a corajosa atitude da Prefeitura Municipal de enfrentar esses titãs do transporte coletivo e fazê-los “trotar”, como já disse Vossa Excelência. Carta 3.1.01.A

Evidentemente essa correspondência não possui elementos que possam agregar aspectos importantes, relativos ao conjunto de informações sobre o problema do transporte coletivo. Sua relevância, contudo, está na reflexão feita pelo narrador, cujo objetivo era o de mostrar ao Prefeito que havia, sim, apoio popular à sua contenda contra os empresários do ramo. A oferta era irrelevante no sentido de resolver a questão, mas, mesmo assim, ele a manifestou, para fazer ver ao Prefeito que ele, como morador de Porto Alegre, solidarizava-se à Municipalidade, no embate que estava sendo travado.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> A crise do transporte coletivo de Porto Alegre foi um dos principais episódios nos primeiros anos da administração Olívio Dutra. Sob o pretexto de enfrentarem dificuldades financeiras, após a negativa da Prefeitura em reajustar o preço das passagens do transporte coletivo por ônibus, os empresários do setor ameaçavam promover um “locaute”, paralisando as atividades e deixando milhares de usuários sem transporte. A Prefeitura reagiu preventivamente, decretando a intervenção em cinco empresas privadas, passando a operá-las diretamente, através de seus técnicos. O cenário que se seguiu foi de um grande caos no sistema, com milhares de pessoas sendo obrigadas a se locomover a pé ou com seus veículos particulares.

Esse episódio também produziu outra narrativa com elementos ideológicos claramente manifestos que reforçam os argumentos acima destacados. O narrador, demonstrando identificação com a atitude do Prefeito, explicitou claramente a necessidade de os cidadãos terem acesso às informações, de modo a participarem dos destinos do país:

É imprescindível à construção da democracia neste País que o povo tenha chance, ou mais, direito, de tomar consciência da realidade que lhe cerca e, acima de tudo, poder de modificá-la. Para isto é necessário que se diga que o Sr. Olívio Dutra está a demonstrar, depois de quase trinta anos, que Poder Público não é sinônimo de corrupção, roubo e incompetência. Num dos Estados mais pobres do País, a prepotência e ignorância desrespeitosa dos empresários deu causa à decretação do “estado de calamidade” não por mero capricho do Sr. Prefeito, mas como único caminho, justo e lícito, para atender as necessidades da população ameaçada de locaute e cumprir o real papel que a ordem jurídica empresta ao Poder Público Municipal. É também vosso dever retratar com seriedade e consciência este momento histórico. Exatamente, momento histórico. Independente de convicções e interesses partidários, sem dúvida, o Sr. Olívio Dutra está a demonstrar que é possível uma administração pública séria, competente e esmerada. Mas, tal é a lisura deste homem que ainda não é, e talvez nunca venha a ser, *pele menos nos padrões que conhecemos, público*, que hoje submete seu ato de quase heroísmo à aprovação da população através da coleta de assinaturas. Senhores, não é digno esquecer vosso papel. Carta 3.1.02.A (grifo nosso).

Embora o narrador utilize informações equivocadas, como considerar o Estado do Rio Grande do Sul “um dos mais pobres do país”, é significativo perceber que a noção de homem público, derivada do senso comum que atribui valores negativos a todos os políticos, nesse caso é desfeita. Ao afirmar que “Poder Público não é sinônimo de corrupção, roubo e incompetência”, o narrador confere ao Prefeito uma importante condição, definindo seu ato como heróico.

Assim, ficam evidenciados os conteúdos informacionais dessas narrações, pois tais elementos deveriam ser, na perspectiva do autor, tornados públicos, o que para ele talvez jamais aconteça. Essa carta, além de ter sido remetida ao Prefeito, foi enviada ao “Painel do Leitor”, espaço do jornal paulista “Folha de São Paulo”, com a exigência de que o periódico realizasse “[...] uma maior e esclarecedora cobertura dos fatos que envolvem a intervenção da Prefeitura de Porto Alegre nas empresas de transporte coletivo.” Como se

---

Houve, também, um grande debate entre a população, com posicionamentos de ambos os lados. A intervenção durou cerca de seis meses, ao fim do qual a Prefeitura e os empresários chegaram a um acordo, que modificou o panorama do transporte coletivo urbano, tornando-o modelo para várias outras cidades.

pode depreender desta narrativa, a avaliação do autor da carta era que a cobertura não estaria sendo feita de maneira correta.

A credibilidade das ações do Prefeito foi também objeto de outra singular correspondência. Enviada por um “pesquisador político do IBOPE”<sup>27</sup>, o autor faz questão de revelar o que está acompanhando nas ruas, ao entrevistar pessoas por conta de sua atividade:

O que mais me emocionou é que o povo de Porto Alegre, na sua maioria, acredita mais no Prefeito do que nos deputados estaduais e federais, senadores e o próprio presidente Sarney. Isso foi confirmado em recente pesquisa que realizamos em Porto Alegre no período Janeiro/fevereiro relacionada com o plano verão. O curioso é que as perguntas se referiam aos políticos de uma maneira abrangente, generalizada e as pessoas se referiam espontaneamente, particularmente, à pessoa do sr. Olívio Dutra, como uma grande esperança para a política brasileira. Carta 3.1.03.A

Essa carta foi aberta com a expressão “Ref. *Informação* espontânea” (grifo nosso), complementada por transcrições dos depoimentos recolhidos na pesquisa efetuada pelo missivista e encerrada por nova evidência do interesse em produzir informações: “[...] não tem essa informação outra razão a não ser um compromisso de um brasileiro que acredita nessa nação.” Para o autor (que se apresenta ao final como estudante de Comunicação Social), esse papel informacional é sua obrigação como participante da esfera pública.

As narrativas desabonatórias ao Prefeito também possuem, como não poderia deixar de ser em uma democracia, as qualificações informacionais defendidas nesse estudo, na medida em que revelam uma oposição ao trabalho desenvolvido pela Administração Popular. E, assim como aquelas que avaliam positivamente a atividade da Administração Pública, essas narrativas críticas também estão disponíveis ao acesso.

Em carta enviada do Rio de Janeiro, um narrador apresenta a manifestação do diretor do Colégio carioca São Bento, onde é questionada a postura dos políticos que defendem as manifestações paredistas, como é o caso do Prefeito Olívio. É uma carta dirigida “Para quem ainda não ficou inteiramente debilóide”. O narrador refere que, “Como se vê, o Diretor do S. Bento é uma pessoa responsável, além de esclarecida e

---

<sup>27</sup> Carta 3.1.03.A

inteligente. É o contrário de muito prefeitinho ridículo que anda solto por aí.” (grifo do autor da carta).<sup>28</sup>

Na notícia em anexo, o Diretor da escola, Dom Lourenço de Almeida Prado, discute as opções da instituição frente à anunciada Greve Geral. Ele questiona se o correto seria a escola fechar as portas, sob o pretexto de garantir a segurança – tornando-se participante do movimento, embora não concordando com ele - ou manter as atividades e colocar as crianças em risco. O narrador se dirige ao Prefeito, com evidente ironia, como “Doutor Olívio”, e assina a carta como “Cidadão-contribuinte”.

O tema do transporte coletivo também recebe manifestações nesse sentido. Numa forte crítica à atuação da Prefeitura contra uma empresa especificamente, um cidadão envia uma carta, complementada com um abaixo-assinado, onde critica a “[...] sujeira que o senhor Prefeito fes com a empresa.”<sup>29</sup> Mais adiante, ele justifica que a empresa é uma boa prestadora de serviços, cumpridora de suas obrigações, etc, e que a obrigação da Prefeitura deveria ser “[...] cuidar mais do abuso da violência no centro da cidade e batedores de carteira e vagabundos.”

Observa-se um deslocamento argumentativo, posto que os municípios, no Brasil, estão desobrigados de atender as questões de segurança pública, que devem ficar sob o controle do Estado e da União. O narrador não faz referência a isso, mostrando falta de informação sobre a legislação constitucional. Limita-se a desenvolver sua argumentação, no sentido de defender a empresa que, segundo ele, não deveria ter sofrido a intervenção, por conta do problema do transporte na capital.

Em todas essas narrativas, o que se percebe claramente são as intenções informacionais, ainda que subsumidas no contexto da narrativa. Os dados extraídos desses documentos contemplam aspectos importantes, permitindo ao poder público avaliar como se encontra a satisfação dos cidadãos com seu trabalho. Esses elementos, sendo tratados corretamente, contemplam a configuração de uma esfera pública informacional, possibilitando a consolidação da cidadania.

---

<sup>28</sup> Carta 3.2.01.A

<sup>29</sup> Carta 3.2.06.A

### 6.3 As narrativas e suas estratégias comunicacionais para a visibilidade do conteúdo informacional das cartas

Neste tópico, analisamos as estratégias comunicativas utilizadas nas narrativas das cartas. Como vimos, essa estratégia pretende fazer com que o tema abordado ganhe maior relevância sobre os demais, de modo a atingir os objetivos propostos ao enviar a carta. Deve ficar claro, ao final dessa análise, que nem sempre estes sentidos estão explícitos no corpo do texto, permanecendo ocultos por uma espécie de subtexto, que declara um assunto pretendendo falar de outro.

Observa-se que as estratégias comunicativas mais comuns, adotadas pelos narradores, se referem ao uso da linguagem. Nas narrativas das cartas, para se referir ao personagem principal, o Prefeito, são frequentes o uso de expressões como “companheiro Olívio”, “amigo”, “colega”, etc. São estratégias que o narrador utiliza para obter maior proximidade com seu interlocutor. Seguem, abaixo, algumas transcrições destes trechos, destacando as expressões que corroboram nossa afirmação:

“Tomei a liberdade de enviar este recorte de jornal para que o **amigo** tome conhecimento, pois isto nunca é demais.” Carta 1.02.A

“**Companheiro** Olívio, em primeiro lugar aceita o meu abraço...” Carta 1.03.A

“**Colega** Olívio Dutra: Saúde. Sei que vosso saco estará estourando, mas não me contenho e escrevo ao **amigo**, dizendo de minhas observações.” Carta 1.07.A

“**Estimado amigo Prefeito**. Cordiais saudações. Faço estas linhas no dia de Nossa Senhora dos Navegantes, para iluminar a vida do presado e querido **amigo**, nesta tão difícil jornada a testa de nossa Prefeitura.” Carta 2.19.A

“**Companheiro Prefeito**: O tempo do **companheiro** é curto. Vou direto ao ponto.” Carta 2.25.A

“**Olívio** todo mundo sabe que a prefeitura não tem dinheiro, pelo menos a gente do PT...” Carta 2.41.A

“Ilustre **companheiro Olívio Dutra**. Viva o PT. Viva o **nosso candidato** Lula. Sou seu conhecido. Pertencço a Diretoria da Associação Suez onde fui o mais votado nas últimas eleições.” Carta 3.1.05.A

“Caro **amigo**, Prefeito Olívio Dutra. Ficamos muito tristes com a sujeira que o senhor Prefeito fes (sic)...” Carta 3.2.06.A

Todas essas narrativas foram elaboradas com as mais diversas intenções, para questionar o Prefeito ou apoiá-lo em algumas de suas decisões. A busca de uma proximidade com o líder é uma evidente estratégia de convencimento. Nesses textos, o uso dos pronomes de tratamento como Vossa Senhoria, Mui Digníssimo, etc são substituídos por expressões que visam, através do uso da linguagem, superar o distanciamento inicial, produzido pelos pronomes tradicionais.

Em outras narrativas, as estratégias caminham em sentido oposto, fazendo da formalidade uma tática a ser observada, ao longo de todo o texto. Em uma narrativa, escrita à máquina, em bom português, o autor salienta sua pretensa incapacidade em fazer-se ouvir pelos líderes municipais, mas, mesmo assim, vai tentar fazê-lo, em nome de suas idéias. Trata-se de uma estratégia de “falsa modéstia”, visando chamar a atenção sobre o assunto que lhe interessa.

Um recurso narrativo muito comum é a referência a idéias ou propostas compartilhadas, notadamente pelos que afirmam pertencer ao mesmo partido do Prefeito, e que relatam sua satisfação pela vitória. Nestes casos, o que se pretende é criar um ponto comum de interesse (o pertencimento ao mesmo agrupamento político), imaginando, assim, que sua narrativa poderá ter maior peso e receber maior atenção do que outras.

Essas estratégias não são necessariamente infalíveis. Ao contrário, na maioria das vezes, sequer conseguem a atenção pretendida. Vale ressaltar, no entanto, que, ao utilizá-las, o cidadão demonstra o desejo de ver atendida sua demanda, mesmo que, para isso, tenha que apelar para esse tipo de argumento. A promoção da cidadania passa também pelo emprego de estratégias, nem sempre louváveis, mas que precisam ser consideradas e aceitas, transformando essas ações em atividades cotidianas de participação.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido nesta dissertação procurou compreender como o fenômeno informacional implementado a partir do trabalho desenvolvido no arquivo público, pode auxiliar na construção da cidadania. Para isso, analisamos os conteúdos das cartas enviadas ao Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, nos anos de 1988, 1989 e 1990.

Através das narrativas contidas nessas correspondências, foi possível identificar os temas e as preocupações dos cidadãos frente aos assuntos da cidade. Os textos retratam os eventos que mobilizaram a cidadania, identificando as carências e propondo soluções, no sentido de obter um melhor nível de vida para todos.

Nessas cartas, muito mais do que simples palavras dirigidas ao Prefeito, estão as manifestações da cidadania, frente aos desafios impostos aos administradores públicos. Essas narrativas conduzem o leitor à percepção de que, embora produzidas de modo isolado, ali está presente o desejo do cidadão, no sentido de ir além de sua condição de contribuinte, daquele que paga seus impostos e espera pelo retorno desse pagamento.

Em nossa sociedade, é comum afirmar que a população não participa da vida pública. Acompanha-se, com distanciamento, as notícias referentes à má administração dos recursos públicos, e os sucessivos escândalos envolvendo políticos, relacionados a desvio de verbas. E se compreende que essas situações poderiam ser evitadas caso houvesse uma forte presença dos cidadãos na esfera pública.

Ao depararmos com essas narrativas, é possível perceber que essas afirmações precisam ser questionadas. As cartas dos cidadãos, recolhidas no Arquivo Histórico do município, revelam que existe uma forte vontade, em muitos cidadãos, de levantar sua voz perante as questões prementes do cotidiano.

Nesse contexto, identificamos nas cartas um complexo fenômeno comunicacional e informacional, dado que ambos os conceitos devem ser compreendidos em conjunto, apontando para um procedimento dialético. A comunicação não pode ser entendida sem a informação, e vice-versa. Esses dois processos, ao serem analisados em conjunto,

reforçam-se e estabelecem um novo campo de trabalho, cuja dinâmica propicia resultados positivos.

Aliado a isso, é necessário compreender a função do arquivo público, visto agora não mais como mero depósito de papéis – coisa que de há muito deixou de ser - mas como um pólo produtor de informações úteis e necessárias para o trabalho de seus usuários. Nos arquivos, estão registrados todos os elementos necessários para uma proposta positiva de trabalho. É possível obter diversas vantagens, inclusive econômicas, pelo uso de um estoque informacional valioso, e até há pouco simplesmente desconsiderado.

Para que essa função do arquivo público se configure, contudo, é necessário compreendê-lo como parte viva de um complexo administrativo global, e não como o repositório que se destina apenas a guardar a documentação em desuso. Isso implica rever teorias e repensar questões que, até então, sequer eram levantadas. E é necessário, principalmente, modificar a visão de mundo do profissional do arquivo, no sentido de compreender essas novas exigências e capacitar-se para atendê-las.

As novas tecnologias, aliadas a uma diferente concepção administrativa no trato com a coisa pública, também apontam nesse sentido. Não é mais aceitável, principalmente sob o surrado argumento, da falta de condições técnicas, que os governos não permitam o acesso aos documentos produzidos no decorrer de suas atividades. Para resolver esses problemas, há que se repensar as conexões entre o governo e a sociedade, que, em última análise, é a “proprietária” da massa documental produzida.

De outra parte, vemos, nas narrativas das cartas, um evidente interesse em participar dos destinos da cidade. Os emissários de tais correspondências, ao se dedicarem a produzir os textos aqui analisados, demonstram que pretendem ser ouvidos, querem fazer parte do governo, entendem que é seu papel comunicar e informar ao Prefeito suas impressões, positivas ou negativas, a respeito dos temas que envolvem a vida na metrópole.

Sendo a cidadania um processo em constante construção, pautada pela presença no espaço público, essas narrativas demonstram que cumprem sua missão. Ao se dirigir ao Prefeito, pretendendo obter melhorias para toda a comunidade, as narrativas produzidas por esses cidadãos demonstram que eles buscam ampliar sua participação cidadã e, desse modo, desenvolver a influência da sociedade junto aos governos.

Neste estudo, foi possível verificar quais as estratégias comunicacionais e informacionais foram adotadas pelos emissários para dar visibilidade às informações contidas nas cartas. Essas estratégias, longe de se configurarem como procedimentos complexos, que exigem profundo conhecimento técnico e político, refletem uma fórmula simples e ao mesmo tempo profunda: a de tentar levar ao Prefeito seus sentimentos, suas ambições, seus problemas. A idéia é de compartilhar com ele o sonho de uma cidade harmônica, ajustada, que responda às necessidades dos cidadãos de modo positivo.

Além disso, este estudo pretendeu identificar os procedimentos utilizados pelo arquivo público no tratamento das correspondências emitidas pelos cidadãos. Essa questão, de grande interesse para a área, reflete uma condição poucas vezes analisada numa perspectiva de organização arquivística da documentação.

Como dissemos, cartas são documentos cuja organização significa um desafio interessante. Elas exigem que sejam percebidas de acordo com seu potencial informacional, o que modifica o panorama do trabalho do arquivista, na maioria das vezes preocupado em acondicionar os documentos no acervo, e não em recuperar as informações registradas.

Nesse aspecto, o estudo refletiu as condições em que as cartas enviadas ao Prefeito foram recolhidas, analisando quais os procedimentos podem ser adotados para torná-las uma fonte de informação ao poder público e a toda a sociedade. Assim, discutiu-se a questão do acesso, tema polêmico na medida em que implica numa nova perspectiva da relação entre a sociedade civil e o Estado.

Ao analisar as narrativas das correspondências enviadas ao Prefeito Olívio Dutra, emergiram as questões pertinentes ao arquivo e sua reconfiguração como esfera pública informacional. Essa nova função, mais adequada ao atual cenário da sociedade, permite sobretudo identificar como as informações contidas nas cartas auxiliam na construção da cidadania.

Outro aspecto que deve ser considerado, a partir do resultado desse estudo, é a necessidade de se desenvolver essa temática relativa à importância do arquivo, e principalmente dos arquivos públicos, como fontes de informação. A imensa demanda por informações públicas, suscitada pelo pleno desenvolvimento da cidadania, somente poderá ser contemplada na medida em que o trabalho nos arquivos compreender essa situação.

Há, portanto, um espaço bastante significativo a ser ocupado com outros estudos, que enfoquem os aspectos aqui tangenciados. É preciso, também, implementar um maior aprofundamento teórico-metodológico, que possa dar conta dos elementos contidos nos mais diferentes tipos documentais recolhidos em um arquivo público. Essa circunstância enseja o desenvolvimento das temáticas inerentes ao fazer arquivístico, considerado dentro de uma lógica que observe o tratamento, a organização e a recuperação da informação, possibilitando a sua acessibilidade.

Um arquivo é um mundo a ser descoberto e redescoberto constantemente. Essa compreensão do que significam todas aquelas informações recolhidas nas estantes de aço até ontem, e nos discos rígidos dos computadores hoje e, quem sabe em outros suportes, no futuro, precisam nortear a visão dos profissionais da área. As cartas manuscritas estão sendo substituídas pela comunicação eletrônica, mais veloz e dinâmica. Para o exercício pleno da cidadania, os cidadãos precisam sentir-se pertencidos, participando dos rumos e destinos da sua comunidade. Como mediador, cabe ao arquivista pensar estratégias de como transformar todo esse manancial de registros em informações acessíveis para a construção da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ADORNE, Fani Conceição. O espaço do leitor na imprensa brasileira: análise semiótica das cartas dos leitores. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALDÉ, Alessandra. A Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Jorge. Mídia, opinião pública ativa e esfera pública democrática. Revista Comunicação & política, n.s., v. VI, n.1, p. 157-131, jan. - abril de 1999.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BARBALET, J. M. A Cidadania. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BRETON, Philippe. A argumentação na comunicação. 2.ed., Bauru: EDUSC, 2003.

BRUXEL, Laerson. Esfera pública e informação: novos desafios para a cidadania. Revista de Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 5, n.9, p. 27-34, jan./jul. 2004.

\_\_\_\_\_. O CDES na mídia: gênese de uma esfera pública política na disputa pela opinião pública. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização: Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARVALHO, José Murilo de Pontos e bordados. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Kátia de. Informação e Comunicação: novas fronteiras, novas estratégias. In: LUBISCO, Nídia M. L. e BRANDÃO, Lídia M. B. Informação e Informática. Salvador: EdUFBA, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1 – A Sociedade em Rede e Volume 2 – O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPIK, Marco. Direito à Informação: situação legal e desafios. Belo Horizonte: Revista Informática Pública, Ano 2, n. 2, maio de 2000.

COHN, Gabriel. Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Porto Alegre: Edição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

CORREIA, João Carlos. Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. Capítulo IV: Da subjectividade moderna à emergência das políticas da vida.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. 3ª ed. Coleção Primeiros Passos, nº São Paulo: Brasiliense, 1995.

DE MICHELIS, Giorgio. Comunicação e Informação. In: DE MASI, Domenico e PEPE, Dunia (org.). As palavras no tempo: vinte e seis vocábulos da Encyclopédie reescritos para o ano 2000. RJ: José Olympio, 2003.

DIAS, Suelly Maria Maux. Marie Claire: Cartas e Histórias de Vida. Um Estudo de Gênero e Comunicação Epistolar. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.

FAUSTO NETO, Antonio. Campo da Informação: transição e desafios. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (org.) O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_ ; PRADO, José Luiz Aidar e PORTO, Sérgio Dayrrel. Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

FERTIG, André Átila. Entre Súditos e Cidadãos. Os suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FLORIANI, Adriano Warken. Circuitos comunicativos e Construção da Cidadania no Ciberespaço: Tramas do Sentido em Narrativas de Weblogs. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PPGCom-UFRGS, 2005.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. Brasília: Revista Ciência da Informação, v. 28, n. 2, 1999.

FUGUERAS, Ramon Alberch e MUNDET, José Ramón Cruz. Archívese! Los documentos del poder, el poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. Los archivos, entre la memoria historica y la sociedad del conocimiento. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GENTILLI, Victor. Democracia de massas: jornalismo e cidadania: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2005. Capítulo 7: Cidadania e direitos: o direito à informação.

GOMES, Angela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMEZ, Maria Nelida González de. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. Brasília: Revista Ciência da Informação, 16(2): 157-67, jul./dez. 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. e BIZ, Osvaldo. Mídia e democracia. Porto Alegre: P.G/ O.B, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e Agir comunicativo. 2. edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

\_\_\_\_\_. Teoría de La Acción Comunicativa: Complementos y estudios previos. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989.

HOBSBAWN, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Carlos e FRANÇA, Vera Veiga.(org.). Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

JAMESON, Fredric. O inconsciente político. São Paulo: Ática, 1992.

JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernardete Santos (org.). Formas e expressões do conhecimento. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. Estudos de Usuários em Arquivos: em busca de um estado da arte. Brasília: DataGramZero, v.5, n.5, out/04 Artigo 04.

\_\_\_\_\_. O Acesso à Informação Arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Encontrado em: <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferencias%20mês>. Acesso em abr/2006

\_\_\_\_\_. Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999

- KONDER, Leandro. A Questão da Ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LE COADIC, Yves-Francois. A Ciência da Informação. 2ª ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.
- LEMOS, Renato (org.). Bem traçadas linhas: A história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LINS, Ivana e CARVALHO, Kátia de. Desafios para o acesso democrático à informação na sociedade contemporânea. In: JAMBEIRO, Othon e SILVA, Helena Pereira da (orgs.). Socializando informações, reduzindo distâncias. Salvador: EDUFBA, 2003.
- LOPES, Luis Carlos. A informação e os arquivos. Niterói, EDUFF, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Nova Arquivística na Modernização Administrativa. Rio de Janeiro: outubro de 2000.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, Paulo Emílio Matos e PIERANTI, Octavio Penna. Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MATTAR, Eliana (org.). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MAURIZI, Maria Rosa. El acceso a la Información Pública: um derecho de los ciudadanos y una obligación del Estado. El caso. Chileno. Revista Magazine, n. 21, setembro de 2001.
- McGEE, James e PRUSAK, Laurence. Gerenciamento Estratégico da Informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. RJ: Campus, 1994.
- MORAES, Dênis de (org). Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. RJ: Record, 2004.
- MORIGI, Valdir José e ROSA, Rosane. Cidadania Mediatizada, Cidadão Planetário. Revista Comunicação e Espaço Público, Ano VII, n. 1 e 2, 2004.
- PAIVA, Cláudio Cardoso de. O campo híbrido da Informação e da Comunicação. Acesso: <http://bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-campo-hibrido-informacao-comunicacao.html>
- PIGNATARI, Décio. Informação, Linguagem, Comunicação. Cotia: Ateliê Ed., 2002.
- PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.
- REUTER, Yves. A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. Brasília: Revista Ciência da Informação, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan/abr. 2000.



RODRIGUES, Adriano Duarte. Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. Estratégias de Comunicação: Questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

ROUDINESCO, Elisabeth. A Análise e o Arquivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene e PINTO, Milton José (org.). 2ª. ed. Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SENNET, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Armando Malheiro da e RIBEIRO, Fernanda. Das “ciências documentais” à ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Junia Guimarães e MARINHO Jr, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. Revista Ciência da Informação: Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set/dez 1996.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A Preservação da Informação Arquivística e a Formulação de Políticas Públicas. Florianópolis: ENANCIB, 2005.

SPINK, Peter; BAVA, Silvio Caccia e PAULICS, Veronika (orgs.). Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002.

STUMPF, Ida Regina e WEBER, Maria Helena. Comunicação e informação: conflitos e convergências. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Epistemologia da Comunicação.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Volume I: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIEIRA, Liszt. Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

## ANEXOS

As cartas apresentadas nesses anexos são aquelas citadas diretamente no corpo do trabalho. Optamos por reproduzi-las integralmente, para permitir uma análise integral do documento, permitindo melhor avaliação tanto de seu conteúdo quanto de sua forma.

Outra opção foi seu ordenamento. Ao contrário do que se poderia esperar, em se tratando de um trabalho cuja centralidade é a Arquivologia, metiê que preconiza o ordenamento documental, resolvemos colocar as correspondências na ordem em que aparecem no texto, pensando que isso deve facilitar a consulta do leitor.

Decidimos também pela técnica de restrição de informações nos documentos, eliminando os dados relativos aos nomes e endereços dos autores das cartas. Essa decisão foi tomada para evitar a divulgação de elementos que em nada contribuem à compreensão desse estudo, podendo no entanto causar constrangimentos desnecessários a essas pessoas.

## Carta 1.03.A

Forto Alegre, 28 de novembro de 1988.

Companheiro Olívio, em primeiro lugar aceite o meu abraço por sua eleição para a Prefeitura da nossa Forto Alegre. Fuiho ficha no Partido dos Trabalhadores e sou aposentado a dois anos pela lei baris Forto Alegrese. Fui seu eleito para Deputado e agora Prefeito e em ambas ocasiões trabalhei junto a minha categoria, no sentido de chegarmos a vitória. - Sou ex-Presidente do Sindicato dos funcionários da baris, eleito pelo voto direto dos trabalhadores no biênio 1965 a 1967, quando fui preso várias vezes pelo arbitrio da Ditadura. No biênio seguinte concorri a Tesouraria, sendo impedido pelo Delegado do Trabalho, mas por um abandono de Segurança, ganhamos e assumi a Direção da entidade por 8 meses, quando foi suspensa a terminar e tive meu cargo cassado. Estou escrevendo para colaborar no sentido de alertar que ao indicar a Direção da baris, se alertem para os eternos aproveitadores que sempre na mudança de Diretoria eles também mudam de -

## Carta 1.03.B

2.1.5.1.10.4

Partido, aqueles mesmos do tempo da Ditadura. Mas afastei da lida, porque após 23 anos de Ditadura esperava que o Prefeito Alceu Bollares fizesse justiça aos trabalhadores dando oportunidade à aqueles que trabalham e realmente cumprem o serviço. Mas o que eu vi, foi demarados, empreguismo de pessoas incompetentes em detrimento dos bons funcionários. Agora tenho certeza que será feita justiça e estou a disposição do Partido para qualquer ajuda que for necessária referente a lida. Barris e a campanha presidencial que temos que disputar no próximo ano! Certo do sucesso do Partido me despeço, atenciosamente

## Carta 1.04.A

NOVO HAMBURGO, RS, 03 de Janeiro de 1989.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

ILMO. SR. OLÍVIO DUTRA.

PREFEITO MUNICIPAL.

Li no Correio do Povo, um artigo do jornalista José Barriounuevo, numa maneira sua de pensar, criticou a redução de salários que V.Sas, fizeram nos cargos mais elevados da administração, inclusive no salário do prefeito, chamando isso de demagogia.

Não estranha a posição de determinadas pessoas bitoladas dentro desse esquema em que vivemos, isso faz parte daquilo que eles representam, sempre criticaram aquilo que devia ser elogiado, é por isso que a mentalidade podre tomou conta e ainda comanda nosso país.

Quando aparecem pessoas que querem dignificar a função pública, que querem servir e não se servir como até hoje foi feito, eles começam a criticar, pois para isso possuem os meios de comunicações a disposição.

Realmente para os seguidores da Teoria de Explorar em cima, da Teoria de Inverter os valores, fazer as coisas corretas é demagogia.

Para os espertinhos, farsões do PDT, e os outros partidos de direita, que através da demagogia, da esperteza, da traição, perpetuaram e se alimentaram da desgraça do nosso povo, que sempre exploraram e se promoveram em cima da miséria e desgraça, a honestidade é demagogia, a busca da verdade é demagogia.

Escrevo apenas como um esperançoso de dias mais tranq"uilos, mais serenos para nossa gente, apesar de turbilhões que talvez venhamos a enfrentar, e que como brasileiro também sou responsável.

Já fiz muitas denúncias e vou continuar fazendo, o problema é que minhas denúncias pelo que tenho visto, não estão chegando no lugar certo, não consigo falar com ninguém da esquerda, cada denúncia que faço, é aquela pressão, um monte de Hienas provocando e fazendo gozação, inclusive vizinhos e pessoas da minha família.

Acredito que os espertinhos da direita principalmente o PDT, estão usando as denúncias que faço para si, e ainda fazer deboche. São especialistas em explorar em cima, inverter os valores, e acusar os outros daquilo que eles fazem.

## Carta 1.07.A

ANTONIO XAVIER BALBÉ

Porto Alegre(RS), 26.4.89

Colega Olívio Dutra:

Saúde.

- 1-Sei que vosso saco estará estourando,mas não me contenho e escrevo ao amigo, dizendo das minhas observações. Se quiser ler,leia-as. Se não, passe adiante. Ou não. Não vou me incomodar,pode crer.
- 2-Sem contar a obrigação de todo colunista de lançar sua farpa diária — e até existe um título:"...a auto-denominada administração Popular...", farpa contra a nova Administração Municipal, há outras coisas a serem anotadas. Mas antes preciso dizer que comprei o jornal de classificados BALCÃO: pois não é que até neste,na sua pouca matéria (mais são pequenos anúncios) lá estava a lanceta jogada contra Olívio e companheiros... É coisa de criança,até.
- 3-A explicação é fácil: houve,de fato,uma mudança de comportamento, todos esperavam uma coisa e veio outra. E tudo o que é novo,diferente,inesperado,causa espanto. É o cachorro que persegue o auto: se o auto parar, ele fica chocado,sem saber mais o que fazer! É que algo mudou. A avaliação será feita daqui a um par de anos,agora não dá.
- 4-Agora vamos às demais observações: 1º) Só consegui um número do relatório de atividades, espalhado na cidade. Os demais não. 2º) Acho que todo número novo deva ser distribuído não só diretamente, como de casa em casa, de edifício em edifício. 3º) Para isso utilizar o DMAE, ou o DMIU (o motorista poderia deixar com os zeladores dos prédios) etc. Ou outra modalidade. Esteja certo: é necessário atingir mais gente que aquela que recebe na mão a prestação de contas.
- 5-Esses panfletos,jornais ou que nome tenham, são mais, muito mais importantes do que parecem à 1ª vista,do ângulo do munícipe. Mas precisam chegar a ele nem que seja alguns dias após a publicação. Isto não está acontecendo. E ler os jornais é,muitas vezes, enganoso,lamentavelmente.
- 6-No Rio,zona sul,há um jornal de fofocas,gratuito,que era distribuído na praia. Agora ficou assim:cada um pega o seu NAS BANCAS,gratuitamente. Está no chão, é só dar de mão e seguir andando. É mais uma idéia. A Folha Municipal está muito boa, é o canal direto (sem a intermediação dos colunistas) entre a Prefeitura NOVA e o cidadão.
- 7-Não entendo como operários,trabalhadores (motoristas e outros) fiquem do lado do patrão, sem necessidade. Bastava que não atrapalhassem,que apenas fizessem o seu trabalho,independente de quem comanda a empresa. Alguém me disse que os patrões não pagam um extra para essa "lealdade": o que comanda é a amizade,configurada num churrasco mensal "para poucos". Não é para todos. Então,quem é convidado, é como se recebesse uma honraria,uma comenda:"Tu fui convidado",para fes

## Carta 1.07.B

8- Outra observação: notei que alguns ônibus (não sei quais empresas) estão passando com o sinal fechado! Isto é um grande perigo! Se houver um grave acidente, eu não queria estar na pele de Clívio Dutra (não há dúvida de que haveria tal acusação). Embora o poder público pense em cinto de castidade (digo, de segurança), em extintor, em documentos do veículo, em vistoria, IPVA etc., nos últimos 20 anos não pensou jamais em fiscalizar, efetivamente, a passagem nas sinalleiras fechadas (vermelho). Sendo um ônibus, o motorista infrator deveria ser substituído no terminal. É preciso uma fiscalização, tirando um pouco fiscais de outras funções e cuidando, nesta época, dessa infração. Como são tempos anormais, é bom cuidar, pelo menos temporariamente.

9- Oportunamente (daqui a um par de anos) torno a escrever à Administração Municipal sobre dois problemas que vem de anos a fio: pontos de estrangulamento, onde o pedestre não tem vez (exemplo: esquina da Independência com Pinto Bandeira, onde vem veículos de todos os lados e o pedestre não tem vez!); no Pronto Socorro, a mesma coisa, pedestre tem 1 segundo, veículos 35. Da mesma forma jamais consegui saber QUEM AUTORIZOU O USO DE ÁREA DE LAZER PÚBLICO (Parque Ferropilha) PELO EXÉRCITO EM INSTRUÇÃO COM E SEM ARMAS, DIARIAMENTE. Tenho uma coleção de desculpas farrasas e mentiras, tanto da Prefeitura como do Exército. E eles continuam lá!

Área de lazer não pode ser usada indevidamente por Partidos, Religiões, Forças Armadas, seja lá o que for. É só lazer! Mas isso fica para mais adiante, afinal o amigo já tem problemas de sobra...

10- No outro dia vi meu amigo João Dib dizendo que "autoridade não pode ser transferida" ou coisa bem semelhante. Ele disse isso e todos ficaram calados, aceitando tal afirmação como verdadeira. Ora, isso não é verdadeiro! Porque autoridade não pode ser transferida, delegada, repartida? Deve ser centralizada: porquê? Quem inventou tal afirmativa?

Referia-se a seu governo, em que o vice estaria "atuando" quando, ao que parece, devia omitir-se, desaparecer.

É como eu disse: ante uma situação NOVA, dá-se o choque, vulgarmente chamado o "choque do cachorro".

No começo da década, Bobbio (italiano) disse: "A alta concentração de poder que não tolera a formação de poderes secundários e interpostos entre o poder central e o INDIVÍDUO, e que anula toda a oposição ao arbítrio do governante, caracteriza essencialmente o governo despótico".

Adaptando-se à situação daqui e de agora, dá para sentir o que há.

Quando falaram na atuação do vice-prefeito lembrei-me do pobre do finado Clênio Peres, que não conseguia, sequer, uma selinha para atender correligionários e munícipes. Foi uma luta tremenda.

11- Da mesma forma, no programa Flávio Alcares, houve escândalo quando jovens (16 anos) do Julinho, bem falantes e "ensaiados" segundo eles, falaram em "luta armada". Escândalo na sede vitoriana da Caldas Jr.! Luta armada! Um coronel caiu de cadeira!

Pessoalmente não creio nisso, antes de 50 anos. Mas não sei porque o choque. Não é isto que tem acontecido? Não é sempre as Forças Armadas se levantando? Não houve "luta armada" porque ninguém quis enfrentar, nem civis nem militares de outras alas,

## Carta 1.07.C

III

ANTONIO XAVIER BALBÉ

porque se assim fosse, eles estavam dispostos a matar quem se lhes pusesse à frente. Então a luta armada só não se formou por falta de contendores: os fuzis e metralhadoras estavam prontos, lubrificados, municionados.

Sempre foi assim (para exceção), o poder tomado pela força armada, sem luta, por falta de contendores. Mas se surgissem, seriam trucidados sem dó nem piedade.

Bem, mas isso é outro assunto extra-municipal.

Se lembrar de mais algo, torno a falar.

Agradecendo a atenção, aqui vai o meu abraço. Coragem e saca para aguentar essa turma, Clívio Dutra!



## Carta 1.05.A

Excelentíssimo Senhor Cívico Dutra - Digníssimo Prefeito de Porto Alegre  
 SÓ AS ATITUDES HUMANAS, APOIADAS NA HONESTIDADE E NA LÓGICA, CONSEQUENTEMENTE  
 NO TRABALHO, PODEM CRIAR UMA CIVILIZAÇÃO ECONOMICAMENTE ABASTECIDA.

O trabalho nos causa cansaço muscular e mental, e no entanto, não podemos prescindir dos frutos do trabalho, neste choque de interesses, se apoia a sentença bíblica, que expulsou a nossa espécie do paraíso.

São tres as atitudes, que o poder publico pode assumir, em relação ao trabalho, que são, obtê-lo através da escravidão, desinteressar-se sobre o assunto, e obtê-lo democraticamente, estabelecendo o interesse comercial, na obtenção do mesmo. O primeiro é cruel e ultrapassado, o segundo é de uma crimosidade e irresponsabilidade incunensuravel, porque representa a negação do poder publico, a função que mais justifica a sua existencia.

No Brasil a arbição politica cega os que estão no poder, e todos procuram se filiar a correntes politicas progressistas, cujos proselitismos se apoiam em livrara a humanidade do cansaço do trabalho, o que aos pobres eles proporcionam, através de leis trabalhistas, e aos ricos, através de enormes lucros na usura.

E assim paralisam o interesse comercial na produção da economia, eliminando a lei da oferta e procura, com os seus dois fatores estimulantes da atividade humana, e que são o lucro, e o sonho de lucros ainda maiores, que sustentam a esperança, o maior fator de felecidade mental da humanidade.

Os Senhores ainda não perceberam, que Deus mais cuida, é daqueles que tem o destino de muitos na mão. O fim tragico e dramático dos lideres do passado, que ao paralisarem o trabalho, não só paralisaram os investimentos no inquilinato, como provocaram a demolição, das casinhas de aluguel destinadas á classe humilde. Esses fins foram tão notavelmente coincidente, que poderia servir como comprovante da existencia de Deus. Este fato se constata examinando, o passado.

Cetulio Vargas que congelou os alugueis, no ano de 1942 em uma situação inflacionaria, suicidou-se em desespero, Fernando Ferrari, que apresentava os projetos prorogando a lei do inquilinato, morreu entre os destroços do avião, O Presidente Dutra que se esforçou para restabelecer o imperio do trabalho, morreu cercado da estima e consideração de todos, Jucelino Kubitchek que manteve os alugueis congelados durante o seu governo, morreu esmagado por uma jamanta, Janio Quadros que se preocupou com questão de monos importancia, emitindo o trabalho, por isto Deus lhe provocou um desvariu, que o fez pedir a demissão. João Goulart que se esforçou em manter a situação que sucedia, morreu no exilio. Leonel Brizola quem se pode atribuir o proverbio de Cristo, que diz, me diga com quem andas, que te direi quem és, teve um exilio tormentoso. Os tres generais zeuchos da revolução foram impecaveis, O general João Figuredo, depois que anulou a denuncia vazia, o seu partido se esfacelou, este senhor não sahio mais das mãos dos medicos. A logica é a ideologia de Deus.

No atual descongelamento de preços, deixaram novamente de considerar, no regulamento do inquilinato, a idade das locações, eu tenho uma casa de madeira de 4 peças e W C exclusivo, alugado por Mez\$ 3,78, equivalente á 600 gramas de pernil de porco, em contraposição locações, recentes carissimas subiram em proporções maiores, do que antigas, super desatualizadas. É impossível deixar de considerar, qua em tres anos a nossa unidade monetaria, foi desvalorizada por duas vezes a uma milésima parte de seu valor, e isto somado a desvalorização continua que a mesma sofreu durante estes anos.

Se a função social do pagamento que fizemos pelo uso e consumo da produção humana, não fosse o de manter o interesse comercial nesta produção, poderiamos transformar a doação parcial no inquilinato em total, mas infelizmente neste setor não cabem heroismos, porque a ilogica é catastrofica. É impossível discriminar os produtos do trabalho, sem condenar o trabalho. Nos tempos dos reis, isto não acontecia. Eles eram fidalgos, e profundamente instruidos em sua função.

Só um contróle da natalidade, que diminua o exagerado percentual de pobres, poderá pela procura aumentar o preço da mão de obra, e consequentemente o desemprego e a criminalidade, Os descartados da civilização, também inflacionam os paizes, porque os governos tem que lhes dar segurança e educação, sem poder tirar-lhes nada.

sem mais

As intenções dos deputados Helio de Souza e Mario Madureira, sobre o inquilinato são banditismos, que ja jogaram milhões nas favelas e que continuarão jogando paulatinamente, os seus protegidos nas favelas, Como se pode classificar os

## Carta 1.06.A

NOVO HAMBURGO RS, 10 de AGOSTO de 1989.

Q. 534



Ilmo. Sr.

Prefeito Municipal de Pôrto Alegre

OLIVIO DUTRA

Prezada Senher e

Prezados Senheres do Partido do Trabalhader.

Envie-lhes em anexo, uma sugestão, para que se lhes interessarem, façam um levantamento, dentro de cada ramo da economia brasileira, pederão assim comprovar perante a opinião pública que a economia brasileira está, não só totalmente privatizada, mas multinacionalizada:

Isso mostrará a opinião pública, que as teses e declarações dos ecenemistas a serviço dos parasitas ou F M I, são sempre ao contrário da realidade.

São coisas que V.Sas. sabem melhor que eu, mas a grande parte do povo não sabe e é necessário que saibam da realidade em seu próprio país.

Estranhei ao verificar que grande parte da população nem sabe que os veículos fabricados no Brasil, são produzidos por empresas multinacionais.

Quante mais e reste que os estrangeiros dominam aqui.

OBS: Tem muitos garotoes bem sucedidos e protegidos do sistema, se se escendendo ou se abrigando em siglas de esquerda, mas que na realidade são secretarias a serviço de PDE, PMD ou outro partido de direita. São bem treinados para envolver aqueles que realmente querem mudanças.

A política aqui no Brasil tem sido uma sucessão de espertinhos envolvendo e destruindo pessoas que amavam nessa Pátria e queriam o bem estar de nesse povo.

A história tem muitos fates de pessoas dignas, que queriam o bem do povo e foram envolvidas por hienas, por aproveitadores, por espertinhos sem caráter e sem ideal.

V.Sas. para se protegerem, devem continuar a ser autênticos, devem continuar a serem voces mesmos, precurarem ter ao vesso lado pessoas que realmente e comprovadamente querem mudanças e transformações. Pessoas de vesso próprio time, da vessa escola.

É um erro deixar de lado os militantes que lutam ao vesso lado, e buscar em outro partido, pessoas para ocuparem determinadas cargas. Talvez isso deva-se a velha teoria que o oresser incutiu em nossas mentes de que SANTO DE CASA NÃO FAZ MILAGRE, porém a realidade deve ser o contrário ou seja, OS MILAGRES DEVEM SEREM FEITOS PELOS SANTOS DE CASA, senão a casa fica dependente e vulnerável.

Se enganam aqueles que pensam que o Dr. Brizola representa algo dos operários, trabalhadores ou mesmo de nacionalismo ou alguma coisa dos ideais nacionalistas de Vargas ou Gaulart.

## Carta 1.06.B

COMO A ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ ESTABILIZADA (pelas multinacionais)	
COMO OS PARASITAS DIVIDIRAM O BRASIL PARA SEUS LAUTOS MANJARES	
NO RAMO DE VEICULOS:	
nome	País explorador
FORD	E. Unidos
GM (Chevrolet)	E. Unidos
FIAT	Itália
WOLKSWAGEN	Alemanha
MERCEDES	Alemanha
SCANIA	Suecia
TOYOTA	Japão
HONDA	Japão
YAMAHA	Japão
Aviação (Boeing)	E. Unidos
Trensurb	França
Etc.	Japão
NO RAMO DE ALIMENTOS	
NESTLE	E. Unidos
Swift-Armour	E. Unidos
Mac-Donalds	E. Unidos
Carrefour	França
E T C e t e r a	
NO RAMO DE BEBIDAS	
Coca-Cola	E. Unidos
Pepsi-Cola	E. Unidos
etc.etc.	
NO RAMO DE REMÉDIOS	
Ciba-Geigi	Suíça
Heestch	Alemanha
etc etc.	
NO RAMO DE ELETRODOMÉSTICOS	
Toshiba	Japão
Mitshubishi	Japão
Philiphis	E. Unidos
etc. etc.	
NO SETOR OU RAMO FINANCEIRO	
BANCO MUNDIAL	Toda turma
F M I	Toda turma
CITIBANK	E. Unidos
Cia. de Seguros	
etc. etc.	
NO RAMO DA MEDICINA	
Golden Gress	E. Unidos
etc etc.	
Os bancos chamados de estatais, são todos de economia mista, e portanto a serviço da grande iniciativa privada.	
São coisas que V.Sas. sabem melhor que eu, mas acredito que algo pode ser aproveitado.	

## Carta 1.08.A

Belo Horizonte, Março /89

Sr. Olívio Dutra  
 Prefeito Municipal  
 Porto Alegre

Recebi vossa correspondência datada de 01 do corrente.

Dando sequência, ao diálogo que vem sendo mantido entre nós, posso afirmar a vossa pessoa, que pontos em comum temos, Contudo; o que é dito "impossível" pelo Sr. prefeito, em relação ao manifesto de Outubro/32, caracterizo o seguinte: 1 - No tange ao nacionalismo - Devemos ser nacionalistas? Sim; É a única resposta que cabe a um cristão, uma vez que sustenta o princípio da intangibilidade da pessoa humana e dos grupos naturais de que se servem as mesmas pessoas para defender seus direitos e cumprir seus deveres tendentes a um fim determinado por Deus. A nação é um grupo natural, uma realidade histórica e social; nela se conjugam e se exprimem os outros grupos naturais. Acima dela só a realidade maior do que todas as outras - Que é a religião. Mas se nesta encontramos os princípios fundamentais da liberdade e da responsabilidade do homem e a sustentação doutrinária da autonomia dos grupos naturais, a começar pela família, que é o mais importante, então temos de aceitar a nação e o nacionalismo, como um meio de defesa e garantia de sobrevivência dos direitos individuais e grupais. Combater o nacionalismo é desarmar os grupos naturais e o próprio homem dos meios naturais, jurídicos e internacionais de sua permanência e intangibilidade.

É, ao mesmo tempo, insurgir-se contra a Lei de Deus, que diferenciou a unidade humana em expressões particulares, segundo condições Geográficas, Climáticas, Históricas, Econômicas, Culturais, Idiomáticas e Temperamentais, o que fez evidentemente para algum fim, o qual não pode ser outro, senão a própria defesa do homem e dos grupos naturais, em consequência do equilíbrio de forças pela qual se impede a escravização universal dos seres humanos a uma só potência, que poderá ser inimiga de Deus.

Esse nacionalismo cristão deve ser cultuado. Sem ele não nos defenderemos do cruel materialismo que ameaça o mundo. Esse nacionalismo não deve ser exagerado, nem superficial. Equilibrado e profundo, justo e lucido, ele refletirá a personalidade da Pátria, constituída pelo conjunto das personalidades congregadas no grupo nacional.

2 - No que diz respeito a cooperação de classes, culpabiliza apenas aos empresários, carece a meu ver, certa reflexão... O que necessitamos no Brasil, antes de tudo, é de uma definição clara, nítida, pública de rumos, aos quais se devam subordinar todos os componentes de um governo nacional. Em um Estado Integral, com uma concepção espiritualista da existência é viável sim!!

Segue

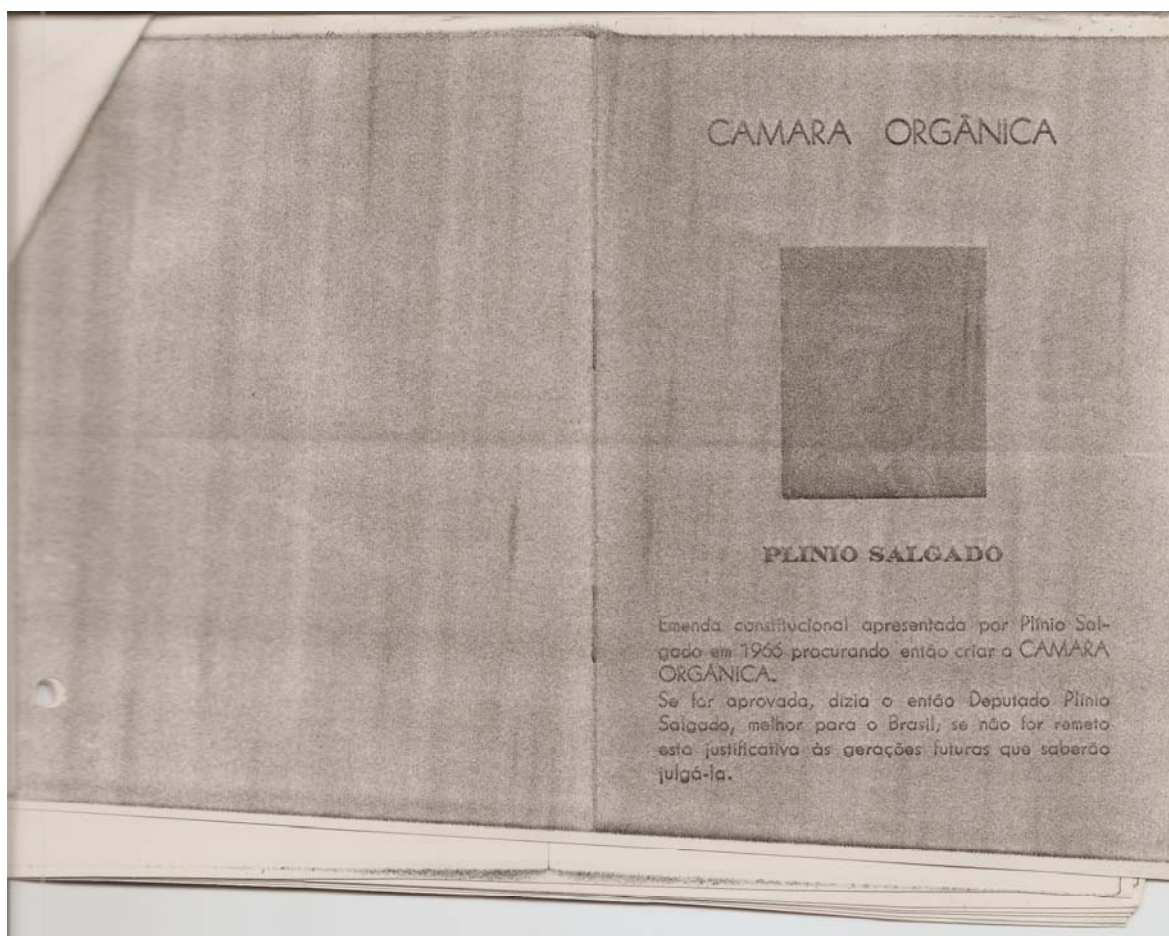
**Carta 1.08.B**

Sugiro-lhe ler o livro: A reconstrução do homem de autoria de Flínio Salgado, e que, pode ser adquirido junto a Editora Voz do oeste, com d. Carmela Fatti Salgado - Rua Teixeira da Silva, 312/51. Cep. 04002 S.P. Capital.

Em anexo encaminho-lhe cópia do projeto Constitucional para criação da Câmara Organica apresentada em 1966 à Câmara dos Deputados em Brasília pelo nosso inesquecível Flínio Salgado.

Se a classe política (em sua maior parte, legislando em causa própria) não contribuir, ai sim; inviabilizar-se-a qualquer tentativa de combate a inflação e consequentemente de melhoria da qualidade de vida de nossos patriotas.

Cordialmente

**Carta 1.08.C**

**Carta 2.01.A**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Pelo Jornal Correio do Povo tomei conhecimento de que Vossa Excelência pretende realizar, no próximo mês de março uma viagem para a Europa com o objetivo de obter verbas para a realização do "Projeto Rio Guaíba".

Para que a mesma seja coroada de sucesso, tomo a liberdade de vos sugerir uma visita aos escritórios da Comunidade Econômica Européia, no endereço abaixo indicado, onde provavelmente será possível obter as verbas necessárias a realização do projeto supra citado.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

DIRECTORATE-GENERAL XII

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES

Responsável: Senhor EZIO ANDRETA

Cooperation with developing countries

Endereço: Rue de la Loi, 200, B-1049.

Bruxelas-Bélgica

Telefone: (00)(32)(2)235.16.60

Telex: 21877 COMEU B

A reunião com o Senhor Andreta poderá ser solicitada através do Sr. Silvío Carlos Moreira Santos, chefe do Serviço Consular da Embaixada do Brasil na Bélgica na Av. Louise, 350-5º andar ou pelo telefone (00)(32)(2)640.20.15.

Parece no presente momento importante ressaltar que provavelmente existirão restrições técnicas por parte dos órgãos financiadores sobretudo em função da expansão das redes cloacais uma vez que, as normas técnicas européias não são favoráveis a adoção do sistema "separador absoluto".

Exmo. Sr. Olívio Dutra  
D.D. Prefeito Municipal da Porto Alegre  
Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Nesta Capital

**Carta 2.01.B**

-2-

As normas citadas consideram a adoção do sistema separador como solução técnica duvidosa, devido aos problemas operacionais e financeiros existente bem como pela sua inefetividade na coleta dos efluentes domésticos gerados no sistema urbano.

Sendo o que tinha pelo momento, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus sinceros protestos de estima e consideração.

\* *Agudec*



## Carta 1.11.A

Porto Alegre 10 Dezembro de 1988

Sr. Prefeito Odivio Dutra  
 PESSO A DEUS QUE DE FORÇA E SAÚDE  
 PARA DESEMPENHAR A CONTENTA A DIFICIL  
 TAREFA QUE O COMPANHEIRO TEM PELA  
 FRENTE A PARTIR DE JANEIRO PROXIMO.  
 AMIGO DUTRA TENHO ACOMPANHANDO PELA A  
 IMPRENSA O QUE SE PALACIONA-SE AOS  
 TRANSPORTES COLETIVOS, SOBRE ESTE ASSUN-  
 TO ESCREVI A DOIS ANOS AO COMPANHEIRO  
 ANTONIO HONAFENDT E HOJE VOTO AO  
 MESMO ASSUNTO. EU EM 1952 TRABALHA-  
 VA COM 9 AMIGOS CADA UM DELES COMPROU  
 UMA COMIQUETA (CUBADA) DE 12 O 14 Lugares  
 NAO ME RECORDO BEM, EM DOUCOS ANOS  
 ERAM DONOS DA LINHAS MARIA DA CONCEICAO  
 (DA EPOCA) E PAULINHO AZUREMHA (CARO  
 QUE PERDI OS AMIGOS) OUTRO EXEMPLO, EM  
 1958, FUI MORAR NA ZONA NORO (SARANDI)  
 SERVIDA PELA COOPERATIVA ERAM SO ONIBUS  
 VELHOS (SUCATAS MESMO) NAO TINHAM GARAGE  
 OS ONIBUS FICAVAM NUM BURACO NA FRENTE  
 DA IGREJA SAO DO MESMO BAIRRO.  
 HOJE COMPANHEIRO, O PATRIMONIO TABULOSO  
 QUE ESTA EMPRESA TEM, UMA FROTA DE  
 ONIBUS RESPEITAVEL, UMA EXTENCAO DE TERRA  
 AONDE FICA SEUS ESCRITORIOS E GARAGE  
 NA ANTURA DO 8.000 NA ASSIS BRASIL E  
 OUTRA NA NOVA GLEBA A ONDE ESTAO  
 AS OFICINAS, ASSIM EU ME PERGUNTO DE  
 ONDE SAU ESTE DINHEIRO. OUTRO  
 EXEMPLO: UM DOS DONOS ERA UM SIMPLES

## Carta 1.11.B

MOTORISTAS NA DECADE DE 70 PARA  
CA, OUTRO ME PARECE QUE É PORTUGUÊS  
ERA COBRADOR NA MESMA ÉPOCA, SOBRE  
ESTE DIZEM QUE ELE VENDEU 23 CAVADOS  
EM DOM PEDRITO A ONDE MORAVA COMPROU  
UM ONIBUS (ERA O COBRADOR) E HOJE JUNTA-  
MEANTE COM O TAJ MARINO SÃO DOLOS  
DE GRANDE EXTENSÕES DE TERRAS EM MATO  
GROSSO. PELO O AMOR DE DEUS, O QUE É  
QUE ESTA GENTE QUER, APODRECE DE RICO  
A CUSTA DO TRABALHADOR?

UM ABRACÃO DO AMIGO

ANTIGO TORTEIRO

**Carta 3.1.01.A**

PAlegre, 15 de fevereiro de 1 989

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
DOUTOR OLIVIO DUTRA  
DD. PREFEITO MUNICIPAL  
PORTO ALEGRE - RS --

Senhor

Acompanho, com justa atenção, o problema referente à crise do transporte coletivo.

Sentindo a necessidade de cooperar com a justa e invejável decisão de V. Exa., informo-lhe que posuo um carro "Escort", novo, que ponho a sua disposição, no caso de a PM dispor de um motorista, eis que não possui tempo disponível. O carro poderá, enquanto necessário, ser usado, graciosamente, é óbvio, para transportar usuários dos ônibus das filas para seus locais de trabalho.

Lastimo ser esta a única forma objetiva que tenho para cooperar com a corajosa atitude da Prefeitura Municipal de enfrentar esses titãs do transporte coletivo e fazê-los "trotar", como já disse Vossa Excelência.

Receba meus cumprimentos.

\* Responder agradecendo e dizendo que se houver necessidade, faremos contato.

## Carta 3.1.02.A

1  
FOLHA DE SÃO PAULO (Painel do Leitor)

Prezados Senhores

Há muito tempo somos leitores assíduos desse jornal, e, nos últimos meses, temos vibrado com o lento mas certamente incontestável papel que a Folha vem construindo dentre as instituições democráticas de nosso País.

E é nesta posição de fiéis leitores que nos sentimos no dever de cobrar de V.Sas. uma maior e esclarecedora cobertura dos fatos que envolvem a intervenção da Prefeitura de Porto Alegre nas empresas de transporte coletivo.

É imprescindível à construção da democracia neste País que o povo tenha chance, ou mais, direito, de tomar consciência da realidade que lhe cerca e, acima de tudo, poder de modificá-la. Para isto é necessário que se diga que o Sr. Olivio Dutra está a demonstrar, depois de quase trinta anos, que Poder Público não é sinônimo de corrupção, roubo e incompetência. Num dos Estados mais pobres do País, a prepotência e ignorância desrespeitosa dos empresários deu causa à decretação do "estado de calamidade" não por mero capricho do Sr. Prefeito, mas como único caminho, justo e lícito, para atender as necessidades da população ameaçada de loçaute e cumprir o real papel que a ordem jurídica empresta ao Poder Público Municipal. É também vosso dever retratar com seriedade e consciência este momento histórico. Exatamente, momento histórico. Independente de convicções e interesses partidários, sem dúvida, o Sr. Olivio Dutra está a demonstrar que é possível uma administração pública séria, competente e escoreita. Mas, tal é a lisura deste homem que ainda não é, e talvez nunca venha a ser, pelo menos nos padrões que conhecemos, público, que hoje submete seu ato de quase heroísmo à aprovação da população através da coleta de assinaturas. Senhores, não é digno esquecer vosso papel.

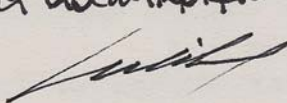
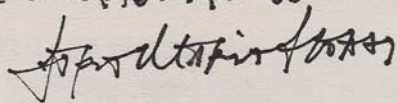
Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1989.

## Carta 3.1.02.B

Exmo. Sr.  
 Prefeito de Porto Alegre  
 Vitor Dutra

17.02.89

Não fazendo parte de nenhum dos quadros  
 partidários da Administração Pública, ten-  
 demos que cobrando de um órgão mais jor-  
 nalis do País uma cobertura eficiente e com-  
 promissada com a realidade dos fatos que en-  
 volvem a intermissão de, PPA nos serviços  
 de transporte coletivo, estaríamos demonstran-  
 do mais, apoio e total adesão às medidas  
 tomadas por V. Ex. na defesa de já tão sólida  
 política. Esperamos que nossa humilde intelec-  
 ção ao menor fato lhe dê a certeza de que  
 conta com a admiração e celebração de seus ami-  
 gos

### Carta 3.1.03.A

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1989

V.Exa: Prefeito Municipal Olívio Dutra

Ref: Informação espontânea

Excelentíssimo Senhor Prefeito, Olívio Dutra, duas razões apenas justificam a informação a qual passo a seu conhecimento:

1ª Sou um brasileiro que acredito em meu país; igualmente acredito que homens de caráter irão mudar essa nação.

2ª uma democracia, entendo eu, deve ser construída com respeito, dignidade, coragem e todos os adjetivos possíveis que nobressem o homem, e não simplesmente com inflamadas retóricas. Isso é tão verdade que aos vinte e nove anos, nove dos quais ligados a minha profissão atual - PESQUISADOR DE OPINIÃO PÚBLICA - nunca senti na prática o significado da palavra democracia, nesse momento, sinceramente, me sinto praticando-a e sem receio ou dúvidas que sempre me colocaram distante de creditar confiança aos políticos. Por acreditar na seriedade e esperança que Olívio Dutra, seja um dos homens que irão mudar esse país, senti - no dever de transmitir a impressão que o povo está tendo com relação - ao excelentíssimo prefeito. Sou PESQUISADOR POLÍTICO DO IBOPE, naturalmente habituado a entrevistar pessoas dos diversos segmentos da sociedade. O que mais me emocionou é que o povo de Porto Alegre, na sua maioria, acredita mais no prefeito do que nos deputados estaduais e federais, senadores e o próprio presidente Sarney. Isso foi confirmado em recente pesquisa que realizamos em Porto Alegre no período Janeiro/Fevereiro relacionada com o plano verão. O curioso é que as perguntas se referiam aos políticos de uma maneira abrangente, generalizada e as respostas se referiam espontaneamente ao Sr. Prefeito Olívio Dutra.

### Carta 3.1.03.B

Minha cota de entrevistas foram, 80 no total, noventa por cento das pessoas, as quais entrevistei, acreditam na capacidade de Olívio Dutra.

Transcrevo abaixo algumas das muitas frases que ouvi com referência a V.Exa:

"O prefeito Olívio Dutra já deu prova de sua seriedade como político que pretende realizar um trabalho competente" Brigadiano aposentado - referindo-se aos carros oficiais -

"Olha a política do Brasil está tão obscura que não consigo acreditar em mais nada...mas o prefeito Olívio Dutra parece ser um bom caráter vamos esperar" Dona de loja

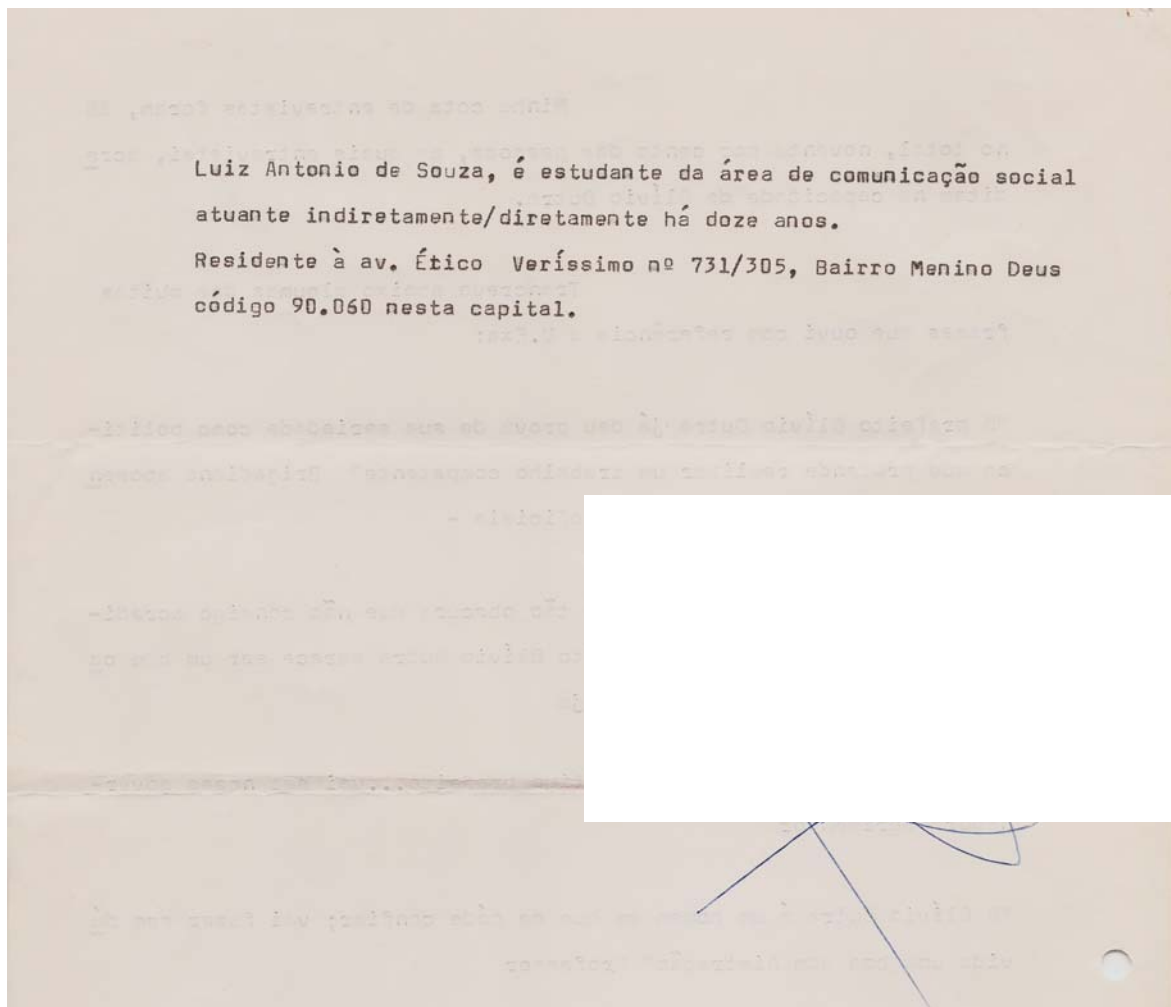
"Esse homem é sério, vai ser ótimo prefeito...vai ser nosso governador" agrimensor

"O Olívio Dutra é um homem em que se póde confiar; vai fazer sem dúvida uma boa administração" Professor

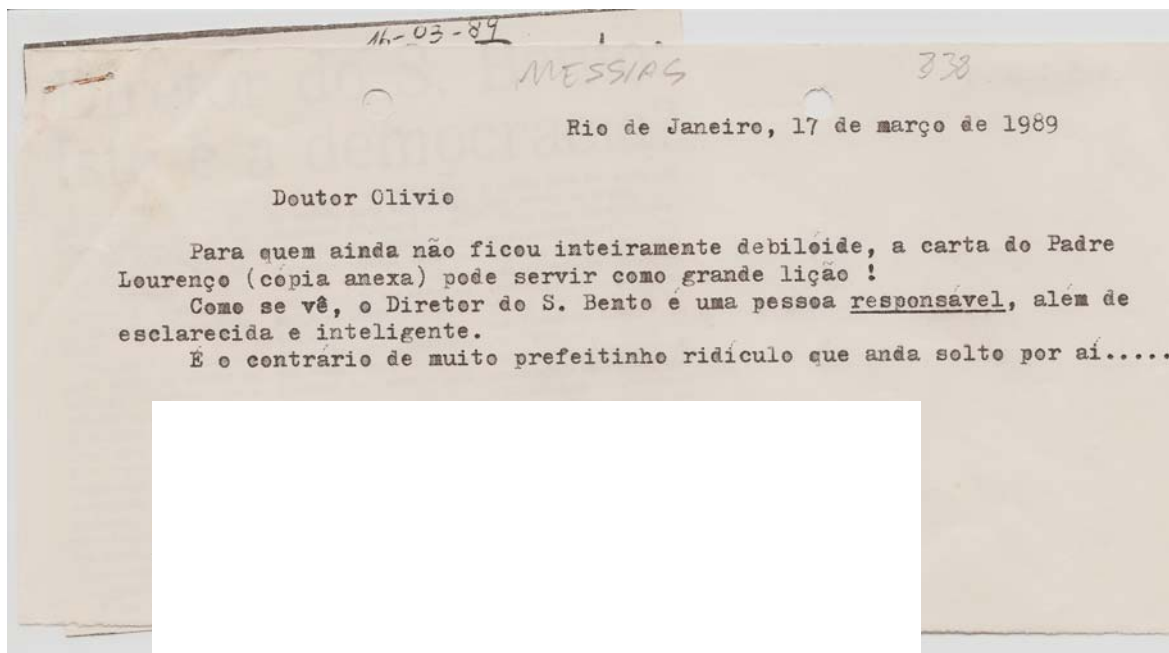
"Esperamos que o prefeito não suda às pressões que lhe serão impostas. Ele representa uma nova esperança" Comerciante

"Olívio Dutra tem uma responsabilidade muito grande nas mãos, a qual o povo oprimido e mutilado lhe confiou, não simplesmente em nível regional, mas termo de Brasil. É um homem sério. Tem minha confiança. Trabalhador industrial.

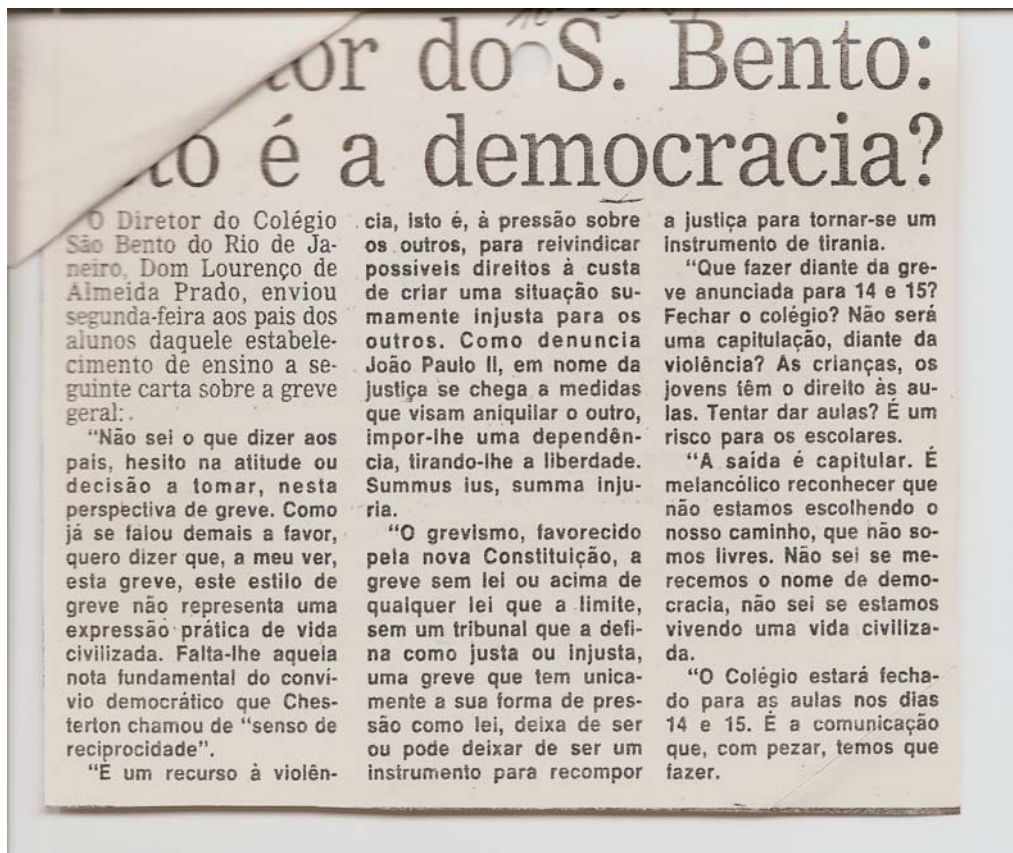
Prefeito, Olívio Dutra, como já justifiquei anteriormente não tem esse informação outra razão a não ser um compromisso de um brasileiro que acredita nessa nação pedir a V.Exa, que não decepcione esse povo tão desiludido, sem direção que os

**Carta 3.1.03.C**



**Carta 3.2.01.A**

## Carta 3.2.01.B



## Carta 3.2.06.A

f. 694

GEP  
N. 3063

Porto Alegre 20 Outubro 89

Caro amigo, Prefeito Clívio Dutra ficamos muito tristes com a sujeira que o senhor Prefeito fez com a Empresa Topal da Zona Norte é a melhor empresa de P. Alegre agente nem precisa esperar nas paradas porque logo embarca porque tem bastante onibus e são bem limpos o que aquela mulher falou é a pura mentira, eu acho que o Prefeito não devia se meter tanto no serviços de onibus e taxi e Taxi Lotação devia era cuidar mais do abuso da "Violencia no centro da cidade e bateadores de carteira e vagabundaria" que é uma vergonha, porque a maioria de votos que ele ganhou foi de operarios de onibus taxi e lotações agora ele esqueceu dos trouxas que deram o voto a ele e só faz pressão sobre estas gente, o que é isso Clívio cria vergonha e deixa esta gente trabalhar socegada cuida um pouco mais da limpeza da tua cidade e dos buracos das ruas e a escuridão de certas ruas da cidade e dos colegios caindo os pedaços, o preço dos colegios estão uma vergonha agente não consegue pagar as mensalidades vamos lá senhor prefeito ve se muda de gente porque assim não da mão esquece que voce subiu para o pulheiro pelos votos dos trouxas em seu proprietaria de 1 Taxi e não da para te aturar, só se cura é queisea e a falta de segurança, aqui vai algumas

Vire

Carta 3.2.06.B

2.1.5.1.10.5

assinaturas do pessoal da Zona Norte  
que não quer saber, de Intervenção nos Onibus  
Sojal



provo tudo que está escrito

Dá um jeito, Olvíio a coisa esta pior do  
que quando o Negrao estava ai na  
Prefeitura, a nossa linha de Onibus  
da Sojal esta boa de mais não falta  
nada é só largar o pessoal de mão  
e deixar eles trabalhar a vontade



**Carta 1.02.A**

Porto Alegre, 17 de novembro de 1988

Caro Sr. Prefeito

OLIVIO DUTRA

N/CAPITAL

PARABENS

Tomei a liberdade de enviar este recorte de jornal par que o amigo tome conhecimento, pois isto nunca é demais.

Tenho a satisfação de informar que, o 1º voto do amigo foi retidado de minha urna, e quiças teria sido o meu.(ZONA 114 Seção 137).

Desejo-lhe um GRANDE SUCESSO NA SUA GESTÃO.

um abraço



## Carta 2.19.A

Porto Alegre 02 de fevereiro de 1989.

Estimado amigo Prefeito.

Cordiais Saudações.

Faço estas linhas no dia de Nossa Senhora dos Navegantes, para iluminar a vida do presado e querido amigo, nesta tão difícil jornada a testa de nossa Prefeitura. Ela, a Santinha que lhe de saúde, paz de espírito, e muita força. E que Deus também lhe abençoe. Mas vamos aos fatos: Nosso Campeonato Oficial, da L.E.V.I. (Liga Esportiva da Vila IAPI) irá começar na segunda quinzena de março, como ficará o final da construção do Prédio do Parque ALIM PEDRO? O que sabemos amigo Prefeito, que ali no Prédio novo do Parque, falta pouca coisa para ser acabado. Azulejos, Rede Elétrica, e Piso, é só o que falta no mesmo. Não daria para ser fazer isso antes do início da competição? Ano passado houve uma serie de reclamações, do que a turma está se fardando na rua. Não havia vestiários, ou melhor, estavam os mesmos em construção. Os Atletas se "pelavam" ali na rua. Será que isso agora vai continuar? Outra também: O mato no "morro" parte de baixo, tem que se corta os Maricás, e outras árvores que estão prejudicando a visão de quem fica no "morro". A pista Atlética assim como melhoramentos no campo, sabemos que já não será possível. Mas vestiários sim. Se fechou o Parque agora no mês de janeiro, não sabemos porque. Segundo o Zelador, veio ordem da S.E.R.P. para a sim ser feito. Em dez ano isso nunca tinha acontecido. Houve muita bronca dos que fazem seu "cooper" todos dias ali no Parque. Fecharam <sup>todos</sup> ~~des~~ os Portões de entrada. Resultado disso, é que estão pulando o alambrado, prejudicando o mesmo. Tem uma parte caída. O Administrador, mandou pôr pedras-paralipipidos em baixo das goleiras, para ninguem bater bola ali. Outra que nunca aconteceu. Tem gente aqui na Vila IAPI, que pode ir para Praia, outros não. O que fazer se fecham o Parque a "sete-chaves"? Não é? Outra que tem que se dá geito, é nestes Estagiários que nada querem com o trabalho no Parque. O Administrador, pouco se importa se os mesmos aparecem para o serviço. Engraçado que estes moços faltam o trabalho de três a quatro dias, e quando chegam vão direto ao livro ponto assinar suas faltas. Pode? Quando aparecem, dão aula (?) para a gurizada o máximo 30 mts. e se mandão, alegando que tem que estudarem na Sala da Administração. Os moços teriam que cumprir pelos menos de 6 á 7 horas de trabalho. Certo? Amigo Prefeito, estas linhas nos achava-mos, que teria que ser endereçadas, a Dr Es - ther. Mas como o presado amigo é nosso "vizinho", vai para o grande amigo. Tá? Vamos ver nosso Prédio? Gostamos muito da palestra do presado amigo na ocasião de sua vizita aqui no Colégio Edmundo Gardolinski. Lembra? Ali já sabiamos que daria o nosso P.T. na "pedra". Vamos aguardar os acontecimentos. Aqui pode o amigo contar sempre com a gente. Desculpe a ousadia de escrever para seu endereço. Achamos mais "lógico", e "prático". Um forte abraço. Ano que vem, vamos fazer nosso Carnaval voltar aqui na Vila IAPI. Contamos com o amigo.

Sem mais, Cordialmente os Saudamos com os devidos respeito a sua simpática pessoa, que muito admiramos.

Carta 2.19.B

2.15.1.10.5

Responder e agradecer, informando que ~~estamos~~ encaminhando para a FESC - SMED - SMOV SMAM etc as reivindicações e sugestões da carta.

13/2/89

atendida - arquivar

13/2/89

## Carta 2.25.A

Porto Alegre, 2 de julho de 1990.

Companheiro Prefeito:

O tempo do companheiro é curto. Vou direto ao assunto.

Tenho relação com uma vila popular. Um grupo de mães da vila está furiosa com a Administração Popular.

A causa da fúria é uma revista, que não conheço, cujo título é, segundo elas, "DUM DUM". Não sei se a grafia é essa.

Uma das filhas menores de uma das mães andava com a tal revista, mostrando à criançada. A mãe chegou e um dos filhos perguntou se seu pai, que é encanador, fazia "aquilo" com a mãe dos outros, quando era chamado para atender questões de encanamento.

E a questão se punha contra a A.P. porque ouviram, no rádio, que a revista era editada pela Secretaria de Cultura do Município.

Sei que deve haver muita confusão nisso tudo. Muito equívoco, muita exploração. Mas, procurando informar-me, soube que a Secretaria de Cultura subvencionara a revista, no que diz com papel.

Sem fazer, ainda, qualquer juízo definitivo, dado que não conheço a revista, uma consequência já posso tirar. Naquela vila, o Tarso não fará votos, se a Administração continuar a distribuir verbas a revistas que apresentem "sexo explícito". Não importa se apenas a título de crítica. Isto, sem falar sob outros aspectos. Éticos, por exemplo, que é o que mais importa. É o dinheiro público que está em jogo. E a moral pública. A finalidade de crítica não justifica os meios usados. Posso e devo criticar esta sociedade podre. Para isso não preciso nem devo produzir desenhos de atos eróticos, entregando-os, inclusive, ao alcance das crianças.

Um abraço.

*Profiante*  
Eno Dias de Castro



## Carta 2.41.A

FALANDO COM O PREFEITO 391

Este é um espaço para formalizar uma comunicação ao nosso Prefeito.

Pode ser a denúncia de um fato ocorrido, alguma sugestão, pedido de esclarecimento, etc. Também pode ter elogio. Só não serão aceitos pedidos de emprego e privilégios pessoais.

Mãos à obra.

NOME DO AUTOR

ENDEREÇO:

TELEFONES

CEP: 91330

Olivia todo mundo sabe que a prefeitura  
 não tem dinheiro, pelo menos agente do PT,  
 então ~~deixa~~ deixa a gente suprir alguma coisa.  
 Há uns dois meses não tem iluminação publi-  
 ca na minha rua. Já pedi pra trocá-la  
 e nada. A gente compra a lâmpada a lâm-  
 pada. É só a SMOU ou uma que secretaria por  
 livro a escola e trocá-la. Não é livro, é neces-  
 sidade, é segurança. Não é só na minha  
 rua, mas é gente de elite ou qualquer coisa  
 do gênero no caso em particular mas a falta  
 de iluminação pública é meio que geral em  
 P. Alegre. A SMOU aparentemente não aceita que  
 agente compra ou fornece a lâmpada. É bem  
 iluminação representa segurança (um pouco)  
 pra classe média e não pra ela. Se a prefri-  
 tura aceitasse seria talvez até uma forma de  
 prestação de conta da prefeitura e propaganda do  
 PT na medida em que formalmente a prefeitura  
 aceitasse a lâmpada e a colocasse e agradece  
 por escrito ou telefone explicando sua carência  
 financeira e que o dinheiro não está na mão  
 lâmpada específica seria gasto numa lâmpada  
 em alguma vila.

Saudação petista Lula pendente

Carta 3.1.05.A

ILUSTRE COMPANHEIRO OLIVIO  
DOUTRA. VIVA O P.T. VIVA O NOSSO  
CANDIDATO LUZA. GEP  
N.º 3486 2.695  
Sou seu conhecido. PERTENÇO A  
DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO SUEZ  
ONDE FUI O MAIS VOTADO NAS  
ÚLTIMAS ELEIÇÕES.  
ESCREVO PARA INFORMAR NOSSO BRI-  
GHANTE PREFEITO, QUE COMBATO  
COLLOR, PIZANTRA INTERNACIONAL,  
QUE VAI PAGAR ESSE HORROR DE  
DÍVIDA COM O AMAZONAS.  
PREGO A CANDIDATURA LUZA NOS  
ÔNIBUS EM MEU BAIRRO, NO CENTRO  
ET. VIVA O PROLETARIADO, VIVA  
O TRABALHO. CONTRA OS VAMPIROS  
DA INSACIÁVEIS DA SOCIEDADE  
QUE VIVEM NABABESCAMENTE SUGANDO  
O SUOR E O SANGUE DO TRABALHO  
ALHEIO.  
"COMERÁS O TEU PÃO COM O SUOR  
DO TEU ROSTO". NÃO VIVER DE ALUGUEIS,  
NÃO VENDER CAIXÃO DE DEFUNTO, NÃO  
CRIQUECER VENDENDO REMÉDIOS, NÃO  
SER MAIS UM BODEGUEIRO.  
VIVA O P.T.